

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
INSTITUTO NUTES DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE

**GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE BIOLOGIA EM TEMPOS DE  
(RE)CONSTRUÇÃO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL:  
UM ESTUDO BASEADO EM TESES E DISSERTAÇÕES ENTRE 2013 – 2023**

**Gabriel Mendes de Almeida**

RIO DE JANEIRO – RJ

2024

GABRIEL MENDES DE ALMEIDA

**Gênero E Sexualidade No Ensino De Biologia Em Tempos De (Re)Construção Do Conservadorismo No Brasil: Um Estudo Baseado Em Teses E Dissertações Entre 2013 – 2023**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação em Ciências e Saúde.

Linha de Pesquisa: Mediações Socioculturais na Ciência e na Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Borges Rocha

RIO DE JANEIRO – RJ

JUNHO - 2024

### CIP - Catalogação na Publicação

M118g Mendes de Almeida , Gabriel  
GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE BIOLOGIA EM  
TEMPOS DE (RE)CONSTRUÇÃO DO CONSERVADORISMO NO  
BRASIL: UM ESTUDO BASEADO EM TESES E DISSERTAÇÕES  
ENTRE 2013 - 2023 / Gabriel Mendes de Almeida . --  
Rio de Janeiro, 2024.  
115 f.

Orientador: Marcelo Borges Rocha.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Instituto NUTES de Educação em Ciências  
e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em  
Ciências e Saúde, 2024.

1. Gênero. 2. Sexualidade. 3. Ensino de  
Biologia. 4. Conservadorismo. I. Borges Rocha,  
Marcelo, orient. II. Título.

**GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE BIOLOGIA EM TEMPOS DE  
(RE)CONSTRUÇÃO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL:  
UM ESTUDO BASEADO EM TESES E DISSERTAÇÕES ENTRE 2013 – 2023**

Gabriel Mendes de Almeida

Orientador: Marcelo Borges Rocha

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Educação em Ciências e Saúde.

Aprovada por:

---

Presidente: Prof. Dr. Marcelo Borges Rocha (orientador)

Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde/UFRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Andrea Costa da Silva (titular interno)

Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde/UFRJ

---

Prof. Dr. Nilcimar dos Santos Souza (titular interno)

Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde/UFRJ

---

Prof. Dr. Pedro Miguel Marques da Costa (titular externo)

Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação/CEFET-RJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Beatriz Brandão dos Santos (titular externo)

Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Saúde /UNIGRANRIO

Rio de Janeiro

Junho – 2024

À todas, todos e todes que foram resistência nos recentes tempos sombrios. Aos que não se omitiram, não se calaram, não fugiram à luta e mantiveram viva a nossa democracia e nossa esperança em um mundo melhor, livre do fascismo e respeitando todos os direitos de existência.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Primeiramente ao meu orientador, Professor Marcelo Rocha que mais uma vez abriu as portas de seu laboratório para ouvir minhas ideias e me apoiar na empreitada de fazer esse doutorado. Não fosse sua liderança, suas cobranças, incentivos e sobretudo sua inabalável confiança em meu trabalho, não teria eu chegado aonde cheguei.

Obrigado a todo o corpo docente do Instituto NUTES da Universidade Federal do Rio de Janeiro a quem devo minha formação em Educação em Ciências e Saúde. Nesses três anos e meio, aprendi, estudei, amadureci, lutei e me tornei de fato um pesquisador em decorrência das vivências, das aulas e dos debates proporcionados por esse instituto e seus docentes. Hoje mais do que nunca me vejo como pertencente dessa comunidade de produtores de conhecimento no campo da Educação em Ciências e Saúde, ciente de nosso papel social.

Agradeço também aos companheiros discentes do NUTES. Juntos compartilhamos aprendizado, angústias, sorrisos, fomos à luta. Companheiros esses que depositaram em mim a confiança de ser seu representante durante o ano de 2022. Tal confiança me proporcionou experiências que contribuíram ainda mais com a minha formação, além do inigualável sentimento de honra em ser o porta-voz dos interesses e necessidades dos companheiros discentes.

Obrigado a todos os integrantes do Laboratório de Divulgação Científica e Ensino de Ciências (LABDEC) cuja trocas em nossas reuniões em muito contribuíram com a minha formação, além de todo o coleguismo cultivado nesses anos fazendo da vivência no doutorado ainda mais prazerosa.

Obrigado a minha família por todo o apoio estrutural, emocional e motivacional dado ao longo desses anos. Em especial, agradeço a minha mãe, Claudia, minha irmã, Manoela e minha esposa Fernanda que estiveram ao meu lado desde o início desse sonho e nunca me deixaram desistir, inclusive compreendendo minhas ausências em virtude de finais de semana e feriados dedicados a redação dessa tese. Um agradecimento especial ao meu sobrinho Vinícius cuja presença por si só alegra o coração. Cada momento

passado com vocês foi fundamental para manter minha vitalidade e perseverar nesse trabalho.

Por fim, agradeço a todos os amigos que verdadeiramente torcem por mim, que acreditam em mim e vibram comigo em cada conquista. A quem me motivou a dar início a essa caminhada, persistir durante e agora podem brindar comigo o triunfo de mais um ciclo que se encerra.

A vocês, meu muito obrigado!

"E não se diga que, se sou professor de biologia, não posso me alongar em considerações outras, que devo apenas ensinar biologia, como se o fenômeno vital pudesse ser compreendido fora da trama histórico-social, cultural e política. Como se a vida, a pura vida, pudesse ser vivida de maneira igual em todas as suas dimensões na favela, no cortiço ou numa zona feliz dos 'Jardins' de São Paulo. Se sou professor de biologia, devo ensinar biologia, mas, ao fazê-lo, não posso seccioná-la daquela trama."

Paulo Freire

## RESUMO

No Brasil, a década de 2010 foi marcada pela ascensão política de grupos conservadores representados por partidos de extrema-direita e fundamentalistas religiosos que visaram a retomada ao poder de grupos com a propagação de antigos valores. Dentre suas iniciativas, destacam-se a perseguição e a difamação referentes aos debates sobre questões de gênero e sexualidade na educação. Mediante a propagação da falácia da “ideologia de gênero” esses grupos foram contrários à todas as iniciativas educacionais que visavam uma educação provedora do respeito à diversidade, do combate a intolerância e a promoção da Educação Sexual. Diante desse cenário de retrocesso e tendo em vista que a Biologia historicamente é vista como uma disciplina propícia a abordar tais assuntos, elaborou-se a pergunta de pesquisa “quais tendências podem ser percebidas nas pesquisas sobre gênero e sexualidade no Ensino de Biologia no Brasil durante a época de ascensão política da extrema-direita?”. Baseando-se na hipótese que o campo acadêmico se empreendeu na produção de conhecimento que pudesse desconstruir tais ideias, essa pesquisa teve por objetivo investigar as tendências na produção acadêmica, em teses e dissertações defendidas entre 2013 e 2023 no Brasil no campo de pesquisa Ensino de Biologia cujas pesquisas versaram sobre algum tema referente a gênero e/ou sexualidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória do tipo Revisão Sistemática com meta-síntese. A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foi utilizada para coleta dos dados e utilizou-se os descritores gerais e específicos como técnica de análise. Ao todo foram analisados 40 trabalhos, sendo 34 dissertações e seis teses. Não houve repetição de autores/as e o quantitativo anual sugere que não houve significativa progressão na produção, apesar de uma crescente entre os anos de 2019 e 2020. A maioria dos trabalhos são oriundos de programas e instituições situados nas regiões Sul e Sudeste. A maioria dos temas encontrados nas pesquisas se voltaram para questões sociais e culturais como Diversidade de Gênero e Sexualidade e Comunidade LGBTQIAPN+. Também foram encontrados trabalhos que versaram por assuntos de cunho biológico, entre esses os mais recorrentes foram contracepção e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Dentre os objetos de pesquisas encontrados, destaca-se as didáticas do Ensino de Biologia para trabalhar questões de gênero e sexualidade e a formação de professores. Os componentes curriculares privilegiados nas pesquisas foram Reprodução, Evolução, Fisiologia/Anatomia Humana e as IST. Entre as pesquisas que envolveram participantes, os maiores quantitativos

encontrados foram estudantes do Ensino Médio, professores de Biologia e estudantes de Licenciatura em Ciências Biológicas. Observa-se que todas as pesquisas analisadas visaram contribuir com um Ensino de Biologia capaz de lidar com as questões de gênero e sexualidade para além do olhar biologizante, rompendo com os padrões normativos de gênero e sexualidade. Dessa forma os resultados corroboram com a hipótese levantada e espera-se com esse trabalho impulsionar novas pesquisas sobre o tema, explorando novos assuntos e dando continuidade as ideias promissoras.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexualidade; Ensino de Biologia; Conservadorismo.

## ABSTRACT

In Brazil, the 2010s were marked by the political rise of conservative groups represented by far-right parties and religious fundamentalists who aimed to restore old groups to power by propagating old values. Among its initiatives, persecution and defamation regarding debates on gender and sexuality issues in education stand out. By propagating the fallacy of “gender ideology”, these groups were against all educational initiatives that aimed at providing education that respected diversity, combated intolerance and promoted Sexual Education. Faced with this scenario of regression and taking into account that Biology has historically been seen as a discipline suitable for addressing such issues, the research question was created “what trends can be perceived in research on gender and sexuality in Biology Teaching in Brazil during the time of political rise of the far right?” Based on the hypothesis that the academic field was engaged in the production of knowledge that could deconstruct such ideas, this research aimed to investigate trends in academic production, in theses and dissertations defended between 2013 and 2023 in Brazil in the research field Teaching Biology whose research focused on a topic relating to gender and/or sexuality. This is a qualitative, descriptive and exploratory research of the Systematic Review type with meta-synthesis. The Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations was used to collect data and general and specific descriptors were used as an analysis technique. In total, 40 works were analyzed, including 34 dissertations and 6 theses. There was no repetition of authors and the annual number suggests that there was no significant progression in production, despite an increase between the years 2019 and 2020. The majority of works come from programs and institutions located in the South and Southeast regions. Most of the themes found in the research focused on social and cultural issues such as Gender and Sexuality Diversity and the LGBTQIAPN+ Community. Studies were also found that dealt with biological issues, the most common of which were contraception and Sexually Transmitted Infections (STIs). Among the research objects found, Biology Teaching didactics to work on issues of gender and sexuality and teacher training stand out. The privileged curricular components in the research were Reproduction, Evolution, Human Physiology/Anatomy and STIs. Among the research that involved participants, the largest numbers found were high school students, Biology teachers and undergraduate students in Biological Sciences. It is observed that all the research analyzed aimed to contribute to Biology Teaching capable of dealing with issues of gender and sexuality beyond the biologizing perspective,

breaking with normative standards of gender and sexuality. In this way, the results corroborate the hypothesis raised and this work is expected to encourage new research on the topic, exploring new subjects and continuing promising ideas.

**Key words:** Gender; Sexuality; Teaching Biology; Conservatism in Brazil.

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Quantitativo de trabalhos encontrados e selecionados .....	62
Quadro 2 - Documentos selecionados para análise .....	63
Quadro 3 - Orientadoras que mais aparecem nos trabalhos encontrados .....	68
Quadro 4 - Quantitativo de trabalhos encontrados por ano .....	69
Quadro 5 - Natureza dos trabalhos encontrados .....	71
Quadro 6 - Distribuição geográfica dos trabalhos analisados .....	72
Quadro 7 - Instituições de Origem dos trabalhos analisados .....	73

Quadro 8 - Programas de pós-graduação identificados nos trabalhos.....	77
Quadro 9 - Temáticas dos trabalhos analisados .....	79
Quadro 10 - Assuntos tratados nos trabalhos que versaram sobre temáticas socioculturais.....	80
Quadro 11 - Trabalhos que mesclaram temáticas biológicas e socioculturais.....	81
Quadro 12: Trabalhos que investigaram práticas de docentes de Biologia em temas sobre gênero ou sexualidade.....	84
Quadro 13: Trabalhos que aplicaram e avaliaram diferentes abordagens didáticas em aulas de Biologia sobre algum tema referente a gênero ou sexualidade.....	86
Quadro 14: Trabalhos que tiveram como produto material para auxiliar professores em aulas sobre sexualidade ou gênero.....	88
Quadro 15: Componentes curriculares da Biologia privilegiados nos trabalhos.....	99
Quadro 16: Participantes envolvidos nas pesquisas.....	103

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CTS - Ciência, Tecnologia e Sociedade

DOI – CODI - Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

ECOS – Comunicação e Sexualidade

FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FIES - Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FINEP - Financiadora de Estudos e Pesquisas

FMLN - Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional

GALE – *Global Alliance for LGBT Education*

HPV - Papiloma Vírus Humano

IBICIT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IOC/FIOCRUZ - Instituto Oswaldo Cruz

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

LABDEC - Laboratório de Divulgação Científica e Ensino de Ciências

LAPSA - Laboratório de Avaliação e Promoção da Saúde Ambiental

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEC - Ministério da Educação

MESP - Movimento Escola Sem Partido

MPL - Movimento Passe Livre

MQR - Movimento Quinta República

OEDs - Objetos Educacionais Digitais

ONU - Organização das Nações Unidas

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PJ - Partido Justicialista

PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNE - Plano Nacional de Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático

PPCTE - Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Educação

PPD - *Partido Por la Democracia*

PPGECS - Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde

PROUNI - Programa Universidade Para todos

PSC - Partido Socialista do Chile

PSDB - Partido da Social-Democracia Brasileira

PSUV - Partido Socialista Unido da Venezuela

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SESu - Secretaria de Educação Superior

UEL - Estadual de Londrina

UEM - Universidade Estadual de Maringá

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

USP - Universidade de São Paulo

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	19
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	22
1.1 Pergunta de pesquisa.....	27
1.2 Hipótese.....	27
1.3 Objetivos.....	27
Objetivo Geral.....	27
Objetivos específicos.....	27
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	28
2.1 A (re)Construção do Conservadorismo no Brasil.....	28
2.2 Gênero e Sexualidade na Educação Brasileira: Histórico, Episteme e Legislação.....	40
2.3 Os Impactos da Ascensão Conservadora nas Questões de Gênero e Sexualidade na Educação Brasileira e No Ensino de Biologia.....	47
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	53
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	61
4.1 Análise dos Descritores Gerais.....	63
4.2 Análise dos Descritores Específicos.....	78
4.2.1 Temáticas Investigadas Nos Trabalhos.....	78
4.2.2 Objetos de pesquisa dos Trabalhos.....	83
4.2.3 Componentes curriculares da Biologia privilegiados nos trabalhos.....	98
4.2.4 Participantes envolvidos nas pesquisas.....	103
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	107
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	109

## APRESENTAÇÃO

Analisando minha trajetória como pesquisador e professor da Educação Básica posso afirmar que não escolhi estudar sobre questões de gênero e sexualidade, mas sim que esse campo me encontrou e ao me encontrar fez com que eu me encontrasse como pesquisador e produtor de conhecimento.

Minha trajetória acadêmica se iniciou no ano de 2009 quando ingressei no curso de Ciências Biológicas. No primeiro ano de graduação estava cursando a modalidade Bacharel em Ecologia, mas após um breve período em que tive a experiência de ser monitor em um curso pré-vestibular comunitário, escolhi transferir minha matrícula para a modalidade licenciatura. Apesar da motivação em seguir uma carreira no magistério, o interesse pela pesquisa permaneceu e então busquei viver os dois mundos simultaneamente procurando criar *links* entre a pesquisa acadêmica e o fazer docente o que aos poucos foi me levando para a área de pesquisa em Ensino de Ciências.

No ano de 2011 fui contemplado com uma bolsa de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) por conta de um projeto que desenvolvi no Laboratório de Avaliação e Promoção da Saúde Ambiental (LAPSA) do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/FIOCRUZ) que consistia na produção e análise de materiais didáticos e estratégias educacionais a serem aplicadas e desenvolvidas em um projeto de Educação Ambiental do laboratório que visava a formação de agentes comunitários para o monitoramento de rios em regiões de bacias hidrográficas. Desse trabalho surgiu a minha monografia de graduação intitulada “Avaliação de materiais didáticos e estratégias educacionais em um programa de monitoramento participativo de rios em regiões de bacias hidrográficas” (Mendes, 2013).

Em 2014 conheci o Laboratório de Divulgação Científica e Ensino de Ciências (LABDEC) do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) que à época estava desenvolvendo um projeto de produção de documentários ambientais e visava o desenvolvimento de pesquisas com os documentários produzidos. Comecei a participar do projeto e tal envolvimento me levou a ingressar no mesmo ano no mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE) onde desenvolvi a dissertação “Análise do Potencial Educacional de Documentários Ambientais no Ensino Superior” (Mendes, 2016) na linha de pesquisa Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) no Ensino. Além da dissertação, meu

período como discente de mestrado no CEFET/RJ rendeu a produção de um documentário ambiental sobre pesca na Baía de Guanabara chamado “História de Pescador” cujo roteiro foi produzido mediante um método participativo de pesquisa com um grupo de estudantes do Curso Tecnólogo em Gestão Ambiental e depois filmado e editado pela equipe técnica da TV-CEFET.

Após a conclusão do mestrado, por opção tirei um tempo para me dedicar exclusivamente ao magistério, uma vez que já exercia docência desde o fim da graduação e até então me dividia entre a sala de aula e a pesquisa. Foram aproximadamente três anos de foco e dedicação total ao ensino e aos estudantes e justamente nesse período que uma luz se acendeu em minha mente, motivando o retorno à pesquisa, agora com um olhar para uma nova temática: a Educação Sexual e os Estudos em Gênero e Sexualidade.

Como professor de Biologia uma parte do currículo da minha disciplina no Ensino Médio envolve a unidade de ensino Reprodução contendo os seguintes conteúdos a lecionar: Tipos de reprodução; Aspectos da reprodução humana: anatomia e fisiologia do sistema reprodutor masculino e feminino e ciclo menstrual; Gravidez e parto; Métodos Contraceptivos; Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Nas primeiras aulas que ministrei sobre tais assuntos estava meramente cumprindo o conteúdo programático da minha disciplina e com ênfase nos aspectos biológicos dos assuntos. Até que certas observações me chamaram atenção: o exorbitante interesse dos estudantes sobre o assunto; a carência de informação que esses demonstravam e a satisfatória dinâmica com as quais as aulas fluíam ao falar desse tema.

Nas referidas aulas era perceptível a atenção que os estudantes prestavam, além da excelente participação passando a impressão de que de fato estavam interessados em aprender sobre o assunto para além de uma mera preocupação com avaliações e notas. E suas perguntas e colocações iam para além do olhar biologizante das questões. Eram frequentes perguntas sobre o uso correto de contraceptivos, sintomas de gravidez e IST, mas também de forma recorrente questionamentos relacionados ao prazer, a orientação sexual e questões de gênero surgiam. Tal vivência foi o fator motivacional para que me empenhasse em estudos buscando autores clássicos e contemporâneos que me servissem de referência, o que posteriormente me levou a formulação de perguntas cujo melhor caminho para buscar as respostas era a pesquisa acadêmica. Assim, retornei ao LABDEC e, por indicação me inscrevi na seleção para o doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde (PPGECS) do Instituto NUTES da Universidade

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) onde, a partir de 2021 desenvolvi a pesquisa que será relatada nas próximas páginas.

## 1. INTRODUÇÃO

As experiências docentes narradas na seção anterior, aconteceram durante um período em que o cenário político do Brasil passava por um momento de instabilidade e inquietação, com velhos grupos tentando retornar ao poder mediante a propagação de antigos valores. Tais vivências ocorreram entre os anos de 2016 e 2019. Acontecimentos desse período que merecem destaque foram: destituição do cargo da primeira mulher Presidenta do Brasil mediante um golpe; as mudanças nos ideais que guiaram o governo de seu substituto onde percebeu-se um direcionamento de acabar com os avanços feitos pelo campo progressista e reconstituição de um modelo conservador e a ascensão de uma extrema-direita com discurso conservador, falso moralista, fascista e autoritário cada vez ganhando mais força e popularidade até que conseguiram eleger seu maior representante nas eleições de 2018.

Os reflexos desse cenário na educação e no ensino foram evidentes. Iniciou-se um período de difusão da ideia de que professores não deveriam se posicionar politicamente em sala de aula, que não deveriam discutir política com estudantes nem desenvolver qualquer prática que levasse ao questionamento e ao pensamento crítico em uma falsa ideia de neutralidade que deveria permear o fazer docente focado apenas na transmissão de conteúdo sem uma devida contextualização. Permeava a ideia de que professores identificados politicamente com as esquerdas seriam doutrinadores e que os mesmos deveriam ser perseguidos, denunciados, punidos e afastados das salas de aula.

Dessa época surgiu o Projeto Escola Sem Partido (Brasil, 2019). Em sua justificativa o documento do projeto de lei afirma:

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas, bem como para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis. Diante dessa realidade – amplamente comprovada pela Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre o PL 7.180/2014 e apensados, conhecida como “Comissão Escola sem Partido” –, entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (Brasil, 2019 p. 4 -5, grifos meus).

Tal projeto teve suas origens em 2004 através do Movimento Escola Sem Partido (MESP), fundado por Miguel Francisco Urbano Nagib, um advogado procurador do

Estado de São Paulo que fundou o movimento propagando o discurso de que haveria uma suposta “doutrinação marxista” e uma “contaminação político-ideológica” nas escolas brasileiras, disseminando a ideia de que professores não têm o direito de doutrinar.

O movimento permaneceu na obscuridade até meados da década de 2010 quando passou a ser uma voz frequente nos debates sobre educação no Brasil. Seu programa foi abraçado por todos os grupos da direita brasileira e tal ascensão se deu justamente quando o MESP incluiu em sua pauta as questões de gênero relacionadas ao ensino (Miguel, 2016).

O crescimento da importância do MESP no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças (Miguel, 2016 p. 565 – 566).

O autor supracitado ainda enfatiza que ao fundir a questão de gênero ao projeto o MESP passou a ter um alcance popular muito mais imediato e o apoio de propagandistas da direita aos quais sempre atribuíram a ruptura com os padrões conservadores de gênero e sexo como características de uma suposta estratégia comunista. A discussão agora ganha tons de moralidade e a censura a professores e professoras passa a ser a estratégia adotada com a difusão do discurso de que tais assuntos devem ser um dever exclusivo da família.

A fusão da denúncia da doutrinação marxista de inspiração gramsciana com a oposição à “ideologia de gênero” obedeceu, assim, ao senso de oportunidade do MESP. Deu a ele aliados de peso, uma capilaridade com a qual nem poderia sonhar e um discurso com ressonância popular muito mais imediata. A confluência foi facilitada graças ao trabalho de propagandistas da extrema-direita, em particular os alinhados a Olavo de Carvalho, para quem a dissolução da moral sexual convencional é um passo da estratégia comunista. [...] No momento em que a “ideologia de gênero” se sobrepõe à “doutrinação marxista”, o discurso do MESP dá outra guinada. A defesa de uma educação “neutra”, que era predominante até então, cede espaço à noção da primazia da família sobre a escola. A reivindicação é impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais. O foco principal é a “ideologia de gênero”, mas a regra contempla também as posições políticas sobre outras questões e mesmo a teoria da evolução das espécies ou o heliocentrismo (Miguel, 2016 p. 601).

Ao se tornar um projeto de lei, o Escola Sem Partido em seu Art. 2º afirma “O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de

gênero” (Brasil, 2019, p. 1). Sobre a falácia da “ideologia de gênero” Monteiro e Siqueira (2019) destacam que o uso deste termo pelo Escola Sem Partido visa significar que a discussão do tema na escola é feita com o intuito de realizar uma dominação ou alienação dos estudantes, que por sua vez, seriam vulneráveis a uma ação docente que ocorre em um ambiente de desequilíbrio de poder e que a sua discussão distorce os conceitos de homem e mulher, o que levaria ao término da “família tradicional”.

A respeito de tal alegação, Mariz e Barretto (2017) em uma matéria sobre pais que interferiram em escolas que abordavam questões de gênero, destacam a fala da professora Fernanda Penna, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) que afirmou que “ideologia de gênero é um termo cunhado para desqualificar o debate sobre as desigualdades, sobre os papéis sociais, e pregar que o objetivo real é a erotização infantil, a transformação de jovens em gays e lésbicas ou o combate à família tradicional” (Mariz e Barreto, 2017 p. 6).

Apesar de se autodenominar “sem partido”, Monteiro e Siqueira (2019) lembram que próximo ao período das eleições municipais de 2016 o MESP disponibilizou um *link* “Escola Sem Partido nas eleições”, que divulgava a candidatura de pessoas que se comprometeram a apoiar ou apresentar um projeto contra essa possível “contaminação político-ideológica”.

Ramos (2017) esclarece que o nome “sem partido” não é inocente. Aproveitando-se da descrença de boa parte da sociedade brasileira nos partidos políticos, sob a roupagem de defender que a escola não “tome partido” de alguma ideologia, esvazia-se profundamente o sentido da política para que a sociedade delegue o poder àqueles que historicamente oprimem os que não se enquadram nos padrões hegemônicos de uma classe dominante autoritária e escravocrata. Assim, o Escola Sem Partido é uma estratégia dessa classe dominante que não se inibe de se apoiar no medo e na coerção para defender seus interesses.

De acordo com Monteiro e Siqueira (2019) o projeto não define claramente o que seria essa doutrinação que tanto preocupa seus apoiadores. Para Penna (2017) a acusação de doutrinação ideológica se daria quando professores e professoras em suas aulas desviam da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional. Haveria então uma dissociação entre o que é a matéria e o que está acontecendo no mundo, na realidade dos estudantes.

Ainda segundo Penna (2017) a afirmativa de que docentes não poderiam discutir essa realidade, atendo-se apenas a matéria na prática seria impossível, pois dialogar com a realidade do aluno é um princípio educacional estabelecido para tornar o ensino das disciplinas significativo. Concorda-se aqui com o autor e acrescenta-se o fato de que nem os estudantes e menos ainda os docentes são tábulas rasas. Nos dizeres Freirianos, todos somos guiados por alguma ideologia que guiam nossas práticas. Impedir que tais eventos ocorram em sala de aula trata-se do não reconhecimento desse espaço como espaço de construção de conhecimento, de não admitir que docentes da Educação Básica são profissionais intelectuais, é transformar o fazer docente em algo “robotizado” sem nenhum valor humano envolvido, portanto, impossível.

Tal projeto não foi aprovado, mas suas ideias deixaram cicatrizes no que tange a opinião pública, deu voz a políticos alinhados com suas ideias e acabou por refletir em documentos institucionais que regem a educação no Brasil – como a mais recente versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2016) onde as questões de gênero e sexualidade praticamente inexistem - e conseqüentemente na atuação pedagógica de professoras e professores e na própria gestão de diversas escolas públicas e privadas que por medo de sofrer represálias passaram a adotar uma postura de cautela ao lidar com assuntos relacionados com questões de gênero e sexualidade ou até mesmo censurar tais assuntos eliminando-os de seu currículo e planejamento.

Como experiência pessoal, um dos fatos ocorridos no período relatado na apresentação do trabalho foi a forma como uma escola particular de médio porte em que trabalhei lidou com o caso de um aluno *trans* masculino. O estudante em questão nascera biologicamente do sexo feminino e se reconhecia como um menino e adotara um nome social masculino pelo qual gostava de ser tratado. De acordo com a direção da escola o pai não aceitava a identidade de gênero de seu filho e exigia que ele fosse tratado como uma menina e pelo nome feminino que constava em seus documentos de identificação. A escola acatou as exigências do pai e orientou que todo o corpo docente fizesse o mesmo. O próprio corpo docente parecia não saber lidar e entender bem aquela situação. Por vezes ouviu-se professores, professoras e coordenadoras se referindo ao estudante em questão como “aquela menina que pensa que é menino”. Outra experiência pessoal vivida nessa e em outras instituições em que atuei como professor foi a recomendação de coordenações para o não uso do pronome neutro em sala de aula.

Diante de tais constatações questionei-me quais teriam sido os reflexos desse cenário nas práticas escolares e na pesquisa acadêmica sobre as questões de gênero e sexualidade na educação, uma vez que essa não é a primeira vez na história do Brasil que tais assuntos sofrem perseguição. Como será aprofundado na fundamentação teórica, no período da ditadura militar toda tentativa de implementar uma Educação Sexual em escolas brasileiras foram reprimidas fazendo com que a discussão sobre o assunto ficasse a cargo do campo intelectual. O que estariam discutindo os pesquisadores sobre tal assunto? Que temáticas estariam permeando suas pesquisas? Quais instituições e programas de pós-graduação e orientadoras/es estariam mais atuantes na produção de conhecimento sobre o tema? Que impactos essa onda conservadora teve na produção intelectual sobre gênero e sexualidade na educação e no ensino? Essas foram as principais perguntas que nortearam essa tese. O interesse pelo foco no Ensino de Biologia se deu primeiramente por afinidade uma vez que se trata da disciplina que leciono e por ser historicamente uma disciplina diretamente associada com tal temática ainda que isso seja um paradigma que diversos especialistas visam quebrar.

O texto desta tese está estruturado da seguinte forma: No primeiro capítulo, após a apresentação e a introdução do tema, expõe-se a pergunta de pesquisa, a hipótese levantada e os objetivos da pesquisa. O segundo capítulo refere-se à fundamentação teórica, dividido em três sessões. Na sessão 2.1 disserta-se a respeito da reconstrução do conservadorismo no Brasil mediante um resgate histórico dos eventos que marcaram a ascensão política da extrema-direita e a crescente propagação de antigos valores levando a popularidade de novos representantes de tais ideias; na sessão 2.2 é apresentado como historicamente as questões sobre gênero e sexualidade foram tratadas na educação no Brasil, tanto do ponto das discussões epistêmicas quanto dos documentos legais; e na sessão 2.3 trata-se de como essa ascensão da extrema-direita impactou nos debates e nas práticas docentes sobre questões de gênero e sexualidade e outros componentes do Ensino de Biologia que divergem dos valores propagados por esses grupos. No capítulo 3 apresenta-se a caracterização da presente pesquisa e o desenho metodológico empregado. Os resultados obtidos e a discussão dos mesmos, estão no capítulo 4. O último capítulo apresenta as conclusões do autor e discute-se as contribuições dessa pesquisa para o campo da Educação em Ciências e Saúde, para o Ensino de Biologia e as discussões sobre gênero e sexualidade na Educação.

## **1.1 PERGUNTA DE PESQUISA**

Quais tendências podem ser percebidas nas pesquisas sobre gênero e sexualidade, no Ensino de Biologia, no Brasil durante a época de ascensão política da extrema-direita?

## **1.2 HIPÓTESE**

Uma vez que a extrema-direita brasileira se apoia em valores conservadores, incluindo no que tange a identidade de gênero e orientação sexual, defende ideias como o determinismo biológico, padrão binário e a não aceitação da diversidade, supõe-se que o campo acadêmico empreendeu-se na produção de conhecimento que pudesse desconstruir tais ideias, sobretudo no campo do Ensino de Biologia, uma vez que tal disciplina é recorrentemente invocada pelos grupos conservadores a fim de justificar sua intolerância e preconceito mediante interpretações superficiais, retrógradas e distorcidas de seus fundamentos.

## **1.3 OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral**

Investigar as tendências na produção acadêmica, em teses e dissertações defendidas entre 2013 e 2023, no Brasil, no campo do Ensino de Biologia cujas pesquisas versaram sobre alguma temática referente a gênero e/ou sexualidade.

### **Objetivos específicos**

- Mapear a produção com relação aos aspectos institucionais das teses e dissertações.
- Identificar as principais referências contemporâneas no campo do Ensino de Biologia que pesquisam sobre gênero e sexualidade.
- Analisar as temáticas sobre gênero e sexualidade mais recorrentes nas teses e dissertações.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A (Re)Construção do conservadorismo no Brasil

No final da década de 1990 e início de 2000 um movimento denominado por analistas como Onda Rosa, também chamado de Guinada à esquerda, Virada à esquerda ou pós-neoliberalismo se tornou um fenômeno na América do Sul com a eleição de várias lideranças de esquerda em países do bloco, algo novo na história latino-americana, marcada por regimes oligárquicos ou patrimonialistas, por ditaduras ou por governos conservadores eleitos democraticamente (Silva, 2014). Levando em consideração a definição sintética de Bobbio (1995) pode-se afirmar que as esquerdas chegaram ao poder em dez países do bloco latino-americano nas primeiras décadas do século XXI (Silva, 2014). Tal definição entende por doutrinas e movimentos de esquerda aqueles que priorizam igualitarismo. Não se trata da utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, exaltar mais o que faz as pessoas iguais do que o que os faz desiguais, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais (Bobbio, 1995). Os governos que faziam parte desses países durante tal período tinham como base comum a introdução no debate público de uma agenda social voltada para a ampliação dos direitos humanos, o pressuposto de um desenvolvimento classificado como sustentável e maior ascensão de discursos sobre diversidade (Aguiar e Pereira, 2019).

Na Venezuela, em 1998 Hugo Chávez, fundador do partido de esquerda Movimento Quinta República (MQR) foi eleito como 56º presidente do país, tendo sido reeleito nos pleitos de 2000, 2006 e 2012 - nesta última pelo Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) permanecendo na presidência até sua morte em 2013 e sendo sucedido por seu vice, Nicolás Maduro. No Chile, a eleição presidencial do ano 2000 elegeu para presidente Ricardo Lagos do *Partido Por la Democracia* (PPD), legenda de Centro-esquerda e na eleição seguinte em 2006 foi eleita Michelle Bachelet do Partido Socialista do Chile (PSC). Em 2003 a Argentina elegeu Néstor Kirchner do Partido Justicialista (PJ) e sua esposa, Cristina Kirchner do mesmo partido o sucedeu no pleito de 2007 sendo reeleita em 2011. No Uruguai Tabaré Vázquez da Frente Ampla – uma coalizão eleitoral de Centro-esquerda a esquerda – foi eleito presidente em 2004 tendo mandato de 2005 a 2010, quando foi sucedido por José “Pepe” Mujica, da mesma legenda entre 2010 e 2015 e então retornado à presidência em 2015 onde permaneceu até 2019, um ano antes de seu falecimento. Outros fatos foram a eleição de Evo Morales na Bolívia em 2005, Rafael

Correa no Equador em 2006 e Daniel Ortega na Nicarágua também em 2006. No Paraguai, Fernando Lugo foi eleito em 2008 tendo seu mandato interrompido por um golpe em 2012. Em El Salvador, foi eleito em 2009 Mauricio Funes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), um partido socialista, sendo sucedido por Salvador Sánchez Cerén, do mesmo partido em 2014.

No Brasil, o cenário político presidencial do início do século XXI foi marcado pela eleição em 2002 de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). Após três derrotas (1989, 1994 e 1998) um metalúrgico e sindicalista foi eleito para um mandato de 2003 a 2006, tendo sido reeleito em 2006 para um novo mandato até 2010. O período de Lula na presidência foi marcado pela consolidação de diversos programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero que tiveram como consequência a saída do Brasil do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU); o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) que subsidiou a aquisição de imóveis para famílias de baixa renda e facilitou a aquisição de famílias com renda média; a criação do Programa Universidade Para todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) que visavam um acesso mais amplo e democrático ao Ensino Superior no Brasil, além da criação de 18 universidades federais, 173 campus universitários e 360 Institutos Federais (Stuckert, 2018), sendo um fato de conhecimento público o crescimento da população universitária do Brasil de 3 milhões em 2003 para 8 milhões em 2016.

Lula deixou a presidência no final de 2010 com uma aprovação recorde de 83% segundo o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), tendo sido sucedido por Dilma Rousseff, também do PT para o mandato de 2011 a 2014 sendo reeleita em 2014 para um novo mandato até o fim de 2018, no entanto, o segundo mandato de Dilma foi interrompido em 2016 por um golpe que será detalhado adiante.

Os treze anos de governo do PT indubitavelmente empoderaram as classes economicamente menos favorecidas, além de ter sido um período em que as ideias progressistas ganharam força, dando vez e voz a diversos grupos minorizados. Tal cenário culminou em uma reação dos setores mais conservadores de direita, aproveitando-se de eventos que começavam a ocorrer em outros países.

No final da primeira década dos anos 2000 esses governos que compunham a Onda Rosa entraram em declínio, seja por <sup>1</sup>acusações de corrupção ou por reações às políticas sociais inclusivas, visto que “as políticas de proteção social tenderam a empoderar os mais pobres, gerando pressão e revolta das classes médias” (De Almeida, 2019, p. 187). Nesse contexto, uma onda conservadora – tanto em âmbitos morais, quanto nas pautas econômicas – assolou os países da região que retornaram a eleger representantes de ideologias de direita, ou até mesmo extrema-direita (Aguiar e Pereira, 2019).

O início da década de 2010 foi marcada por diversas turbulências no cenário político internacional. Severo (2020) cita como exemplo movimentos como a Primavera Árabe de 2011 que marcou uma onda de protestos em países do Oriente Médio e do norte da África contra os governos vigentes e por melhorias sociais e de condições de vida; o Movimento dos Indignados na Espanha de 2011 que organizado pelas redes sociais levou a uma série de protestos pacíficos por mudanças políticas no país; o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, 2011, movimento de protestos contra corrupção, influência corporativa no governo e desigualdades sociais e econômicas; os manifestos do Movimento Estudantil no Chile entre 2011 e 2012 que levou estudantes universitários e do ensino secundário de instituições públicas e privadas a reivindicar por respostas do governo frente a exigências dos estudantes.

Sobre essas ondas de protestos, cabe elucidar que apesar da aparência de revoltas populares, a espontaneidade nem sempre se fez presente. Muitas dessas manifestações foram fortemente influenciadas por grupos políticos que se aproveitaram de casos de insatisfação de determinados grupos sociais com os governos vigentes até o momento – com particularidades em cada uma das regiões citadas – para criar um ambiente de instabilidade e conseqüente ascensão de supostas novas lideranças políticas. Trazendo como exemplo a Primavera Árabe, Schiocchet (2011) afirma que os acontecimentos de 2011 levaram a um ganho político de forças que já estavam em movimento muito antes dessa onda de revoltas.

---

<sup>1</sup> Tais acusações não necessariamente refletem a veracidade em relação à ética e integridade de tais governos. Evocar o discurso de um suposto combate à corrupção trata-se de uma estratégia comumente utilizada por partidos e grupos políticos de extrema-direita e pelo fascismo como evidenciam diversos episódios históricos no Brasil e no mundo.

De acordo com Kaminski (2012) os protestos em massa ocorridos na Europa e nos Estados Unidos, questionavam (com maior ou menor radicalidade) as instituições políticas modernas circunscritas no campo da democracia. De fato, no núcleo da crítica dos “indignados” e dos “*occupies*” está o modelo liberal de democracia representativa, a luta veemente contra a corrupção da classe política, o capitalismo especulativo e a relação orgânica dominante do mercado neoliberal com o Estado e os governos, cujos interesses favorecem o capital em detrimento dos direitos trabalhistas, dos direitos humanos, do meio ambiente, das políticas públicas e de demandas sociais básicas da população. Assim, a crise estrutural do capital expressa, portanto, uma crise política das instituições democráticas.

Tal onda de protestos acaba refletindo na América Latina. Além do já citado Movimento Estudantil do Chile, a repercussão dos casos nos outros continentes motivou antigos grupos latino-americanos a mobilizar militantes e ativistas, articulando multidões por meios eletrônicos a ocuparem as ruas e praças nos grandes centros urbanos latino-americanos. Dessa forma, a rede transnacional de movimentos de ocupação passa a articular-se com os “nós” locais do Chile, Brasil, Argentina, Uruguai, México, Colômbia, Bolívia e Peru (Kaminski, 2012).

No Brasil tal processo inicia-se com as manifestações de junho de 2013. Inicialmente organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) reivindicando contra o aumento das tarifas no transporte público, as manifestações acabaram atraindo diversos grupos e pessoas com pautas heterogêneas, entre elas as políticas econômicas da então Presidenta Dilma Rousseff do PT que estava no final do seu primeiro mandato. A ocupação das ruas foi determinante para a criação de novos grupos de direita, denominados de “nova direita”, que se desenvolveram se reconhecendo como horizontais e desligados de partidos políticos (Aguiar e Pereira, 2019).

De acordo com Romão (2014) as manifestações de 2013 se desenvolveram em três momentos: primeiramente, a pauta era o Passe Livre, a liderança era o MPL e a mídia era contra; em um segundo momento a violência praticada pelas Polícias Militares passaram a protagonizar os atos, a pauta das manifestações ampliou, a mídia muda de postura e passa a apoiar e as manifestações se espalham pelo país; por fim, a realização dos grandes eventos esportivos que estavam por vir (Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016) entram nas pautas e os gastos com dinheiro público

para a realização desses eventos vira o principal argumento contrário às autoridades vigentes e muda-se a liderança dos atos.

No início, quando o foco das manifestações ainda era o aumento das passagens, não se imaginava a proporção que os protestos tomariam. As primeiras manifestações aconteceram no dia 6 de junho em São Paulo e no Rio de Janeiro, seguidos de outros atos organizados pelo MPL nos dias 7, 11 e 13 de junho. O número de manifestantes foi crescente e a repressão policial também. As redes sociais tiveram um importante papel na amplitude dos manifestantes e na circulação de informações sobre datas, horários e locais das manifestações (Romão, 2014) o que fez com que tanto aumentasse o número de manifestantes quanto a heterogeneidade de pautas entre esses, uma vez que registros dos atos seguintes mostravam cartazes com dizeres para além de questão da tarifa no transporte público – “não é só por 20 centavos” virou um *slogan* de parte dos manifestantes -, incluindo cartazes com pedidos de intervenção militar e diversos manifestos contrários ao Governo Dilma e ao PT.

No segundo ciclo das manifestações, que se iniciou em 17 de julho de 2013 com as maiores manifestações até aquele momento nas principais capitais do país, houve em Brasília, uma tentativa de ocupação do prédio do Congresso Nacional e do Palácio do Itamaraty. Apesar dos manifestantes terem sido repelidos, alguns protagonizaram uma imagem de grande repercussão naquela noite ao invadirem o espelho d'água e subirem na escultura meteoro em frente ao palácio. Nesse momento, a tarifa no transporte público já não era mais o principal elemento motivador dos atos e o MPL já não exercia papel de liderança.

No dia 21 de julho de 2013 o MPL definitivamente deixou a liderança das manifestações após militantes de partidos políticos e de movimentos sociais terem sido hostilizados por manifestantes e grupos de extrema-direita no ato do dia 20 de junho, em São Paulo. Nesse momento a organização das manifestações passou a ser feita pelos Comitês Populares da Copa, um coletivo que tinha por objetivo acompanhar o impacto dos megaeventos do país – Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas – denunciando violações de direitos humanos e pessoas atingidas pela produção de tais eventos. Uma vez que o direito do Brasil de sediar esses megaeventos se deram pelos esforços do Presidente Lula durante seu segundo mandato com o intuito de colocar o Brasil como protagonista de grandes eventos mundiais, os relatos feitos pelos Comitês

Populares da Copa acabaram servindo de propaganda negativa ao PT, uma vez que grupos de direita passaram a espalhar tais ocorridos e de forma leviana difundir a ideia de que tais impactos negativos seriam responsabilidade de Lula, do PT e conseqüentemente da Presidenta Dilma.

O período entre as manifestações de junho de 2013 até o final de 2014 aflorou os ânimos com relação aos posicionamentos políticos da população. Além das tradicionais militâncias políticas organizadas em partidos, centros acadêmicos e outras organizações tradicionalmente engajadas nas pautas políticas ideológicas e partidárias, as redes sociais no ciberespaço passaram a desempenhar um papel fundamental na propagação e disseminação de ideias. Com relação aos grupos opositores a Dilma Rousseff, chama atenção a estratégia utilizada na tentativa de deslegitimar seu governo. Nas postagens disparadas nas redes sociais era comum conteúdo com piadas sexistas, questionamento quanto à preferência sexual da Presidenta, ofensas em relação a gênero e conteúdo de ridicularização de sua aparência com alusões à objetificação do corpo da mulher.

Durante as eleições de 2014 o principal adversário de Dilma foi, na época, o Senador pelo estado de Minas Gerais, Aécio Neves do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Durante o período de campanha conteúdos nas redes sociais de caráter como os mencionados no parágrafo anterior foram intensivamente criados e disparados pelos eleitores de Aécio, além das já referidas insinuações de uma suposta natureza corrupta do Partido dos Trabalhadores, consolidando o uso do termo “Petralha” para se referir a qualquer membro do partido e o uso da escrita da palavra “corruPTos” usando maiúsculas nas letras que formam a sigla do partido. As eleições foram acirradas, mesmo assim com 51,64% dos votos válidos, Dilma foi reeleita para um segundo mandato, contra 48,36% dos votos recebidos por Aécio Neves.

Apesar da vitória, o segundo mandato da Presidenta Dilma foi marcado pela instabilidade política devido a não aceitação da derrota de seu adversário. De volta à câmara dos senadores, em seu primeiro discurso no plenário após a derrota, Aécio disse:

“[...] vamos obstruir todos os trabalhos até o país ‘quebrar’ e a Presidente Dilma ficar incapacitada de governar, sem apoio parlamentar. [...] Sem o poder legislativo nenhum governo se sustenta”.

A fala, na época, do Senador e candidato derrotado demonstra uma evidente tentativa de não deixar a Presidenta exercer seu segundo mandato plenamente, além de uma clara incitação de grupos opositores de chegar ao comando do governo independente

do resultado do pleito democrático. Assim, começou a se desenhar o Golpe de 2016 que destituiu do cargo a Presidenta Dilma mediante um processo de *impeachment* sem base legal.

Embora os opositores de Dilma afirmem que o *impeachment* não foi um golpe de Estado, senão apenas o pertinente e justo acionamento de um dispositivo constitucional encaminhado pelo Congresso Nacional, Oliveira (2017) afirma que nenhum partidário de um golpe de Estado costuma atribuir ao movimento ao qual integra ou integrou o epíteto de “golpista”, preferindo, por exemplo, a autodesignação de “revolucionário” como usado pelos defensores do Golpe Militar de 1964 no Brasil.

O autor supracitado, afirma que entre os que denunciaram a ocorrência de um golpe de Estado durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, havia um certo consenso em apontar o que seria uma articulação entre agentes públicos provenientes de frações do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, todas elas retroalimentadas pela espetacularização do processo propiciada pelos canais midiáticos.

Em meio aos trâmites que visavam derrubar o Governo de Dilma Rousseff acontecia a chamada Operação Lava Jato que teria como função desvendar as redes e operações de corrupção perpetradas pelo desvio de dinheiro público através da Petrobrás (Oliveira, 2017). Com o devido apoio da mídia se valendo por diversas vezes de um discurso carregado de sensacionalismo, a Lava Jato se valia de que tal investigação se tratava do maior esquema de corrupção jamais descoberto, no Brasil e no mundo, e que seus maiores beneficiários seriam políticos de partidos que formavam a base dos governos Lula e Dilma, incluindo o próprio PT.

[...] em 14 de setembro de 2016, conhecida pelo anedotário político pelo uso simplório de uma apresentação em data-show, o procurador do Ministério Público Federal e coordenador geral da Operação Lava Jato, Daltan Dallagnol, acusou, literalmente, Lula de ser “o comandante máximo do esquema de corrupção”, imputando-lhes os crimes de ocultação de patrimônio, apropriação indébita de dinheiro público e formação de quadrilha, a despeito, até o momento, de provas que balizassem a acusação e sua eventual punição” (Oliveira, 2017 p. 199).

Toda essa espetacularização atraiu o apoio popular de parcela significativa da população que passaram a se organizar em atos nos quais trajavam a camisa da Seleção Brasileira de Futebol ou qualquer outra vestimenta nas cores verde e amarela. Autodenominados “patriotas”, “cidadãos de bem”, e desvinculados de legenda partidária

– o *slogan* “Meu partido é o Brasil” se tornou uma das marcas do grupo – tais organizações conseguiram chamar atenção para um clamor popular favorável ao *impeachment* o que veio a fortalecer ainda mais grupos e políticos da extrema-direita.

No dia 17 de abril de 2016 ocorreu, na Câmara dos Deputados Federais, a sessão definitiva de votação para abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. O processo de votação seguiu com os moldes de espetacularização, marcado pelos deputados da oposição fazendo discursos de cunho religioso e moralista, dedicando seus votos favoráveis ao *impeachment* à Deus, à família e à nação, tudo isso acompanhado de muita extravagância em um cenário extremamente tumultuado. Dentre os discursos proferidos naquele fatídico domingo, o de maior repercussão foi do então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro que dedicou seu voto ao torturador Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra a quem Bolsonaro se referiu como “o pavor de Dilma Rousseff”. Ustra foi coordenador do chamado Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI – CODI), um centro de tortura e assassinato dos opositores à ditadura militar que funcionou entre 1970 e 1974 no qual Dilma Rousseff foi presa e brutalmente torturada por suas ações de luta contra o Regime. O “fator Bolsonaro” será mais detalhado adiante, mas a sua fala nesse dia por um lado causou repulsa em muitas pessoas, mas por outro lado inflamou ainda mais o discurso dos autodenominados “cidadãos de bem” que passaram a enaltecer o torturador como uma espécie de herói nacional. Ao término da sessão após mais de nove horas de duração, por 367 votos favoráveis contra 137 contrários e sete abstenções, o processo de abertura do *impeachment* foi aprovado.

Após o processo seguir para o Senado o julgamento do *impeachment* teve início em 26 de agosto de 2016 e após seis dias de tramitação, no dia 31 de agosto de 2016, decidiu-se por cassar Dilma Rousseff do cargo de Presidente da República com 61 votos favoráveis e 20 contrários. Dessa forma, o até então vice-presidente Michel Temer do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi definitivamente empossado presidente.

Pouco depois da destituição de Dilma, a Lava Jato seguia com ações que alimentavam uma visão negativa a respeito do PT frente a opinião pública. O referido caso de 14 de setembro de 2016 onde Dallagnol ajuizou a ação penal perante Moro e performaticamente, diante da imprensa, produziu o famigerado *Powerpoint*, passou o

então ex-presidente Lula de investigado a réu. A peça de denúncia do procurador referiu, por quinze vezes, ao fato de Lula ter formado, em favor do PT, um “colchão” de recursos ilícitos para abastecer campanhas eleitorais visando à perpetuação criminosa no poder. Não se tratou de mera imputação de conduta delituosa a Lula, mas de formação de juízo político que, por sua vez, interpelava agentes à necessidade de uma estratégia política contraposta para refrear o PT em si (Bello, Capela e Keller, 2021). Se tornou um símbolo da Lava Jato, a crença de que havia um “chefe” de todo o “esquema criminoso” investigado: Luiz Inácio Lula da Silva.

Após ser empossado presidente, o governo de Michel Temer foi marcado por uma significativa transformação ideológica, em comparação aos anos anteriores do PT, especialmente no que tange a participação feminina no poder público. De acordo com Aguiar e Pereira (2019) o desmantelamento da participação feminina na esfera pública no governo de Temer ficou mais evidente em alguns pontos, principalmente em sua composição ministerial – majoritariamente masculina e branca, e seus comentários caracterizavam um pensamento conservador em relação à ocupação das mulheres no espaço público. Caso de grande repercussão na época se deu quando a Revista Veja (2016) escreveu uma matéria falando sobre a então esposa do presidente, Marcela Temer, uma mulher 43 anos mais jovem que seu marido que foi definida pela revista como “bela, recatada e do lar” devido ao seu estilo de vida baseado em cuidar da aparência, aparecer pouco, não trabalhar e seus afazeres se resumirem a cuidar da casa, do filho e do marido. Chama atenção no conteúdo da matéria o tom de romantização e formosura que é dado às atribuições de Marcela, em uma clara tentativa de induzir a ideia de que a <sup>2</sup>primeira-dama tratava-se de um modelo ideal de mulher.

Em meio ao Governo Temer crescia a popularidade de políticos da extrema-direita entre os já referidos autodenominados “patriotas”, “cidadãos de bem” que agora também passaram a se autodenominarem como “conservadores”. Usando de discursos de tom nacionalista exacerbado, do ponto de vista moral simpatizante do militarismo e alinhado com grupos neopentecostais, tais grupos políticos passaram cada vez a ter mais palanque na mídia televisiva e principalmente nas redes sociais.

---

<sup>2</sup> Na época da publicação da matéria Michel Temer ainda não havia sido empossado presidente. No texto, Marcela é chamada de a “quase primeira-dama” do Brasil.

Segundo a matéria publicada na revista Exame (2016) que divulgou os resultados de uma pesquisa do IBOPE, a sociedade brasileira atingiu o ápice do conservadorismo dos últimos anos em dezembro de 2016. De acordo com o levantamento, 54% dos brasileiros apresentaram posições tradicionais em relação a questões como legalização do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, pena de morte e redução da maioridade penal.

Mas antes mesmo de todo esse processo do Golpe de 2016 e dos retrocessos aos avanços feitos pelo campo progressista que marcaram o Governo Temer, voltando um pouco na linha do tempo, o período de instabilidade que iniciou-se com as manifestações de 2013, contaram com (entre outros), dois fatores determinantes nos rumos da política no Brasil: o “fator Bolsonaro” e a concretização de grupos neopentecostais nas políticas públicas.

Jair Messias Bolsonaro exerceu sete mandatos consecutivos como Deputado Federal passando por diferentes partidos. Militar de carreira, prestou serviço no Exército Brasileiro entre 1973 e 1988 quando foi para a reserva com a patente de Capitão. Desde que entrou para a política em 1991 a maior parte de sua vida pública foi marcada por sua falta de protagonismo, baixo número de projetos aprovados (apenas dois projetos aprovados em 28 anos como parlamentar) e pouco espaço na mídia. Sua popularidade começou a crescer no início de seu 6º mandato no ano de 2011, quando Bolsonaro atacava veementemente uma iniciativa não-governamental chamada “Escola Sem Homofobia”, uma proposta para compor o Programa Brasil Sem Homofobia do Governo Federal que visava a implementação de um material paradidático sobre respeito à diversidade sexual nas escolas.

O material em questão foi elaborado dentro de diversas diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e Bolsonaro foi um dos principais opositores da iniciativa, criando um apelido pejorativo ao material que ficou marcado na história: “Kit gay”. Devido às pressões, o governo recuou na distribuição do material que nunca chegou às escolas brasileiras.

Com a repercussão da sua atuação contra o Escola Sem Homofobia, Bolsonaro começou a ganhar espaço na mídia televisiva, em especial em programas sensacionalistas e principalmente na internet onde proferia discursos claramente de cunho machista, homofóbico, saudosista da ditadura militar, armamentista, neopentecostal, moralista e no

campo econômico defensor de empresários e da iniciativa privada. Fato que levou a uma onda de discursos da mesma natureza por parcela significativa da população além de ter agravado as manifestações de ódio a governos e ideologias de esquerda.

Em 2014 Bolsonaro foi eleito para seu 7º mandato como Deputado Federal, dessa vez como o deputado mais votado no estado do Rio de Janeiro, em 2016, aparecia em 2º lugar nas pesquisas de intenção de votos para a futura eleição presidencial, o que levou a sua candidatura e eleição<sup>3</sup> em 2018. Os fatos que marcaram o governo Bolsonaro serão detalhados na 3ª seção deste capítulo, com especial ênfase nos seus impactos às questões de Gênero e Sexualidade na Educação.

Com relação aos grupos religiosos neopentecostais, esses investem na ocupação do aparelho do Estado desde a década de 1980, o que conduziu ao gradual e progressivo aumento de cadeiras ocupadas no Parlamento (Silva, 2017), que viriam a se consolidar somente em 2018. Neste ínterim, entre os anos 1980 e 2018, muitas outras estratégias foram sendo adotadas, que materializaram-se na consolidação da Bancada da Bíblia, na disputa e ocupação crescente de cargos políticos de representantes do segmento evangélico nas coordenações de Comissões Parlamentares, elaboração de projetos de lei, busca por indicações de cargos de comando, tal como exercido por Marcos Feliciano na presidência da Comissão Nacional dos Direitos Humanos em 2013, bem como a progressiva interferência em determinadas políticas públicas (Severo, 2020).

A aproximação de Bolsonaro com diversos grupos neopentecostais foi fator determinante para a união de diferentes grupos da direita. Apesar das inúmeras diferenças entre os contextos e matrizes de cada representante da extrema-direita, bem como das

---

<sup>3</sup> No início da corrida presidencial de 2018, o PT lançou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva que viria para um possível 3º mandato. No entanto, mais uma vez a Operação Lava Jato interferiu em desfavor do PT. O ápice do enredo da Lava Jato ocorreu em 7 de abril de 2018, quando Lula passou de condenado a detento (Bello, Capela e Keller, 2021). Moro finalmente conseguiu prender Lula, com enorme cobertura midiática, seis meses antes das eleições presidenciais. Mesmo preso, Lula era o líder nas pesquisas de opinião e intenção de votos, deixando Bolsonaro em 2º lugar. O PT tentou manter sua candidatura, mas foi impedido por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, baseada na Lei da Ficha Limpa. Somente após a cassação da candidatura de Lula que Bolsonaro passou a ocupar o 1º lugar. Um fato que não pode cair no esquecimento foi que antes de ser eleito, Bolsonaro convidou Sergio Moro para ser seu Ministro da Justiça que aceitou o convite quando ainda era juiz. Outro fato de extrema valia diz respeito às investigações feitas pelo Intercept Brasil que obteve acesso a *prints* de conversas em um aplicativo de mensagens onde explicitamente se vê Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol (entre outras pessoas) se articulando para prender Lula e combinando falas e ações para conquistar a opinião pública. Tais fatos corroboram com a hipótese de que a Lava Jato não passou de uma conspiração para tentar derrubar o partido que mais empoderou as classes oprimidas com o intuito de reconstruir velhos padrões e assegurar o poder dos opressores. Além disso, tais fatos também comprovam a natureza inescrupulosa e imoral de Moro e Dallagnol, que um dia tentaram se autopromover como “heróis”.

razões e impactos que a ascensão da extrema-direita tem acarretado às sociedades, existem muitos elementos em comum. Dentre eles, destacam-se as questões de rechaço aos direitos LGBTQIAPN<sup>4</sup>, defesa da família tradicional e valores cristãos, bem como demais valores morais conservadores (Severo, 2020).

Uma análise um pouco mais detida dos princípios, regimentos e documentos publicados pelas entidades e grupos de extrema-direita indica a afirmação do conservadorismo e de valores do humanismo abstrato: defesa da vida, da família, da paz social e da harmonia. [...] Indicam também traços xenofóbicos e segregadores, pois sempre identificam um outro como inimigo desses valores, em sua maioria comunistas, estrangeiros, imigrantes, negros e homossexuais. À mulher não é reservado nenhum papel ou lugar público e de liderança (Silva et al., 2014 p. 441–442).

A televisão e páginas pessoais ou da mídia na internet estão saturados de mensagens e filosofias que dão sustentação ideológica para o campo ideológico da extrema-direita. Os opositores de esquerda, os jovens, os pobres, os negros, mulheres e homossexuais são vandalizados, estigmatizados e caricaturados diariamente pela mídia patronal nos conteúdos de seus vários programas diários ou editoriais “jornalísticos” (Silva, et al., 2014). Para Ferreira (2016) o conservadorismo:

[...] sendo reproduzido ideologicamente em seus valores de maneira ampliada, transforma moral em moralismo; por não estar fundado na razão ou na história, não adere às lutas sociais coletivas como promessa de transformação da realidade; tendo a família, a igreja e as organizações como instituições por princípio (porque carregam os valores mais tradicionais do pensamento conservador), nega as conquistas da época moderna, muitas delas ligadas à revolução sexual, à libertação da mulher (ao divórcio e as conquistas civis e no mundo do trabalho), aos direitos de diversidade sexual e de gênero e outras lutas que o conservador entende como promessas de felicidade a custo da produção de inimizade entre os grupos (homossexuais contra heterossexuais, mulheres contra homens, etc.) (Ferreira, 2016 p. 171).

Barroco (2009) já sinaliza que a família é um dos alicerces morais do conservadorismo e sua função é a de manutenção da propriedade. A mulher exerce o papel de agente socializador responsável pela educação moral dos filhos; por isso, essa perspectiva é radicalmente contrária aos movimentos feministas, e qualquer iniciativa que vise a ruptura com os padrões tradicionais de gênero é entendida como elemento de desintegração familiar.

---

<sup>4</sup> Sigla que designa toda orientação sexual ou identidade de gênero que não se enquadra nos padrões cisheteronormativos, sendo: L = lésbicas, G = Gays, B = Bissexuais, T = Transsexuais/Transgêneros/Travestis, Q = *Queer*, I = Intersexo, A = Assexual, P = Pansexuais, N = Não-binária, + = inclui outros grupos e variações de sexualidade e gênero que também não se encaixam na cisheteronormatividade.

Para finalizar essa seção, ressalta-se que durante tal período, além dos ataques à diversos grupos minorizados, no campo intelectual os ataques visavam a deturpação, estigmatização, estereotipagem e desvalorização de qualquer campo do saber que não agradasse aos valores pregados por tais grupos conservadores. Como mencionado na introdução do presente trabalho, um dos campos atacados pela extrema-direita foram os estudos de gênero e sexualidade e sua aplicação na educação. Tais ataques não foram uma novidade na nossa história como será redigido na seção a seguir.

## **2.2 Gênero e Sexualidade na Educação Brasileira: Histórico, Episteme e Legislação**

As primeiras preocupações explícitas em relação à educação do sexo de crianças e jovens no Brasil tiveram lugar nos anos 1920 e 1930. No decorrer dessas décadas os considerados problemas de “desvios sexuais” deixaram de ser percebidos como crime para serem concebidos como doenças. A escola passou a ser tida como um espaço de intervenção preventiva da medicina higiênica, devendo cuidar da sexualidade de crianças e adolescentes a fim de produzir comportamentos considerados “normais” (Altmann, 2001). Nesse momento, a chamada Educação Sexual<sup>5</sup> passou a ser uma preocupação para médicos, intelectuais, professores e professoras que então povoavam o universo educacional brasileiro (César, 2009). Em 1922, Fernando de Azevedo<sup>6</sup> respondeu a um inquérito promovido pelo Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo sobre Educação Sexual. Naquela ocasião, o intelectual destacava a importância do ensino da disciplina para o “interesse moral e higiênico do indivíduo” e para o “interesse da raça” (Marques, 1994). Na época, prevaleciam discursos que eram, em geral, repressivos, ancorados nos pressupostos da moral religiosa e reforçados pelo caráter higiênico das estratégias de saúde pública (Furlaneto et al, 2018).

Em 1933, foi fundado na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, o “Círculo Brasileiro de Educação Sexual”, que editou um periódico denominado “Boletim” desde o ano da sua criação até 1939 (Souza, 2002). Ao contrário das ideias que se estabeleceram no imaginário a respeito da ocultação sobre o sexo e as práticas sexuais,

---

<sup>5</sup> Na literatura especializada e nos documentos legais que orientam as intervenções educacionais voltadas para a sexualidade existem divergências com relação a qual seria a melhor nomenclatura para designar tais intervenções. O termo Educação Sexual se apresenta como o mais popularmente conhecido, mas há também outros termos como Educação Para a Sexualidade, Gênero e Sexualidade na Educação e Orientação Sexual, sendo que este último foi o escolhido para nomear documentos legais da educação como o Tema Transversal presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

<sup>6</sup> Fernando de Azevedo foi um sociólogo, educador, administrador e ensaísta brasileiro que viveu entre 1894 e 1974 e foi um dos expoentes do Movimento Escola Nova.

desde o final do século XVIII e, especialmente, desde o século XIX, o sexo já era objeto de discussões entre médicos e educadores que defendiam a presença de uma educação para a higiene sexual dos jovens (César, 2008). Estas primeiras tentativas do século XX em defesa da Educação Sexual nas escolas brasileiras se deram por meio de pressupostos higienistas e eugênicos.

De acordo com César (2009), a instituição escolar se transformou ao longo do século XX, ora conservadora, ora revolucionária, ora progressista, ora liberal, sobretudo ao longo das décadas de 1940 e 1950, marcada por diversas reformas nas políticas educacionais brasileiras. A partir dos anos de 1960, os movimentos pelos direitos civis, as lutas feministas, os movimentos da libertação gay<sup>7</sup>, as reivindicações étnico-raciais e, na América Latina, as lutas contra os regimes ditatoriais produziram marcas no discurso sobre Educação Sexual na escola. Um segundo momento importante em relação à produção discursiva e as práticas pedagógicas da Educação Sexual no Brasil deu-se nos primeiros anos da década de 1960. Sobre isso:

Pouco antes da ditadura militar, o Brasil vivia um clima de “renovação pedagógica”, as críticas sociológicas sobre os sistemas educacionais começavam a ser formuladas e aplicadas em escolas experimentais. Foi justamente nesse período que o tema da educação sexual retornou de forma mais sistemática ao discurso pedagógico. Nessa que podemos chamar de segunda onda da educação sexual brasileira, escolas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte organizaram programas de educação sexual em conexão com as “novidades pedagógicas” e curriculares de então (César, 2009, p. 40).

No início da ditadura militar, em 1965, uma portaria do secretário de Estado dos Negócios da Educação do Estado de São Paulo proibiu professores do Ensino Secundário, em especial os de Biologia e de Sociologia, de exporem nas escolas sobre a sexualidade e sobre a contracepção (Werebe, 1998). Entretanto, naquele período, o interesse crescente pela Educação Sexual entre os educadores brasileiros levou a deputada federal Júlia Steinbruch (MDB/RJ), em 1968, a apresentar um projeto de lei<sup>8</sup> propondo a introdução da Educação Sexual obrigatória nas escolas primárias e secundárias do país (Werebe,

---

<sup>7</sup> Movimentos de pessoas gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros que ocorreram nos Estados Unidos, diversos países da Europa Ocidental e na Oceania em países como Austrália e Nova Zelândia entre as décadas de 1960 e 1970.

<sup>8</sup> PL 1035/1968 que torna obrigatória a educação sexual em todas as escolas de nível primário e secundário do território nacional e de outras providências. Situação: Arquivado.

1998). Apesar de ter tido maioria dos votos na câmara, após a aprovação o projeto foi para análise da Comissão de Moral e Cívica que reprovou e arquivou o projeto.

Como a ditadura impôs um regime de controle e moralização dos costumes, especialmente decorrente da aliança entre os militares e o majoritário grupo conservador da igreja católica, a Educação Sexual foi definitivamente banida de qualquer discussão pedagógica por parte do Estado e toda e qualquer iniciativa escolar foi suprimida com rigor. No período ditatorial, portanto, a Educação Sexual e os debates sobre gênero ou feminismo apareceram como parte de um projeto de escola e educação que se instaurou nas bases das lutas pela redemocratização do país, e nesse momento a Educação Sexual apareceu como uma reivindicação importante do movimento feminista brasileiro (César, 2009). Portanto, ao longo da década de 1970 até o início dos anos 1980, não há registros de tentativas de implementação de atividades pedagógicas envolvendo qualquer questão sobre sexo ou gênero na educação. O debate sobre o tema ficou restrito a discussões no campo intelectual e nas pautas de determinados movimentos de luta e resistência contra a repressão da ditadura.

No início da década de 1980, o discurso da saúde e da biologia ocupara por completo esse espaço epistemológico da Educação Sexual. A epidemia de HIV/AIDS teve um grande impacto na educação, na medida em que crescia o paradigma da informação como “arma” contra a epidemia. Assim, a escola no início dos anos 1990 foi tomada como um lugar fundamental para a propagação de informações sobre o “sexo seguro”, as quais incluíam, além do contágio do HIV/AIDS e outras IST, a “gravidez na adolescência”, que para os especialistas começou a ser tomada como um “problema pedagógico” importante. A partir desse momento, o discurso da sexualidade nas escolas brasileiras foi definitivamente colonizado pela ideia de saúde e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência, tomadas como sinônimo de problema de saúde física e social (César, 2004).

Na segunda metade dos anos de 1990, no âmbito de um conjunto de reformas educacionais, o governo brasileiro produziu um importante documento – os “Parâmetros Curriculares Nacionais” (PCN) (Brasil, 1997). Os PCN foram concebidos como resposta e solução para grande parte dos problemas educacionais no Brasil, bem como resposta à inserção na Constituição de 1988 de temas oriundos dos movimentos sociais, tais como as questões étnico-raciais, o meio ambiente, a Educação Sexual e as questões de gênero,

esquecidas desde os projetos dos anos 1970. Inspirada pela reforma educacional espanhola organizada pelo partido popular, no início dos anos 1990, a educação brasileira tomou para si a concepção dos temas transversais e instituiu a Educação Sexual como um dos temas a serem trabalhados nos PCN. O fascículo sobre o Tema Transversal “Orientação Sexual”, publicado em 1997, consolidou definitivamente a escolarização de uma educação do sexo (César, 2004).

Antes da publicação dos PCN, percebe-se que as práticas de Educação Sexual desenvolvidas nas escolas abordavam o tema de uma perspectiva exclusivamente biológica (Dinis e Asinelli-Luz, 2007), com aulas sobre anatomia e fisiologia dos sistemas reprodutores (a reprodução era um dos imperativos da sexualidade) e sobre a prevenção da “gravidez precoce” e das IST. O próprio termo sistema reprodutor vinculava a sexualidade necessariamente à reprodução, e não aos aspectos psicológicos e socioculturais que abrangem a sexualidade.

Uma vez que os PCN conceberam as questões sobre sexualidade como um tema transversal, inicialmente este deve ser trabalhado em todas as áreas do saber. Logo em sua apresentação o documento afirma:

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes (Brasil, 1997, p. 73).

O documento também faz referência ao histórico de como a sexualidade foi abordada na educação no Brasil em diferentes momentos e ressalta a importância dos movimentos sociais em propor a repensar o papel da escola e os conteúdos a serem trabalhados por ela, com a abertura política decorrente do processo de redemocratização. Afirma também, que embora toda essa discussão já venha ocorrendo há tempo considerável, poucas iniciativas de fato foram implementadas, como pode se verificar no seguinte trecho:

A discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas de primeiro e segundo graus tem se intensificado a partir da década de 70, por ser considerada importante na formação global do indivíduo. Com diferentes enfoques e ênfases há registros de discussões e de trabalhos em escolas desde a década de 20. A retomada contemporânea dessa questão deu-se juntamente com os movimentos sociais que se propunham, com a abertura política, a repensar sobre o papel da escola e dos conteúdos por ela trabalhados. Mesmo assim não foram muitas as iniciativas tanto na rede pública como na rede privada de ensino (Brasil, 1997, p. 77).

No parágrafo que sucede o trecho citado, o documento segue embasando sua justificativa, relatando que a partir da década de 1980 aumentou a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas devido à preocupação de educadores com questões sociais como, por exemplo, o avanço da epidemia do HIV/AIDS e o crescimento do índice de gravidez na adolescência. O mesmo parágrafo ainda cita uma pesquisa do Instituto DataFolha, realizada em dez capitais brasileiras e divulgada em junho de 1993, que constatou que 86% das pessoas ouvidas eram favoráveis à inclusão de Orientação Sexual nos currículos escolares, evidenciando a aprovação popular na época da implementação do tema.

No que tange à diversidade de assuntos que devem ser abrangidos ao tratar da sexualidade, fica evidente na análise do documento que esses não mais devem ser trabalhados por um viés meramente biológico, questões de cunho histórico e socioculturais também devem ter atenção e que são diversas as áreas do saber que podem contemplá-las, como mostram os seguintes trechos:

[...] sendo a sexualidade construída ao longo da vida, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito. Indissociavelmente ligado a valores, o estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas, como Antropologia, História, Economia, Sociologia, Biologia, Medicina, Psicologia e outras mais. Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade é, de forma bem mais ampla, expressão cultural. Cada sociedade cria conjuntos de regras que constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual de cada indivíduo. Nesse sentido, a proposta de Orientação Sexual considera a sexualidade nas suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural (Brasil, 1997, p. 81).

É nas relações sociais que se definem, por exemplo, os padrões de relação de gênero, o que homens e mulheres podem e devem fazer por serem homens e mulheres, e, principalmente, quais são e quais deverão ser os direitos de cidadania ligados à sexualidade e à reprodução. O alto índice de gravidez indesejada na adolescência, abuso sexual e prostituição infantil, o crescimento da epidemia de AIDS, a discriminação salarial das mulheres no mercado de trabalho, são algumas das questões sociais que demandam posicionamento em favor de transformações que garantam a todos a dignidade e a qualidade de vida previstas pela Constituição brasileira (Brasil, 1997, p. 87).

Com relação aos conteúdos, o documento está organizado em três blocos: “Corpo: matriz da sexualidade”, “Relações de gênero” e “Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis<sup>9</sup>/AIDS. No primeiro bloco, os conteúdos sugeridos são: as transformações

---

<sup>9</sup> Na época em que o documento foi criado as infecções que podem ser transmitidas pelo ato sexual eram chamadas de Doenças Sexualmente Transmissíveis e conhecidas pela sigla DST. Em 2016 o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais do Ministério da Saúde passou a usar a nomenclatura Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) no lugar de Doenças

do corpo do homem e da mulher nas diferentes fases da vida, dentro de uma perspectiva de corpo integrado, envolvendo emoções, sentimentos e sensações ligadas ao bem-estar e ao prazer do autocuidado; os mecanismos de concepção, gravidez e parto e a existência de métodos contraceptivos; as mudanças decorrentes da puberdade: amadurecimento das funções sexuais e reprodutivas; aparecimento de caracteres sexuais secundários; variação de idade em que inicia a puberdade; transformações decorrentes de crescimento físico acelerado; o respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro; o respeito aos colegas que apresentam desenvolvimento físico e emocional diferentes; o fortalecimento da autoestima; a tranquilidade na relação com a sexualidade.

Já o bloco “Relações de gênero” sugere os seguintes conteúdos: a diversidade de comportamento de homens e mulheres em função da época e do local onde vivem; a relatividade das concepções tradicionalmente associadas ao masculino e ao feminino; o respeito pelo outro sexo, na figura das pessoas com as quais se convive; o respeito às muitas e variadas expressões do feminino e do masculino.

E, por fim, no bloco que trata sobre prevenção, tais conteúdos devem ser abordados: o conhecimento da existência de doenças sexualmente transmissíveis; a compreensão das formas de prevenção e vias de transmissão da AIDS; a comparação entre as formas de contato que propiciam contágio e as que não envolvem riscos; recolher, analisar e processar informações sobre a AIDS, por meio de folhetos ilustrados, textos e artigos de jornais e revistas; o conhecimento e a adoção dos procedimentos necessários em situações de acidente ou ferimentos que possibilitem o contato sanguíneo; o repúdio às discriminações em relação aos portadores de HIV e doentes de AIDS; o respeito e a solidariedade na relação com pessoas portadoras<sup>10</sup> do vírus HIV ou doentes de AIDS.

Chegando ao século XXI, no início da década dos anos 2000, estabeleceram-se certas políticas de enfrentamento do preconceito em relação à orientação sexual e à identidade de gênero, assim como também houve um aumento significativo no número e na força política dos movimentos sociais feminista e LGBTQIAPN+ (César e Duarte, 2017). Firmaram alianças e parcerias entre o Governo Federal e os movimentos feministas

---

Sexualmente Transmissíveis (DST), porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas. A nova denominação é uma das atualizações da estrutura regimental do Ministério da Saúde (Brasil, 2016).

<sup>10</sup> Atualmente recomenda-se o não uso do termo “portador” do vírus HIV, preferindo “pessoas que vivem com HIV” como uma forma mais adequada para se referir a pessoas HIV positivo.

e LGBTQIAPN+ para o combate à violência contra as mulheres e à LGBTQIAPN+fobia. (César, Duarte e Sierra, 2013). Nesse processo, algumas lideranças sociais passaram a ocupar posições em ministérios e secretarias de governo, além de se tornarem consultores para as políticas públicas de educação, saúde e justiça (César e Duarte, 2017).

Em 2004, uma parceria entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República elaborou o programa Brasil Sem Homofobia, um programa de combate à violência e à discriminação contra pessoas gays, lésbicas, bissexuais e travestis e de promoção da cidadania homossexual (Brasil, 2004). Dentre as diretrizes do programa observa-se um item exclusivo – item V - sobre o direito à educação livre de preconceito em relação à orientação sexual. Posteriormente, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação, em parceria com as Organizações Não Governamentais GALE – *Global Alliance for LGBT Education*; ECOS – Comunicação e Sexualidade e a ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, organizou o já referido Programa Escola Sem Homofobia, cujo principal objetivo era oferecer um conjunto de materiais de apoio para professoras e professores abordarem nas escolas o tema da diversidade sexual e de gênero. Como mencionado na seção anterior, o projeto visava elaborar suportes educativos para o combate à homofobia, à lesbofobia e à transfobia nas escolas se valendo de diversas diretrizes do MEC.

Antes mesmo dos ataques feitos por Bolsonaro e do apelido “kit gay” cair no discurso dos grupos conservadores, o material em questão já era motivo de polêmica e discussão na Assembleia Nacional. Quando os movimentos sociais e intelectuais tentaram dialogar com os representantes legislativos a reação foi a difamação e as várias formas de violência contra seus defensores, isto é, ativistas, intelectuais e educadores. No curso deste embate, o referido material foi rechaçado não somente por parlamentares pertencentes da bancada conservadora fundamentalista religiosa, mas também por deputados de frentes progressistas, em razão da crise política que ali se instaurava. Vários deputados e senadores conservadores diziam que as peças produzidas no contexto do programa Escola Sem Homofobia seriam “propaganda” LGBT (César e Duarte, 2017).

Em decorrência desse cenário somado à ascensão da direita conservadora descrita na seção anterior, o debate sobre gênero e sexualidade na educação entrou em um período de retrocesso ao longo das décadas seguintes.

### **2.3 Os Impactos da Ascensão Conservadora nas Questões de Gênero e Sexualidade na Educação Brasileira e No Ensino de Biologia**

Como descrito nas seções anteriores, pode-se afirmar que a ascensão da extrema-direita no cenário político brasileiro não só impactou nos avanços feitos pelo campo progressista, nas questões de gênero e sexualidade, na educação como também o fato de atacar essas iniciativas foi fator crucial para promover esses grupos e aumentar sua popularidade perante parcela significativa dos eleitores brasileiros.

Durante as décadas de 2000 e 2010, dois novos documentos foram elaborados no campo da educação: o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As discussões travadas entre os representantes do campo progressista e movimentos sociais com a bancada ultraconservadora e diferentes movimentos de fundamentalistas religiosos, transcorreu toda a redação dos referidos documentos. A versão final tanto do PNE quanto da BNCC evidencia os impactos da onda conservadora na educação brasileira traduzindo-se em tamanho retrocesso no que diz respeito à inclusão de temas oriundos das lutas sociais presentes nos PCN, incluindo a Educação Sexual e as questões de gênero.

A primeira versão do PNE foi apresentada em 2001 (Lei 10.172/2001), documento que determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional que vigorou até o ano de 2010. Nos objetivos e metas para os cursos de formação docente, incluíam-se nas diretrizes curriculares os estudos de temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se referem às abordagens de gênero, Educação Sexual, ética, saúde e temas locais (Barbosa, Viçosa e Folmer, 2019). Os setores conservadores da sociedade e seus representantes do Parlamento se mobilizaram, junto com grupos religiosos católicos e neopentecostais, manifestando-se contrariamente à inserção do diminuto parágrafo sobre o respeito e a promoção da igualdade de gênero e da diversidade sexual e étnico-racial. Por votação no Congresso Nacional o parágrafo foi retirado. No curso desse processo, os movimentos sociais se mobilizaram a favor da manutenção do texto, mas foram derrotados (César e Duarte, 2017).

Para a BNCC, o tema sexualidade e a Educação Sexual para o ensino, no Brasil, foram inseridos de diferentes maneiras a cada nova versão do documento ao longo do tempo. A primeira versão da BNCC foi disponibilizada à consulta pública em setembro de 2015. Nesta versão os temas que perpassam pela sexualidade estiveram previstos em

dois momentos do componente curricular de ciências, especificamente na unidade de conhecimento Vida: constituição e Reprodução, proposto para o nono ano do Ensino Fundamental com os componentes e o funcionamento do aparelho genital masculino e feminino e a proposta de compreender as mudanças físicas, fisiológicas e comportamentais ocorridas no processo de puberdade (Brasil, 2015). Em seguida, elaborou-se, em 2016, a segunda versão da BNCC. Nessa a inclusão do tema sexualidade aparece na Educação Infantil afirmando que:

O corpo expressa e carrega consigo não somente características físicas e biológicas, mas também marcas de nosso pertencimento social que repercutem em quem somos e nas experiências que temos em relação ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade (Brasil, 2016, p.69).

Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, o tema aparece nos objetivos de aprendizagem por meio de um viés mais biológico: “Perceber que diferenças anatômicas entre os animais, incluindo os seres humanos, estão relacionadas a diferentes formas de realizar funções como a respiração, a alimentação, a excreção e a reprodução” (Brasil, 2016, p.292). Nos anos finais do Ensino Fundamental, o tema sexualidade é inserido na disciplina de Ciências do oitavo ano com a seguinte proposta: “Relacionar as dimensões orgânica, culturais, afetiva e éticas na reprodução humana, que implicam cuidados, sensibilidade e responsabilidade no campo da sexualidade, especialmente a partir da puberdade” (Brasil, 2016, p.447). A versão final da BNCC é promulgada pelo Conselho Nacional de Educação em 2017, configurando-se como um documento normativo que visa amenizar a desigualdade no sistema educacional brasileiro, indicando um conjunto de aprendizagens primordiais no desenvolvimento do educando no decorrer da Educação Básica (Barbosa, Viçosa e Folmer, 2019).

No que tange o Ensino de Biologia, além das questões de gênero e sexualidade, outros assuntos do currículo da disciplina também foram afetados, em especial aqueles que abordam temas que entram em conflito com certos dogmas religiosos. Ao longo da década de 2010 alguns projetos de lei elaborados tentaram descredibilizar certos fundamentos das Ciências Biológicas e a repercussão dessas iniciativas impulsionou uma onda de discursos entre os defensores da bancada conservadora e dos fundamentalistas religiosos.

Sobre currículo, Borda, Andrade e Selles (2019) afirmam que nunca são neutros ou meras prescrições; são condicionados epistemológica, política, social, econômica, ética e esteticamente. Tanto o currículo quanto as disciplinas escolares são palco de

disputas e negociações nos processos de seleção de conteúdos e métodos de ensino, e são atravessados, portanto, por interesses de grupos sociais e de instituições historicamente situadas (Goodson, 1997). Assim, assumimos o currículo como um campo de lutas que atua como construtor identitário, onde diferentes grupos tentam estabelecer sua hegemonia (Monteiro e Siqueira, 2019).

Dessa forma, a ascensão conservadora mobilizou iniciativas que tinham por objetivo implementar no currículo educacional conteúdos que reforçassem os dogmas conservadores e descredibilizasse ou excluísse qualquer ensinamento que pudesse entrar em conflito com tais dogmas.

Na versão da BNCC de 2015 inseriu-se o Ensino Religioso como componente curricular da área de conhecimento de Ciências Humanas, o que Cunha (2014) chamou de “aberração epistemológica”. Tal “equivoco” foi corrigido na versão seguinte, onde o Ensino Religioso passou a ter uma área do conhecimento especificamente destinada. Um ano antes, em 2014 o Deputado Federal/Pastor Marcos Feliciano do Partido Social Cristão elaborou o projeto de lei de número 8.099/2014 (Brasil, 2014), que pretende obrigar o ensino do criacionismo em instituições educacionais públicas e privadas, atribuindo-o mesmo *status* das teorias científicas como mostra seu Art.1º, parágrafo 2º: “didaticamente o ensino sobre criacionismo deverá levar ao estudante, analogamente ao evolucionismo, alternância de conhecimento de fonte diversa a fim de que o estudante avalie cognitivamente ambas as disciplinas” (Brasil, 2014 p.2). Na justificação, assim o projeto compara as duas ideias:

Hoje mais do que nunca o “cientificismo” que muito nos ajuda, tem rejeitado qualquer conceito ou ensino de origem divina como se fosse possível submeter à autenticidade do Criador em laboratório de experimentos humanos. Como é sabido, hoje vigora nos currículos escolares o ensino do EVOLUCIONISMO, propagando que a vida originou-se de uma “célula primitiva” que se pôs em movimento pelo “Big Bang”. Em termos mais simples, “os seres vivos provieram da matéria inorgânica, e das plantas se originaram os animais e, por fim, dos animais teria provido o homem”, ou seja, “sempre do menos teria vindo o mais, do inferior, por desabrochamento, teria vindo o superior”. Ocorre que por força da fé, dos costumes, das tradições e dos ensinamentos cristãos, a maioria da população brasileira crê no ensino criacionista, como tendo sua origem em Deus, criador supremo de todo universo e de todas as coisas que o compõe, como animais, plantas, o próprio homem. Este ensino tem como fundamento o livro de Gênesis contido no livro dos livros, a saber, a Bíblia Sagrada que é a verdadeira constituição da maioria das religiões do nosso país. [...] Ensinar apenas o EVOLUCIONISMO nas escolas é ir contra a liberdade de crença de nosso povo, uma vez que a doutrina CRIACIONISTA é a predominante em todo o nosso país. O Ensino darwinista limita a visão cosmológica de mundo existencialista levando os estudantes a descreditarem

da existência de um criador que está acima das frágeis conjecturas humanas forjadas em tubos de ensaio laboratorial (Brasil, 2014 p. 2 – 3).

Como é possível perceber no trecho citado, além da tentativa de equiparar o criacionismo às teorias evolucionistas, a redação do projeto mostra uma visão completamente distorcida do pensamento evolucionista e de suas teorias evidenciando o conhecimento superficial ou total desconhecimento não só de seu autor como de todos seus colaboradores e conseqüentemente de seus apoiadores. Tal projeto ainda segue em tramitação.

No que tange as relações do Ensino de Biologia com as questões de gênero e sexualidade, o olhar meramente biologizante a respeito do corpo humano pode ser usado para reforçar concepções embasadas na <sup>11</sup>cisheteronormatividade. Como mencionado na introdução deste trabalho, frequentemente grupos conservadores evocam o discurso da biologia para justificar sua intolerância, ainda que em outros momentos desprezam totalmente essa disciplina como evidencia os fatos relatados nos parágrafos anteriores. Para os grupos conservadores predomina a ideia de um determinismo biológico tanto no que se refere à identidade de gênero quanto na orientação sexual, como se a condição genética determinada pelo par alossômico não apenas determinasse o sexo biológico do indivíduo, mas também a forma como esse deve se apresentar para a sociedade e por quem esse deve sentir atração afetiva e sexual. Tal ideia se opõe ao pensamento da construção social, historicamente defendida por estudiosas e estudiosos do tema como Louro (2018); Weeks (2018) e Britzman (2018) que afirmam que a identidade de gênero de uma pessoa é fruto de sua interação com o mundo, à medida que essa vai se entendendo enquanto pessoa e seu papel na sociedade em que vive, bem como a sexualidade, fruto das interações sociais somadas as primeiras experiências sexuais que aos poucos levam o indivíduo a se sentir pertencente a um grupo e adotar todas suas manifestações culturais.

---

<sup>11</sup> Para Rosa (2020) a heteronormatividade quer dizer tanto aquelas práticas localizadas quanto aquelas instituições centralizadas que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e as relações heterossexuais como fundamentais e “naturais” dentro da sociedade. Segundo Vergueiro (2015), a cisgêneridade pode ser compreendida como experiência individual de gênero que corresponde ao sexo que lhe foi atribuído no nascimento, ou seja, a pessoa cisgênera é aquela cuja identidade de gênero coincide com o gênero determinado no momento do seu nascimento. A heteronormatividade só pode ter esse título porque antes é cisheteronormatividade. Todo o sistema de relações de poder baseadas na heterossexualidade dos corpos pressupõe, antes, que esses corpos são cisgêneros. Assim, o corpo feminino sempre coincidirá com um corpo portador de uma biovagina e o corpo masculino sempre coincidirá com um corpo portador de um biopênis (Preciado, 2018), e esses corpos diferentes sempre se atrairão mutuamente por ser essa a ordem naturalizada pela heteronormatividade. A heteronormatividade, para além das práticas sexuais e afetivas do sujeito, normatiza também seu gênero, sua expressão e sua performatividade de gênero. Dessa forma, tudo o que escapa ao cisgênero e, conjuntamente, ao heterossexual foge à categoria do “certo” (Rosa, 2020).

Para os defensores da construção social, a sexualidade está para além dos desejos sexuais de uma pessoa, sendo parte significativa de sua personalidade. Já a identidade de gênero não se limita a uma condição genética com finalidade reprodutiva, mas sim é parte significativa de como a pessoa enxerga seu papel no mundo.

A historiadora estadunidense Joan Wallach Scott em seu artigo *Gender: a useful category of historical analysis* publicado originalmente em 1986 no *American Historical Review* – sendo até hoje um dos artigos mais citados da história desse periódico com 10328 citações até o presente momento – apresenta um regate histórico do conceito de gênero analisando a evolução desse conceito e suas implicações em diferentes contextos históricos e sociais.

Para a referida autora, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas estadunidenses que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Discorre que há três posições teóricas das historiadoras feministas nas análises de gênero, sendo: A primeira, um esforço inteiramente feministas que tenta explicar as origens do patriarcado; a segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas e a terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (Scott, 1986).

A definição de gênero de Scott baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, para Scott (1986) o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro – símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas; segundo – conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas; terceiro - noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais; quarto - identidade subjetiva: O gênero é, portanto,

um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.

De acordo com Carvalho (2011) o termo gênero foi inicialmente apropriado por autores e autoras de língua inglesa, a partir da palavra *gender*, que, como em português, era utilizada no âmbito da gramática para designar palavras femininas, masculinas ou neutras. Prossegue a autora que o “paradigma da identidade de gênero” foi consolidado nas décadas de 1950 e 1960 por meio de uma versão funcionalista e essencializante da percepção de Simone de Beauvoir. Exemplifica Carvalho (2011) que nos Estados Unidos gênero foi utilizado por psicólogos para descrever os elementos que consideravam culturais, em oposição aos que consideravam naturais e biológicos, na personalidade de seus clientes com indefinições de pertencimento sexual e indefinições endócrinas ou morfológicas.

Essa utilização está baseada na distinção binária entre natureza (representada pelo sexo) e cultura (gênero) e foi apropriada muitas vezes de forma acrítica por feministas dos anos de 1970 e seguintes, pela sua utilidade na luta contra a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres e contra os determinismos dela resultantes. Trata-se da ideia de que o sexo é uma base (natural, biológica, invariável) sobre a qual as culturas constroem, por meio da socialização, diferentes concepções do que seja um homem ou uma mulher, isto é, características individuais de gênero (Carvalho, 2011 p. 101 – 102).

Ainda de acordo com Carvalho (2011) ao longo dos anos de 1980 que se desenvolveu a crítica a essa visão funcionalista, e um número crescente de feministas buscou compreender o sexo como uma categoria teórica totalmente determinada pela história e pela cultura, isto é, subsumida no interior da categoria gênero. Em suma, são as formas sociais de compreensão da diferença e da semelhança entre homens e mulheres que determinam as maneiras como o corpo é apreendido, abandonando-se completamente a ideia de uma base natural fixa sobre a qual agiria a cultura. A resgate feito por Carvalho (2011) corrobora com o pensamento de Scott (1986) de que nenhuma experiência corporal existe fora dos processos sociais e históricos de construção de significados, fora das relações sociais.

Diante do que foi exposto, retomemos ao questionamento apresentado na introdução: como todo esse cenário de ascensão conservadora afetou a produção intelectual sobre as questões de gênero e sexualidade no Ensino de Biologia? Nas próximas páginas buscar-se-á uma possível resposta para essa questão. A seguir, a metodologia que foi empregada para buscá-la.

### 3. METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva e exploratória. Gil (2002) define que esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com um problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. O mesmo autor afirma que se pode dizer que as pesquisas exploratórias têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Dentro do universo das pesquisas descritivas exploratórias, essa pesquisa se configura como uma Revisão Sistemática.

Para Galvão e Ricarte (2020), uma Revisão Sistemática vai além da atividade usual de fazer uma revisão de literatura como parte de um trabalho de pesquisa acadêmica. Trata-se de uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos e busca dar alguma logicidade a um grande corpus documental. Os autores elucidam que revisar a literatura é atividade essencial no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e científicos para evitar a duplicação de pesquisas, observar possíveis falhas nos estudos realizados, conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas, desenvolver estudos que cubram brechas na literatura trazendo real contribuição para um campo científico, propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa e otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência. No entanto, existe uma diferenciação entre o que os teóricos denominam Revisão de Literatura de Conveniência e Revisão Sistemática de Literatura.

A revisão de conveniência é aquela na qual o pesquisador reúne e discorre sobre um conjunto de trabalhos científicos que julga importante para o tratamento de uma temática, mas não apresenta critérios explícitos sobre como a revisão foi construída para que possa ser reproduzida por outros pesquisadores. Esta modalidade de revisão pode ser empregada em diferentes situações: na introdução de um trabalho de conclusão de curso, de uma dissertação de mestrado ou de uma tese de doutorado, no editorial de um periódico, em um artigo de opinião, em um artigo com fins educacionais ou de divulgação científica. Porém, considerando a falta de explicitação de critérios em sua elaboração, essa modalidade de revisão de literatura possui baixo nível de evidência científica. A revisão sistemática da literatura vai muito além disso. É uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto. Está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo. Explicita ainda as limitações de cada artigo analisado, bem como as limitações da própria

revisão. De forma geral, a revisão de literatura sistemática possui alto nível de evidência e se constitui em um importante documento para tomada de decisão nos contextos públicos e privados. Dito de outro modo, a revisão sistemática de literatura é uma pesquisa científica composta por seus próprios objetivos, problemas de pesquisa, metodologia, resultados e conclusão, não se constituindo apenas como mera introdução de uma pesquisa maior, como pode ser o caso de uma revisão de literatura de conveniência (Galvão e Ricarte, 2020 pg. 58-59).

Levando em consideração a diversidade de tipos de pesquisas nos diferentes campos do conhecimento, Siddaway, Wood e Hedges (2019) classificam as revisões sistemáticas em três tipos: Revisões Sistemáticas com meta-análise; Revisões Sistemáticas Narrativas; e Revisões Sistemáticas com meta-síntese.

Segundo esses autores, uma Revisão Sistemática com meta-análise é aquela que visa reunir muitos estudos que testaram empiricamente a mesma hipótese. Importa-se com a estimativa, o relato de resultados quantitativos semelhantes e o exame dos mesmos construtos e relacionamentos.

Já uma Revisão Sistemática Narrativa sintetiza os resultados de estudos quantitativos individuais sem referência à significância estatística dos resultados. Elas são um meio particularmente útil de unir estudos sobre diferentes tópicos para reinterpretar ou interconexão, a fim de desenvolver ou avaliar uma nova teoria. As revisões narrativas também podem ser usadas para fornecer uma descrição histórica do desenvolvimento de uma teoria e da pesquisa sobre um tópico.

Por fim, uma Revisão Sistemática com meta-síntese é apropriada quando uma revisão visa integrar a pesquisa qualitativa. O objetivo de uma meta-síntese é sintetizar estudos qualitativos sobre um tópico a fim de localizar temas, conceitos ou teorias-chave que forneçam novas ou mais poderosas explicações para o fenômeno sob análise (Siddaway, Wood e Hedges, 2019).

Baseando-se nessas referências, assume-se que a presente pesquisa se caracteriza como uma Revisão Sistemática com meta-síntese, uma vez que se tem por objetivo investigar estudos de natureza qualitativa que pesquisaram a respeito de tópicos relacionados a sexualidade e/ou gênero, com a finalidade de identificar os temas mais recorrentes sob a influência do fenômeno da ascensão do conservadorismo no Brasil.

Semelhante a pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, Revisões Sistemáticas são definidas como de caráter bibliográfico. A elas cabe o desafio de mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes

campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (Ferreira, 2002).

De acordo com Romanowski e Ens (2006), essas pesquisas podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, identificar as suas lacunas de disseminação e experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

Para levantamento das dissertações e teses foi feita uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICIT). Tal plataforma teve seu lançamento oficial no final do ano de 2002 criada através de um comitê técnico-consultivo constituído por representantes do IBICIT, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do MEC, representado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Secretaria de Educação Superior (SESu), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP) e de três universidades que participaram do grupo de trabalho e do projeto-piloto: Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A escolha por esse portal se deu pelo fato de que a BDTD integra e dissemina um só portal de busca com textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa, sendo o acesso livre de quaisquer custos, contribuindo para o aumento de conteúdos de teses e dissertações brasileiras na internet, resultando em maior visibilidade da produção científica nacional e a difusão de informações de interesse científico e tecnológico para a sociedade. As opções de filtros

nas buscas também é uma característica da plataforma que ajuda na especificação dos dados investigados, otimizando o tempo e o foco da pesquisa.

A busca pelas teses e dissertações aconteceu entre os dias 5 de julho de 2023 e 7 de julho de 2023. No campo de busca foram feitas cinco combinações de buscadores: Sexualidade AND Ensino de Biologia; Gênero AND Ensino de Biologia; Educação Sexual AND Ensino de Biologia; Orientação Sexual AND Ensino de Biologia; Educação Para a Sexualidade AND Ensino de Biologia. Tal combinação se deu pelo fato descrito anteriormente de que não há um consenso entre os estudiosos do campo a respeito de qual seria a melhor denominação para as intervenções educacionais voltadas para a sexualidade.

O termo Educação Sexual é o mais popular e pioneiramente usado, porém, diversos teóricos do campo afirmam que esse trata-se de um termo defasado uma vez que remete às práticas das décadas de 1920 e 1930 baseadas nos pressupostos higienistas e eugênicos, bem como as práticas do início da década de 1990 com um maior foco nos aspectos biológicos de prevenção e contracepção. Dessa forma, os termos Educação Para a Sexualidade ou Gênero e Sexualidade na Educação são considerados mais adequados para esses autores. No que se refere aos documentos norteadores da educação no Brasil, o termo utilizado é Orientação Sexual.

Como o presente trabalho não tem a intenção de tomar partido no que diz respeito à melhor nomenclatura, optou-se por utilizar todas as conhecidas pelo autor na busca a fim de evitar ao máximo a perda de trabalhos de interesse nessa investigação. O uso do operador booleano *AND* (do inglês “E”) foi utilizado para entendimento do sistema da BDTD da necessidade de junção das palavras-chave que foram combinadas. Para refinar a busca, no campo “Ano de Defesa” foi informado ao sistema que se buscava trabalhos de 2013 até 2023.

A escolha dos buscadores é um passo fundamental e de extrema importância para a realização da Revisão Sistemática pois é a partir delas que os mecanismos de busca dos portais escolhidos (no caso da presente pesquisa, a BDTD) são capazes de encontrar os trabalhos que se relacionam com o objeto de estudo (Vieria e Leite, 2022). Neste caso, o termo “Ensino de Biologia” foi eleito como abrangente, uma vez que se trata do campo de pesquisa do qual esse trabalho buscou investigar. Já os termos “Sexualidade”,

“Gênero”, “Educação Sexual”, “Orientação Sexual” e “Educação para Sexualidade” são entendidos como termos específicos, ou seja, compreendem o tema das pesquisas analisadas.

A escolha do recorte temporal 2013 - 2023 se deu mediante ao período de ascensão política da extrema-direita no Brasil até o presente momento. Para César e Duarte (2017) o ano de 2011 é considerado o marco 0 do que autores chamam de recente política do “Pânico Moral” em alusão aos ataques feitos pelos grupos da extrema-direita e de fundamentalistas religiosos a qualquer iniciativa de implementar questões de gênero e sexualidade na educação, apelando para o campo da moralidade e conseguindo ativar discursos moralistas (ou falso moralistas) de grande parcela da sociedade e popularizando jargões que caíram no gosto popular - como, por exemplo, o “kit gay”.

Sendo assim, trabalhos de mestrado ou doutorado iniciados no ano de 2011 foram defendidos no mínimo a partir do ano de 2013. Já no presente, embora nas últimas eleições presidenciais o candidato a reeleição da extrema-direita, Jair Messias Bolsonaro tenha sido derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva do PT, que retornou à presidência para um 3º mandato de 2023 a 2026, fato que vem culminando na volta de políticas com base nos ideais de esquerda e centro-esquerda, a atuação política do campo conservador da direita segue presente, com sua propagação do pânico moral que segue sendo replicado por parcela significativa da sociedade.

A seleção dos trabalhos aconteceu mediante duas etapas. No primeiro momento os trabalhos foram selecionados pela leitura do título. Para tal seleção, buscou-se no título dos trabalhos a presença das palavras que foram combinadas no buscador, além da subjetividade do autor, ou seja, se o título em questão sugestionava ao entendimento de que o trabalho se tratava de uma pesquisa que investigou alguma temática sobre gênero e/ou sexualidade dentro do campo do Ensino de Biologia. Foram excluídos trabalhos que não apresentavam no título nenhum dos buscadores ou então aqueles que o buscador aparecia com sentido diferente em relação ao tema de pesquisa que se procurava. Por exemplo, o buscador “Gênero” apresentou trabalhos que investigaram gêneros literários em componentes do Ensino de Biologia e o buscador “Educação Para a Sexualidade” apresentou trabalhos onde se via nos títulos a palavra “educação” e a palavra “para”, porém, não se encontrava a palavra “sexualidade” ou algum sinônimo.

A segunda etapa da seleção se deu pela leitura cuidadosa dos resumos e palavras-chave dos trabalhos. Nessa, o objetivo foi identificar o foco da investigação da tese ou dissertação selecionada. As pesquisas que tiveram como foco investigar algum assunto relacionado a sexualidade e/ou a gênero dentro de algum componente do Ensino de Biologia foram incluídas como documentos a serem analisados, isso quer dizer, apenas foram selecionadas pesquisas cujo foco era algum tema referente a gênero e/ou a sexualidade e a investigação se deu dentro de um componente que abrange o campo do Ensino de Biologia – por exemplo, currículo, didática, livro didático, projeto político pedagógico etc.

Foram excluídos aqueles trabalhos que embora versassem por alguma questão de sexualidade e/ou gênero, não tiveram essa como o foco de sua investigação tão pouco o Ensino de Biologia especificamente. Por exemplo, um dos trabalhos excluídos tratou-se de uma dissertação que investigou uma sequência didática sobre gravidez baseada em metodologias ativas. No resumo, a autora deixou explícito que a escolha do tema gravidez se deu pela mesma o considerar um tema importante, no entanto o foco de sua pesquisa foram as metodologias ativas, por isso, tal trabalho foi excluído da análise. Da mesma forma, foram excluídos trabalhos que investigaram as referidas temáticas, porém, com foco em outra disciplina ou em nenhuma disciplina específica.

Admite-se que tais critérios têm suas limitações. Não se pretende afirmar que por meio desses buscadores e seguindo esse percurso metodológico poder-se-ia encontrar toda a produção acadêmica em teses e dissertações que investigaram e problematizaram as questões de gênero e sexualidade no Ensino de Biologia na década investigada e nem é pretensão dessa pesquisa chegar a esse quantitativo. Entende-se que, com a adoção desses critérios, é possível coletar dados suficientes para uma análise qualitativa das tendências e do panorama geral da produção acadêmica sobre esse tema no respectivo recorte temporal escolhido.

Para a análise, descrição e classificação das dissertações e teses foi utilizado o conceito de “descritores” de acordo com Megid Neto (1999, p. 35), que define o termo descritor como o que diz respeito aos “aspectos a serem observados na classificação e descrição das teses e dissertações, bem como na análise de suas características e tendências”. Teixeira (2008) e Dias (2015) ainda dividem os descritores em dois grupos:

Descritores Gerais, que identificam a “base institucional” dos trabalhos, e Descritores Específicos, nos quais se analisam aspectos particulares das teses e dissertações.

Dessa forma, os Descritores Gerais escolhidos na presente pesquisa foram: 1. Autora/o do trabalho; 2. Orientadora/o; 3. Ano da defesa; 4. Natureza do trabalho (tese ou dissertação) 5. Distribuição Geográfica (região e estado); 6. Instituição de Ensino Superior (IES) onde a tese ou dissertação foi desenvolvida; 7. Programa de Pós-Graduação (PPG) do qual a/o autora/o estava vinculada/o.

A escolha desses descritores teve por objetivo identificar possíveis referências atuais no campo; a evolução das pesquisas no devido recorte temporal investigado; que tipo de trabalho – dissertação ou tese – mais foi produzido nesse período; quais regiões e estados mais produziram conhecimento sobre o assunto, assim como quais IES e PPGs vêm dedicando suas pesquisas a essa temática.

Já os descritores específicos foram: 1. Temática sobre gênero e/ou sexualidade investigada no trabalho; 2. Objeto de pesquisa; 3. Componente curricular da Biologia privilegiado no trabalho; 4. Participantes envolvidos nas pesquisas.

Com esses Descritores pretendeu-se analisar quais temas que abrangem as discussões sobre gênero e sexualidade mais permearam as pesquisas na área de Ensino de Biologia no recorte temporal escolhido; quais objetos de pesquisa em Ensino de Biologia - por exemplo, didáticas, currículo, formação de professores – foram analisados em cada pesquisa e quais apresentaram maior e menor quantitativo; que componentes curriculares da Biologia na Educação Básica - por exemplo, Reprodução, Genética, Evolução, Citologia – incorporaram o objeto de estudo quando veio ao caso; e, no caso de pesquisas que envolveram participantes, que grupo constituiu tais participantes.

Com essa análise, seguindo os preceitos de Romanowski e Ens (2006), objetivou-se apontar caminhos que vêm sendo tomados e aspectos que são abordados em detrimento de outros e contribuir com a organização e análise na definição do campo, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais.

A opção por trabalhar com dissertações e teses se baseia nos preceitos de Teixeira (2008). De acordo com o autor, embora diversos tipos de trabalho possam ser utilizados para fazer uma pesquisa dessa natureza, a opção pela identificação e análise de

dissertações e teses deriva das seguintes constatações: em primeiro lugar é preciso considerar que a maior parte das investigações realizadas nas instituições de ensino superior está vinculada aos cursos de mestrado e doutorado. Essa produção é considerada um significativo indicador daquilo que as instituições realizam enquanto pesquisa. Além disso, as dissertações e teses são documentos considerados mais apropriados, por se tratar de documentos primários e relatórios completos dos estudos realizados, os quais, via-de-regra, são apresentados posteriormente de maneira sucinta em artigos ou trabalhos em eventos.

Para identificação dos descritores gerais, foi feita a leitura da ficha catalográfica disponível nos trabalhos. No caso dos descritores específicos a busca se deu primeiramente por uma nova leitura cuidadosa dos resumos e palavras-chaves. Em alguns documentos não foi possível identificar todos os descritores apenas pela leitura do resumo, sendo necessário nesses casos a leitura do texto da dissertação ou tese na íntegra ou até encontrar as informações que indicassem os descritores procurados.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados estão apresentados seguindo a ordem de apresentação na metodologia, iniciando-se pelos descritores gerais e seguindo com os descritores específicos.

A primeira combinação utilizada foi com os termos “Sexualidade AND Ensino de Biologia” aplicando-se o filtro do devido recorte temporal escolhido (2013 - 2023). O resultado da busca apresentou 262 trabalhos, após a leitura dos títulos, trinta foram selecionados e destes apenas dois foram descartados após a leitura dos resumos e palavras-chave, totalizando vinte e oito trabalhos para análise.

A segunda combinação utilizou os termos “Gênero AND Ensino de Biologia”. Essa combinação apresentou um total de 322 trabalhos, dos quais vinte e quatro foram selecionados após a leitura do título. Entre esses vinte e quatro, vinte já haviam sido selecionados na busca com as palavras anteriores, restando apenas quatro trabalhos para leitura dos resumos e palavras-chave. Nenhum dos quatro trabalhos foi descartado após essa segunda seleção, sendo adicionados aos documentos para serem analisados.

Ao utilizar a combinação “Educação Sexual AND Ensino de Biologia” 181 trabalhos apareceram no buscador. Destes, vinte e sete títulos foram selecionados, sendo vinte três repetidos. Novamente restaram quatro trabalhos para a segunda seleção e novamente não houve descarte nesse momento. Já a combinação “Orientação Sexual AND Ensino de Biologia” apresentou o menor total de resultados na busca, apenas vinte e nove. Desses vinte e nove, apenas seis foram selecionados pelo título sendo quatro repetidos, restando apenas dois trabalhos para leitura do resumo e das palavras-chave, ambos adicionados aos documentos para análise.

Por fim, a combinação “Educação Para a Sexualidade AND Ensino de Biologia” apresentou 181 resultados, dos quais trinta e um foram selecionados pela leitura do título, sendo vinte e nove repetidos. Os dois trabalhos restantes tiveram seus resumos e palavras-chave lidos e, após essa leitura, foram adicionados. Ao final, quarenta trabalhos foram selecionados para a busca dos descritores. Os resultados dessa busca estão detalhados no Quadro 1.

**Quadro 1** - Quantitativo de trabalhos encontrados e selecionados no buscador da BDTD

Palavras-chave	Total Encontrado	Seleção Após Leitura do Título	Repetições	Seleção Após Leitura do Resumo	Total Para Análise
Sexualidade AND Ensino de Biologia	262	30	—	28	28
Gênero AND Ensino de Biologia	322	24	20	4	4
Educação Sexual AND Ensino de Biologia	181	27	23	4	4
Orientação Sexual AND Ensino de Biologia	29	6	4	2	2
Educação Para a Sexualidade AND Ensino de Biologia	181	31	29	2	2
Total	975	118	76	40	40

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. 2023.

Sobre os quantitativos encontrados é possível refletir a respeito de quais tendências de nomenclatura vêm mais sendo utilizadas pelos estudiosos do campo e um possível indício das temáticas trabalhadas.

A análise dos PCN (Brasil, 1997) evidencia a orientação de que conteúdos voltados para o respeito às diferenças, e a reflexão sobre os papéis de gênero devem se fazer presente na educação escolar, no entanto é sabido que os grupos conservadores se opõem a tal prática o que justifica o maior quantitativo no buscador “Gênero”. Com relação ao baixo número de trabalhos encontrados ao usar a palavras-chave “Orientação Sexual”, Diniz e Asinelle-Luz (2007) afirmam que apesar desse ter sido o nome escolhido para o Tema Transversal presente nos PCN, tal denominação não é considerada adequada para se referir às intervenções educacionais voltadas para a sexualidade uma vez que o termo “Orientação Sexual” é entendido como aquele que designa as atrações afetivas e sexuais que uma pessoa sente por outras pessoas, por exemplo, homossexual se quando a pessoa sente atração por pessoas do mesmo gênero, heterossexual se sentir atração por pessoas do gênero oposto, bissexual se à atração voltar para pessoas de ambos gêneros, assexual no caso de pessoas que não sentem atrações sexuais, etc. É possível constatar também que apesar de defasado o termo “Educação Sexual” ainda é significativamente utilizado, bem como o termo “Educação Para a Sexualidade” que parece estar se consolidando. A discussão no campo epistêmico é vasta e não se pretende aqui esgotar o assunto, mas os resultados podem contribuir para uma possível reflexão das tendências contemporâneas.

#### 4.1 Análise dos Descritores Gerais

Para codificação, os trabalhos selecionados foram identificados por ordem de achado em Doc. 01, Doc. 02, Doc. 03 e assim por diante. O Quadro 2 apresenta a ordem dos trabalhos selecionados para análise, seus respectivos títulos, autoras/es, instituição de origem e programa de pós-graduação.

**Quadro 2** - Documentos selecionados para análise

Documento	Título	Autora/o	Instituição	Programa de Pós-graduação	Ano da Defesa
Doc. 01	Artivismo, Gênero e Sexualidade - Linn da Quebrada e o Ensino de Biologia	Natania Borges Costa	Universidade Federal de Uberlândia	Programa de Pós-Graduação em Educação	2019
Doc. 02	O Corpo e a Diversidade de Gênero no Ensino da Biologia no Contexto da Educação Pública	Caio César Souza Coelho	Universidade Federal de Minas Gerais	Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional-PROFBIO	2022
Doc. 03	Problematizando o Livro Didático de Biologia: Corpo, Gênero e Sexualidade	Rayssa De Cássia Almeida Remídio	Universidade Federal de Viçosa	Programa de Pós-Graduação em Educação	2020

Doc. 04	Abordagem da Sexualidade no Ensino de Biologia: Interfaces Entre Relações de Gênero e Literatura	Tayse De Souto Silva	Universidade Estadual Da Paraíba	Mestrado Profissional Em Formação De Professores	2019
Doc. 05	Educação Para a Sexualidade - Um Estudo Sobre as Práticas dos Professores de Biologia do Ensino Médio	Nívea Aparecida Alves De Morais	Universidade de Brasília	Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional-PROFBIO	2020
Doc. 06	Ciência, Gênero, Sexualidade e Religião: Alianças, Tensões e Conflitos no Ensino de Biologia	Fátima Lucia Dezopa Parreira	Universidade Federal de Uberlândia	Programa de Pós-Graduação em Educação	2019
Doc. 07	A Educação Sexual na Concepção e Prática de Professores de Biologia do Ensino Médio	Kécia Priscilla Palombello Magalhães	Universidade Federal de Maringá	Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática	2016
Doc. 08	Sexualidade e Gênero Segundo Educadoras de Ciências e Biologia: Limites, Resistências e Possibilidades da Educação Sexual na Escola	Silmara Silveira Lourenço	Universidade Federal de São Carlos campus Sorocaba-SP	Programa de Pós-Graduação em Educação stricto sensu	2019
Doc. 09	Educação Sexual "Além Do Biológico": Problematização Dos Discursos Acerca De Sexualidade E Gênero No Currículo De Licenciatura Em Biologia	Elaine de Jesus Souza	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	Programa de Pós-Graduação em Educação	2018
Doc. 10	Gênero e Sexualidades: Abordagem Crítica Na Formação De Docentes De Ciências Biológicas	Adrielle Camile Figueiredo Gomes	Universidade Tecnológica Federal Do Paraná	Programa de Pós-Graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica	2021
Doc. 11	Formação De Educadores Sexuais No Curso De Ciências Biológicas Da Uem: A Concepção Dos Graduandos Sobre A Atuação Do Professor De Ciências E Biologia Na Educação	Bruna Larissa Ramalho Diniz	Universidade Estadual De Maringá	Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência e a Matemática	2015
Doc. 12	O Ensino De Biologia E Suas Articulações Com Práticas Médico-Moralizantes Direcionadas Ao Governo Do Rio Grande Do Sul, Das Sexualidades E Dos Gêneros	André Morando	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências	2021
Doc. 13	Educação Sexual No Ensino De Biologia E Prevenção Da Gravidez Na Adolescência: Ouvindo Estudantes E	Laura Telles Medeiros	Universidade Federal De Juiz De Fora	Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional-PROFBIO	2020

	Falando Para Professores E Professoras				
Doc. 14	Antirracismo E Dissidência Sexual E De Gênero Na Educação Em Biologia: Caminhos Para Uma Didática Decolonial E Interseccional	Yonier Alexander Orozco Marín	Universidade Federal de Santa Catarina	Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica	2022
Doc. 15	Educação Sexual Na Formação Docente Em Ciências Biológicas: Um Estudo De Caso	Giovanna Lopes Rey Peinado	Universidade Estadual de Campinas	Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática	2020
Doc. 16	Entre Silêncios E Resistências: Sentidos Sobre Gênero E Sexualidade Nas Licenciaturas Em Ciências Biológicas	Larissa Zanella	Universidade Federal de Santa Catarina	Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica	2018
Doc. 17	Experiências De Pessoas <i>Trans</i> - Ensino De Biologia	Sandro Prado Santos	Universidade Federal de Uberlândia	Programa de Pós-Graduação em Educação	2018
Doc. 18	Intersexualidade E Corpos Intersexo Em Livros Didáticos De Biologia (PNLD 2012 - 2018)	Luciana Aparecida Siqueira Silva	Universidade Federal de Uberlândia	Programa de Pós-Graduação em Educação	2022
Doc. 19	Biologia No Ensino Médio: Diferentes Abordagens Metodológicas Para Adequar O Conhecimento Ao Cotidiano – Enfoque Sobre Gravidez Na Adolescência	Giséli Duarte Bastos	Universidade Federal de Santa Maria	Programa de Pós-graduação Educação em Ciências: Química da Vida e da Saúde	2015
Doc. 20	Ser Ou Não Ser, Afinal O Que Se É? Um Estudo Sobre Biologia Essencialista E Heteronormatividade No Ensino De Ciências No Viés Da LGTBfobia Institucionalizada	Thiago Ferreira Abreu	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Programa de Pós-graduação Educação em Ciências: Química da Vida e da Saúde	2021
Doc. 21	Gênero E Sexualidade Sob A Perspectiva De Docentes De Biologia Da Rede Estadual Do Município De Aparecida De Goiânia	Jéssica Cristtinny Oliveira De Sousa	Universidade Federal de Goiás	Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Direitos Humanos	2018
Doc. 22	Corpos, Gêneros E Sexualidades Nos Objetos Educacionais Digitais De Livros Didáticos De Biologia PNLD/2015	Mayara Cristina De Oliveira Pires	Universidade Federal de Uberlândia	Programa de Pós-graduação em Educação	2017
Doc. 23	Concepções De Acadêmicos E Acadêmicas De Licenciatura Em Ciências Biológicas A Respeito Da Temática De Diversidade De Gênero E Sexualidade:	Bernardo Ozorio Iurk	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Programa de Pós-graduação em Educação	2019

	Uma Experiência A Partir de uma UEPS				
Doc. 24	Metodologias E Práticas No Ensino De Biologia Sobre O Sistema Reprodutor Humano E Temas Correlatos: Uma Abordagem Através Do Ensino Remoto	Radamés Araujo Gonçalves	Universidade Federal da Paraíba	Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional-PROFBIO	2022
Doc. 25	Construção E Avaliação De Uma Sequência Didática: Ensino Sobre Ciclo Menstrual E O Uso Da Pílula Anticoncepcional	Jayne Rosignoli Júnior	Universidade Federal De Juiz De Fora	Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional-PROFBIO	2020
Doc. 26	Concepções De Docentes De Biologia Da Grande Aracaju Sobre Corpo	Edenilse Batista Lima	Universidade Federal do Sergipe	Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática	2013
Doc. 27	Informações Sobre O Papiloma Vírus Humano (HPV) Em Coleções De Livros Didáticos De Biologia Do Ensino Médio Indicados Pelo Programa Nacional Do Livro Didático De 2015	Luiz Roberto Costa	Universidade Federal do Ceará	Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática	2016
Doc. 28	Hormônios Esteroides E As Questões De Gênero: Uma Análise Discursiva De Aulas De Ciências E Biologia	Mayara Juliane Swiech	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática	2022
Doc. 29	Uma Situação de Ensino Para Uma Discussão Da Temática de Gênero na Licenciatura em Ciências Biológicas	Nathaly Desirre Andreoli Chiari	Universidade Estadual de Londrina	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática	2016
Doc. 30	Ensino De Evolução Humana e as Questões De Gênero: Percepção das (Os) Acadêmicas (Os) de Ciências Biológicas	Andréa Do Carmo Bruel De Oliveira	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Programa de Pós-graduação em Educação	2019
Doc. 31	ECOFEMINISMO E O ENSINO DE BIOLOGIA: Sexismo E Especismo nas Falas De Estudantes Veganas	Valéria Santos Santana Oliveira	Universidade Federal do Sergipe	Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática	2020
Doc. 32	Gênero na Formação Inicial de Docentes de Biologia: Uma Unidade Didática Como Possível Estratégia de Sensibilização e Incorporação da Temática no Currículo	Vinícius Colussi Bastos	Universidade Estadual de Londrina	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática	2013

Doc. 33	Educação Sexual Na Formação De Professores De Ciências E Biologia: Construindo Novos Entendimentos	Renata Coelho	Universidade Federal do ABC	Curso de Pós-graduação em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática	2013
Doc. 34	Educação Sexual Como Exercício de Cidadania Para o Respeito à Diversidade de Gênero e Sexualidade: Sequência Didática Com Enfoque em Evolução	Leandro Francisco Burger	Universidade Federal de Santa Catarina	Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional-PROFBIO	2019
Doc. 35	Uma proposta de ensino do tema diversidade sexual para o Ensino Médio à luz da Síntese Evolutiva Estendida	Kátia Santos De Abreu Paranhos	Universidade de Brasília	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências	2017
Doc. 36	Saberes Docentes: Questões De Gênero e o Ensino De Seleção Sexual	Mariane Caroline Dos Anjos	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática	2019
Doc. 37	Sequência Didática Investigativa Sobre Métodos Contraceptivos Para Estudantes Do Primeiro Ano Do Ensino Médio	Poliane Braga Leitão Figueiredo	Universidade Federal de Juiz de Fora	Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional-PROFBIO	2022
Doc. 38	Produção de Cartilha Sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis De Forma Colaborativa Com Alunos do Ensino Médio	Lívia Dos Santos Andrade De Albuquerque	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional-PROFBIO	2019
Doc. 39	Análise sobre o ensino das infecções sexualmente transmissíveis em escolas públicas de Minas Gerais	Rodrigo Teodoro Silva	Universidade Federal de Juiz de Fora	Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional-PROFBIO	2019
Doc. 40	Uma Abordagem Didático-pedagógica na Prevenção das IST: Relato de experiência	Marysther Françaço Teixeira da Costa	Universidade Federal de Juiz de Fora	Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional-PROFBIO	2020

Para cada um dos quarenta trabalhos analisados, observa-se um/a autor/a, não havendo repetições. Adiante será apresentado a natureza dos trabalhos onde evidencia-se que a maioria dos documentos encontrados foram dissertações. A não repetição sugere que entre os autores e autoras das dissertações, alguns/as podem ter não prosseguido com os estudos no doutorado, ou mudado o tema de pesquisa ou ainda podem estar com a tese

em andamento, uma vez que o quantitativo por ano sugere uma produção mais recente, como também será apresentado adiante.

Já com relação às orientadoras e orientadores, ao todo foram encontradas/os trinta, com destaque para Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, com cinco trabalhos; Bettina Heerd em três trabalhos e Alice Alexandre Pagan, Maria Gabriela Parenti Bicalho, Irinéa de Lourdes Batista e Suzani Cassiani com dois trabalhos cada. Os trabalhos orientados por essas pesquisadoras podem ser observados no Quadro 3.

Chama atenção o maior número de pesquisadoras mulheres orientando trabalhos sobre o tema. Ao todo, dos quarenta trabalhos analisados, trinta foram desenvolvidos sob orientação de uma professora/pesquisadora mulher. Uma observação importante diz respeito a professora Alice Alexandre Pagan que em um dos trabalhos aparece com o nome Acácio Alexandre Pagan. Uma pesquisa nas mídias sociais da professora revelou sua identidade de gênero como uma mulher travesti e que no início de sua vida acadêmica ainda não tinha autorização para usar seu nome social. Essa constatação demonstra a representatividade que grupos oprimidos por conta de seu gênero e/ou orientação sexual encontram na produção de conhecimento, reforçando o papel social da academia como espaço de luta e resistência contra a opressão.

**Quadro 3** - Orientadoras que mais aparecem nos trabalhos encontrados

Orientadora	Quantitativo de Trabalhos	Documentos
Elenita Pinheiro de Queiroz Silva	5	Doc. 01, Doc. 06, Doc. 17, Doc. 18, Doc. 22.
Bettina Heerd	3	Doc.28, Doc. 30, Doc. 36.
Alice Alexandre Pagan	2	Doc. 26, Doc. 31.
Maria Gabriela Parenti Bicalho	2	Doc. 13, Doc. 37.
Irinéa de Lourdes Batista	2	Doc. 29, Doc. 32.
Suzani Cassiani	2	Doc. 14, Doc. 16.

Os quantitativos de trabalho por ano foram: 2013: três; 2014: zero; 2015: dois; 2016: três; 2017: dois; 2018: quatro; 2019: dez; 2020: sete; 2021: três; 2022: seis e 2023: zero. Nota-se que a maioria dos trabalhos foram defendidos justamente durante os quatro anos do Governo Bolsonaro, somando vinte e seis de um total de quarenta. Levando em consideração que uma dissertação leva em geral, dois anos para ser feita (em alguns casos podem se estender para três) e uma tese leva no mínimo dois anos, em alguns casos três e no máximo quatro anos (podendo ocasionalmente se prorrogar para cinco) isso demonstra que a maior procura nos programas de pós-graduação no campo de Ensino que se interessaram por desenvolver pesquisas sobre gênero e sexualidade no Ensino de Biologia aconteceram após 2011, o marco 0 da atual política do “Pânico Moral” (César e Duarte, 2017). Mais especificamente, aparenta que o maior quantitativo de trabalhos teve início entre 2015 e 2016, quando começava a se desenhar o Golpe que destituiu a Presidenta Dilma, o que corrobora com o pensamento da importância da academia em produzir conhecimento que contraponha os dizeres disseminados em tempos de repressão.

O não aparecimento de trabalhos defendidos em 2023 pode ser justificado pela data das buscas. Alguns trabalhos defendidos no presente ano podem ainda não terem sido disponibilizados pela plataforma. O detalhamento do quantitativo de trabalhos por ano pode ser visualizado no Quadro 4.

**Quadro 4** - Quantitativo de trabalhos encontrados por ano

<b>Ano</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Documentos</b>
<b>2013</b>	3	Doc. 26, Doc. 32, Doc. 33
<b>2014</b>	0	
<b>2015</b>	2	Doc. 11, Doc. 19
<b>2016</b>	3	Doc. 07, Doc. 27, Doc. 29
<b>2017</b>	2	Doc. 22, Doc. 35
<b>2018</b>	4	Doc. 09, Doc. 16, Doc. 17, Doc. 21

<b>2019</b>	10	Doc. 01, Doc. 04, Doc. 06, Doc. 08, Doc. 23, Doc. 30, Doc. 34, Doc. 36, Doc. 38, Doc. 39
<b>2020</b>	7	Doc. 03, Doc. 05, Doc. 13, Doc. 15, Doc. 25, Doc. 31, Doc. 40
<b>2021</b>	3	Doc. 10, Doc. 12, Doc. 20
<b>2022</b>	6	Doc. 02, Doc. 14, Doc. 18, Doc. 24, Doc. 28, Doc. 37
<b>2023</b>	0	

Sobre a natureza dos trabalhos (Quadro 5) foram encontradas vinte dissertações de mestrado acadêmico, quatorze dissertações de mestrado profissional e seis teses de doutorado acadêmico. Uma vez que o quantitativo de trabalhos por ano revelou que a maior parte da produção ocorreu nos últimos quatro anos existe a possibilidade de algumas teses ainda estarem em andamento. Outro fato que merece ser destacado é que no primeiro ano do Governo Bolsonaro - 2019 - a CAPES sofreu um congelamento de R\$819 milhões e no ano seguinte, o governo determinou um corte de 50% no valor destinado à entidade. Como resultado, em 2020 houve uma redução de quase 12 mil bolsas de pós-graduação que saíram do orçamento da CAPES, o que levou muitos estudantes a desistirem de seguir na vida acadêmica ou por motivos de dificuldade financeira se virem obrigados a trancar ou desistir de seus projetos.

**Quadro 5** - Natureza dos trabalhos encontrados

Natureza do Trabalho	Quantitativo	Documentos
Dissertação de Mestrado Acadêmico	20	Doc. 01, Doc. 03, Doc. 07, Doc. 08, Doc. 11, Doc. 15, Doc. 16, Doc. 19, Doc. 20, Doc. 21, Doc. 22, Doc. 23, Doc. 26, Doc. 28, Doc. 29, Doc. 30, Doc. 31, Doc. 32, Doc. 33, Doc. 36
Dissertação de Mestrado Profissional	14	Doc. 02, Doc. 04, Doc. 05, Doc. 10, Doc. 13, Doc. 24, Doc. 25, Doc. 27, Doc. 34, Doc. 35, Doc. 37, Doc. 38, Doc. 39, Doc. 40
Tese de Doutorado Acadêmico	6	Doc. 06, Doc. 09, Doc. 12, Doc. 14, Doc. 17, Doc. 18.

Com relação à distribuição geográfica (Quadro 6), as regiões Sul e Sudeste apresentaram dezesseis trabalhos cada. Na Região Sul a distribuição se deu com nove trabalhos desenvolvidos em instituições do Estado do Paraná, quatro do Rio Grande do Sul e três de Santa Catarina. Já na Região Sudeste o maior quantitativo se deu no Estado de Minas Gerais com doze trabalhos, três de São Paulo e um do Rio de Janeiro. A Região Nordeste apresentou cinco trabalhos defendidos em instituições de seus estados, sendo dois oriundos do Estado da Paraíba, dois do Sergipe e um do Ceará. Já a Região Centro-Oeste apareceu em três trabalhos, dois do Distrito Federal e um de Goiás. Não foi encontrado nenhum trabalho na Região Norte.

De acordo com informações da Plataforma Sucupira da Capes, o Brasil apresenta hoje um total de 4545 programas de pós-graduação avaliados e reconhecidos. Desses, 1965 estão na Região Sudeste, 964 na Região Sul, 943 no Nordeste, 390 no Centro-Oeste

e 283 no Norte. O quantitativo encontrado no campo e no tema pesquisado reflete tal realidade.

Resultado semelhante pode ser observado em Andrade, Silveira e Rocha (2022) em pesquisa onde realizaram uma Revisão Sistemática em teses e dissertações com o objetivo de investigar sobre o uso de *blogs* no ensino de Ciências e Matemática, publicadas entre 2017 e 2021, também utilizando a BDTD. Os autores analisaram quarenta trabalhos com a seguinte distribuição geográfica: doze trabalhos na Região Sul; dez no Sudeste; nove no Nordeste; oito no Centro-Oeste e apenas um na Região Norte.

A predominância das produções científicas das regiões Sul e Sudeste pode ser explicada pela história do desenvolvimento das regiões brasileiras e da ciência (Andrade, Silveira e Rocha, 2022), além da institucionalização do ensino superior no Brasil, que enfrentou diversos desafios econômicos e de desigualdade entre as regiões e estados, provocando um desenvolvimento tardio e desorganizado (Hoppen et al., 2017), concentrando programas de pós-graduação nas regiões com maiores indicadores sociais.

**Quadro 6** - Distribuição geográfica dos trabalhos analisados

<b>Região</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Documentos</b>
<b>Norte</b>	0	
<b>Nordeste</b>	5	Doc. 04, Doc. 24, Doc. 26, Doc. 27, Doc. 31
<b>Sudeste</b>	16	Doc. 01, Doc. 02, Doc. 03, Doc. 06, Doc. 08, Doc. 13, Doc. 15, Doc. 17, Doc. 18, Doc. 22, Doc. 25, Doc. 33, Doc. 37, Doc. 38, Doc. 39, Doc. 40

<b>Sul</b>	16	Doc. 07, Doc. 09, Doc. 10, Doc. 11, Doc. 12, Doc. 14, Doc. 16, Doc. 19, Doc. 20, Doc. 23, Doc. 28, Doc. 29, Doc. 30, Doc. 32, Doc. 34, Doc. 36
<b>Centro-oeste</b>	3	Doc. 05, Doc. 21, Doc. 35

Sobre as instituições de origem do trabalho foram encontradas vinte e duas instituições, todas públicas, sendo dezessete públicas federais e cinco públicas estaduais. Destaque para a Universidade Federal de Uberlândia com cinco trabalhos e a Universidade Federal de Juiz de Fora também com cinco trabalhos. No Quadro 7 apresenta-se em detalhe as instituições encontradas com seus respectivos trabalhos.

**Quadro 7** - Instituições de Origem dos trabalhos analisados

<b>IES</b>	<b>Natureza</b>	<b>Quantitativo de Trabalhos</b>	<b>Documentos</b>
<b>Universidade de Brasília</b>	Pública Federal	2	Doc. 05, Doc. 35
<b>Universidade Estadual Da Paraíba</b>	Pública Estadual	1	Doc. 04
<b>Universidade Estadual de Campinas</b>	Pública Estadual	1	Doc. 15
<b>Universidade Estadual de Londrina</b>	Pública Estadual	2	Doc. 29, Doc. 32
<b>Universidade Estadual De Maringá</b>	Pública Estadual	1	Doc. 11

<b>Universidade Estadual de Ponta Grossa</b>	Pública Estadual	4	Doc. 23, Doc. 28, Doc. 30, Doc. 36
<b>Universidade Federal da Paraíba</b>	Pública Federal	1	Doc. 24
<b>Universidade Federal de Goiás</b>	Pública Federal	1	Doc. 21
<b>Universidade Federal De Juiz De Fora</b>	Pública Federal	5	Doc. 13, Doc. 25, Doc. 37, Doc. 39, Doc. 40
<b>Universidade Federal de Minas Gerais</b>	Pública Federal	1	Doc. 02
<b>Universidade Federal de Santa Catarina</b>	Pública Federal	3	Doc. 14, Doc. 16, Doc. 34
<b>Universidade Federal de Santa Maria</b>	Pública Federal	1	Doc. 19
<b>Universidade Federal de São Carlos <i>campus</i> Sorocaba-SP</b>	Pública Federal	1	Doc. 08
<b>Universidade Federal de Uberlândia</b>	Pública Federal	5	Doc. 01, Doc. 06 Doc. 17, Doc, 18, Doc. 22
<b>Universidade Federal de Viçosa</b>	Pública Federal	1	Doc. 03
<b>Universidade Federal do ABC</b>	Pública Federal	1	Doc. 33

<b>Universidade Federal do Ceará</b>	Pública Federal	1	Doc. 27
<b>Universidade Federal do Rio de Janeiro</b>	Pública Federal	1	Doc. 38
<b>Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul</b>	Pública Federal	3	Doc. 09, Doc. 12, Doc. 20
<b>Universidade Federal do Sergipe</b>	Pública Federal	2	Doc. 26, Doc. 31
<b>Universidade Tecnológica Federal Do Paraná</b>	Pública Federal	1	Doc. 10
<b>Universidade Federal de Maringá</b>	Pública Federal	1	Doc. 07

Tal predominância das universidades públicas reforçam o caráter que essas instituições têm na produção de pesquisa. É fato de domínio público (Teixeira, 2008) que são essas as instituições responsáveis pelo progresso científico e tecnológico do Brasil. Ressalta-se também que essas foram as instituições mais atacadas durante o Governo Bolsonaro em uma clara tentativa de desmonte baseado em cortes e disseminação de falsas informações com intuito de manipular a opinião pública a formar uma visão distorcida das universidades públicas em caráter de desmerecimento do conhecimento produzido por elas. Sendo o estudo desse tema por si só um ato de resistência é perfeitamente plausível que as universidades públicas tenham sido o espaço que abriu as portas para o desenvolvimento de tais pesquisas.

Novamente fazendo um comparativo com Andrade, Silveira e Rocha (2022), os trabalhos analisados por esses autores revelaram atuação de vinte e três universidades, sendo quatorze públicas com administração federal, seis públicas com dependência administrativa estadual e apenas três instituições privadas.

Sobre os programas de pós-graduação, destaca-se o Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional - PROFBIO, onde dez trabalhos foram

desenvolvidos em seis universidades, sendo cinco na Universidade Federal de Juiz de Fora. As demais instituições que desenvolveram trabalhos nesse programa foram a Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Rio de Janeiro – um trabalho cada.

O PROFBIO, é um curso de pós-graduação *stricto sensu* do tipo Mestrado Profissional com oferta simultânea nacional em diversas instituições de Ensino Superior do Brasil. O objetivo do programa é a qualificação profissional de professores das redes públicas de ensino em efetivo exercício da docência de Biologia. O programa se pautava na ideia de desenvolver didáticas voltadas para os conteúdos do currículo das Ciências Biológicas com aplicação direta em sala de aula e produção de materiais de auxílio a professoras e professores, bem como a possibilidade de desenvolvimento de pesquisas diretamente com estudantes da Educação Básica. Uma possível justificativa para sua grande procura se dá na flexibilidade de sua grade adaptada para docentes que estejam em pleno exercício do magistério em suas respectivas escolas e no diálogo direto com o fazer docente, podendo a/o mestrand(a) unir sua atividade profissional a sua continuidade nos estudos acadêmicos, não havendo necessidade de se desdobrar entre trabalho e estudo.

Destaca-se também, trabalhos que foram desenvolvidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* na área de Educação, um total de dez trabalhos, sendo cinco no Programa da Universidade Federal de Uberlândia, dois na Universidade Estadual de Ponta Grossa um na Universidade Federal de Viçosa, um na Universidade Federal de São Carlos e um na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Uma observação importante refere-se a programas de pós-graduação de mestrado e doutorado acadêmico que se identificam como da área de Educação em Ciências e programas que se identificam como da área de Ensino de Ciências. Embora as diferenças entre os dois campos não sejam muito claras em algumas definições, pode-se basear pela CAPES que a área de Ensino integra a grande área Multidisciplinar enquanto a Educação integra a grande área Humanidades. Outra característica da Área de Ensino que a distingue da Educação é a inserção de muitos de seus docentes em outros programas de pós-graduação em suas respectivas áreas disciplinares de origem, garantindo um adequado diálogo entre as áreas (Araújo-Jorge, Sovierzoski e Borba, 2017). Dessa forma,

dez trabalhos analisados integravam programas acadêmicos da Área de Ensino de Ciência e Matemática e sete da Área de Educação em Ciências.

Outros programas que apareceram nos resultados com um trabalho cada foram: Mestrado Profissional em Formação de Professores – Universidade Estadual da Paraíba; Formação Científica, Educacional e Tecnológica – Universidade Federal Tecnológica do Paraná; Programa Interdisciplinar em Direitos Humanos – Universidade Federal de Goiás. O detalhamento dos programas de pós-graduação e os respectivos documentos em que foram encontrados podem ser vistos no Quadro 8.

**Quadro 8** - Programas de pós-graduação identificados nos trabalhos

<b>Programa de pós-graduação</b>	<b>Documentos</b>
Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional- PROFBIO	Doc 02; Doc. 05, Doc. 13; Doc. 24; Doc. 25; Doc. 34; Doc. 37; Doc. 38, Doc. 39, Doc. 40.
Educação	Doc. 01; Doc. 03; Doc. 06; Doc. 08; Doc. 09; Doc. 17; Doc. 18; Doc. 22; Doc. 23; Doc. 30.
Ensino de Ciências e Matemática	Doc. 15; Doc. 26; Doc. 27; Doc. 28; Doc. 29; Doc. 31; Doc. 32; Doc. 33; Doc. 35; Doc. 36.
Educação em Ciências	Doc. 07; Doc. 11; Doc. 12; Doc. 14; Doc. 16; Doc. 19; Doc. 20.
Mestrado Profissional em Formação de Professores	Doc. 04.
Formação Científica, Educacional e Tecnológica	Doc. 10.
Programa de pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos	Doc. 21.

Com os resultados apresentados nessa seção, tem-se um mapeamento dos aspectos institucionais das pesquisas analisadas identificando as/os respectivas/os autoras/es e orientadoras/as, o quantitativo anual de trabalhos, a distribuição geográfica e os programas de pós-graduação e instituições de ensino superior onde mais se produziu

sobre o tema. A seguir, apresenta-se a segunda etapa da pesquisa onde analisou-se aspectos particulares de cada trabalho.

## **4.2. Análise dos Descritores Específicos**

### **4.2.1. Temáticas Investigadas Nos Trabalhos**

Diante da pluralidade de assuntos encontrados nas dissertações e teses analisadas, primeiramente os trabalhos foram divididos de acordo com a natureza dos assuntos em três categorias: 1. Temas socioculturais; 2. Temas puramente biológicos; 3. Temas biológicos e socioculturais.

Categorizou-se como temas socioculturais aqueles trabalhos que versaram sobre assuntos relacionados a construções, representações, conflitos e debates a respeito das questões de gênero e sexualidade que se dão nos campos das identidades, direitos humanos, na política e nas relações sociais, influenciados por aspectos da cultura, das relações de poder, da ideia de pertencimento e possíveis enfrentamentos típicos de um povo em determinado espaço e tempo. Exemplos de temas que foram considerados dessa categoria foram: Comunidade LGBTQIAPN+, dissidência ou diversidade sexual e de gênero e cisheteronormatividade. Já os trabalhos com temas puramente biológicos foram considerados aqueles que discorreram sobre uma temática enfatizando a natureza biológica ou biomédica de algum assunto que perpassa a vida sexual e a identidade de gênero de seres humanos, por exemplo, os métodos contraceptivos, as IST, a gravidez e o conhecimento anatômico e fisiológico dos órgãos genitais e aparelhos reprodutores. Por mais que fatores sociais e culturais também façam parte desses assuntos – como, por exemplo, o baixo uso de contraceptivos por determinados grupos sociais – considerou-se certos trabalhos como de natureza puramente biológica aqueles que problematizaram enfaticamente os aspectos médicos, higienistas e biomédicos da questão ainda que tenham adentrado com diferentes níveis de profundidade a discussão de questões sociais.

Por fim, foram considerados trabalhos com temas biológicos e socioculturais aqueles cuja investigação mesclou assuntos de ambas as categorias anteriores. Elucida-se aqui que alguns trabalhos versaram por mais de um assunto, assim como alguns trabalhos não apresentaram um assunto específico dentro da temática trabalhada. No Quadro 9 é possível observar o quantitativo de trabalhos e os documentos que foram categorizados em cada uma das temáticas.

**Quadro 9** - Temáticas dos trabalhos analisados

<b>Temática</b>	<b>Quantitativo de Trabalhos</b>	<b>Documentos</b>
<b>Sociocultural</b>	24	Doc. 01; Doc 03; Doc. 04; Doc. 05; Doc. 06; Doc. 07; Doc. 08; Doc. 09; Doc. 10; Doc. 11; Doc. 14 Doc. 15; Doc. 16; Doc. 17; Doc. 18; Doc. 20; Doc. 21; Doc. 22; Doc. 23; Doc. 29; Doc. 31; Doc. 32; Doc. 33; Doc. 35.
<b>Puramente Biológica</b>	07	Doc. 24; Doc. 25; Doc. 27; Doc. 37; Doc. 38; Doc. 39; Doc. 40.
<b>Biológica e Sociocultural</b>	09	Doc. 02; Doc. 12; Doc. 13; Doc. 19; Doc. 26; Doc. 28; Doc. 30; Doc. 34; Doc. 36.

O fato de a maioria dos trabalhos terem abordado assuntos de cunho sociocultural corrobora com a hipótese de que a produção acadêmica do período estudado se empreendeu na produção de conhecimento que pudesse desconstruir as ideias disseminadas pelos grupos conservadores a respeito de sexualidade e gênero. Como mencionado na introdução desse trabalho, qualquer disruptiva com os padrões tradicionais de gênero e sexualidade é entendido como uma espécie de ameaça para os grupos conservadores de direita e fundamentalistas religiosos.

Outro fato também já mencionado diz respeito aos ataques feitos pelos grupos conservadores de direita aliados aos grupos neopentecostais fundamentalistas contra a produção intelectual e acadêmica em qualquer área do saber que produzisse conhecimento que desagradasse tais grupos. Diversos estudiosos foram estigmatizados, ridicularizados e desmerecidos por tais grupos. Como afirmam César e Duarte (2017) a genealogia do nosso recente pânico moral, se iniciou com as polêmicas em torno do “kit gay” e prosseguiu com a introdução no debate nacional da noção de “ideologia de gênero”. O emprego da noção de “ideologia de gênero” visa desmerecer e criminalizar a produção acadêmica e dos movimentos sociais em torno das questões relativas à igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual. Os mesmos autores lembram de um caso ocorrido em 2016 quando a filósofa feminista Judith Butler foi à cidade de São Paulo proferir uma conferência e foi recebida com cartazes com os dizeres “*Judith Butler*

*go home*”; “Pela Família” e “Abaixo a ideologia de gênero”. Os cartazes contra Butler exprimem um claro repúdio à produção acadêmica e intelectual que critica as concepções do corpo, de gênero e da sexualidade como lugares naturalizados e que recusa denominar como patológicas as experiências de gênero e sexuais não cisheteronormativas (César e Duarte, 2017). Tal produção analisada pode também ser entendida como parte desse conflito entre os grupos conservadores e a produção intelectual, uma espécie de “contra-ataque” da academia em direção aos seus difamadores.

Ainda sobre esses trabalhos com temática sociocultural, os assuntos abordados nas pesquisas (Quadro 10) foram: Diversidade de gênero e sexualidade – três trabalhos; Comunidade LGBTQIAPN+ - três trabalhos; Cisheteronormatividade – um trabalho; Estudos Feministas – um trabalho; Concepções de corpo, gênero e sexualidade - um trabalho; Dissidência sexual e de gênero – um trabalho. Treze pesquisas não versaram sobre um assunto específico, ou seja, tratou-se de pesquisas que investigaram questões de gênero e sexualidade em algum componente do Ensino de Biologia – currículo, formação de professores, livro didático etc. - de forma genérica sem focar em um assunto específico. Entre os trabalhos que versaram sobre um assunto específico é perceptível que todos abordaram algum assunto que afronta os valores conservadores.

**Quadro 10** - Assuntos tratados nos trabalhos que versaram sobre temáticas socioculturais

<b>Assuntos</b>	<b>Trabalhos</b>
<b>Diversidade de Gênero e Sexualidade</b>	Doc. 04; Doc. 23; Doc. 35.
<b>Comunidade LGBTQIAPN+</b>	Doc. 01; Doc. 17; Doc. 18.
<b>Cisheteronormatividade</b>	Doc. 20.
<b>Estudos Feministas</b>	Doc. 31
<b>Concepções de Corpo, Gênero e Sexualidade</b>	Doc. 03.
<b>Dissidência sexual e de gênero</b>	Doc. 14
<b>Sem Assunto Específico</b>	Doc. 05; Doc. 07; Doc. 08; Doc. 09; Doc. 10; Doc. 11; Doc. 15; Doc. 16; Doc. 21; Doc. 22; Doc. 29; Doc. 32; Doc, 33.

Entre os trabalhos que abordaram assuntos com temáticas puramente biológicas, os assuntos encontrados foram: Sistema Reprodutor – Doc. 24 -; Ciclo Menstrual – Doc. 25 -; Gravidez – Doc. 38 -; Métodos Contraceptivos – Doc. 25; Doc. 37 -; IST – Doc. 27; Doc. 38; Doc. 39; Doc. 40.

Percebe-se nesses trabalhos uma maior frequência de assuntos relacionados à prevenção no que tange a infecções e contracepção. Tal fato se justifica uma vez que pesquisas sobre comportamentos sexuais de adolescentes evidenciam que esse público tem colocado sua saúde em risco. Por exemplo, estima-se que há relação entre o número de jovens que iniciam a vida sexual e os relatos de menor uso de preservativo e consequentemente, à maior vulnerabilidade às IST e gestações não planejadas (Furlaneto et al., 2018).

Em pesquisa realizada por Lins e colaboradores (2017), os autores fizeram uma análise do comportamento sexual dos adolescentes, segundo o sexo, da cidade de Vitória de Santo Antão, no interior do estado de Pernambuco. Foram entrevistados 282 adolescentes com idade entre doze e dezenove anos de escolas públicas da rede municipal da referida cidade. Dentre os dados interessantes da pesquisa, destacam-se os questionamentos com relação ao uso de métodos contraceptivos ou de barreira. Entre as adolescentes do sexo feminino, 33,3% afirmaram não terem feito uso de qualquer método na primeira relação e 25% afirmaram não ter usado na última relação que tiveram até então. Quando se tratou dos adolescentes do sexo masculino as afirmações de não uso de quaisquer métodos foram de 66,6% e 75% nas primeiras e últimas relações, respectivamente.

Por fim, os trabalhos que mesclaram temáticas biológicas e socioculturais podem ser visualizados no Quadro 11.

**Quadro 11** - Trabalhos que mesclaram temáticas biológicas e socioculturais

<b>Documento</b>	<b>Temáticas</b>
<b>Doc. 02</b>	Sistema endócrino; Sistemas genitais; corpos <i>trans</i> ; diversidade de gênero e sexualidade
<b>Doc. 12; Doc. 26</b>	Corpo
<b>Doc. 13 e Doc. 19</b>	Gravidez na adolescência
<b>Doc. 28</b>	Hormônios esteroides; cisheteronormatividade; Estudos Feministas
<b>Doc. 30</b>	Relações de gênero na Evolução Humana
<b>Doc. 34</b>	Sexualidade e Evolução Humana; Teoria <i>queer</i> <sup>12</sup> ; Diversidade de gênero e sexualidade

<sup>12</sup> De acordo com Louro (2001) *queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens

Com relação as temáticas encontradas no Doc. 02 e no Doc. 28, de forma parecida as pesquisas problematizaram a ação fisiológicas de hormônios – em especial os esteroides – primeiramente sobre um viés biológico esclarecendo os efeitos metabólicos de tais proteínas e suas influências na expressão fenotípica dos caracteres sexuais primários e secundários. O Doc. 02 ainda traz elucidações a respeito da anatomia dos sistemas genitais. Seguidamente, ambos trabalhos fazem *link* do assunto de cunho biológico com questões socioculturais como corpos *trans*, diversidade e cisheteronormatividade. A pertinência no *link* entre tais assuntos se dá diante do fato de que a administração de hormônios – nem sempre com o devido acompanhamento profissional adequado – é fator culturalmente recorrente na comunidade *trans*. Tal fato ocorre em razão da chamada “Passabilidade”, termo usado na comunidade *trans* que pode ser definido como a capacidade de se passar por. Na comunidade *trans*, usa-se o termo “passável” para o indivíduo quanto mais ele seja capaz de se passar por cisgênero - através da mudança física com a administração de hormônios, cirurgias de adequação e mudanças físicas diversas. A busca máxima por passabilidade existe, por um lado, como estratégia de autoproteção em meios intolerantes, mas se configura como uma ilusão de aceitação em ambientes normativos, uma vez que a presença do corpo dissidente só seria aceita enquanto este negue os traços que o marcariam como fora da norma (Rosa, 2020).

Considerou-se “Corpo” como um tema biológico e sociocultural partindo da noção de corpo integrado como sugere os PCN (Brasil, 1997), ou seja, o corpo físico e anatômico, mas também como lugar de emoções e expressões sociais e culturais. No que tange a sexualidade, Weeks (2018) atribui ao corpo biológico a função de local onde a sexualidade é experimentada e estabelece os limites até onde essa pode ser explorada. Ao mesmo tempo, o autor supracitado elucida que esse corpo através de suas diversas manifestações expressa a sexualidade no sentido de afirmação e posicionamento do

---

e mulheres homossexuais, um insulto proferido por grupos homofóbicos que conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido (homossexuais). Ainda de acordo com Louro (Op. cit.), com toda sua carga de estranheza e de deboche, o termo *queer* é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante.

sentimento de pertencimento a um grupo social que, para o autor, é algo que está para além dos desejos e relações sexuais vividas e experimentadas pelo indivíduo. Sendo assim, entende-se no presente trabalho que ao falar em corpo, trata-se de um assunto de cunho simultaneamente biológico e sociocultural.

Para finalizar, os trabalhos identificados por Doc. 30; Doc. 34 e Doc. 36, articularam assuntos como as relações de gênero, diversidade de gênero e sexualidade e Teoria *queer* com conteúdos relacionados ao ensino de Evolução Biológica. Na contemporaneidade, o tema da Evolução vem sendo valorizado como um tema unificador de todos os campos das Ciências Biológicas, podendo através de seus fundamentos desfragmentar o Ensino de Biologia uma vez que todos os seres vivos e sistemas biológicos têm em comum o fato de estarem sujeitos e transformações através dos mecanismos evolucionistas, ou seja, todos os conteúdos biológicos podem ser explicados pelo viés da Evolução. Uma tendência percebida desde o final do Séc. XIX, com o desenvolvimento dos trabalhos de Darwin e Wallace e a teoria da Origem das Espécies, seria de que todo comportamento humano estaria relacionado com suas características biológicas. Tal discurso foi reforçado ao longo do Séc. XX com o advento da Genética e da Biologia Molecular, como se qualquer manifestação humana fosse mera resultado de reações bioquímicas impulsionadas pela ação de genes que se mantêm em função da Seleção Natural. Na última década, vem ganhando espaço no debate epistemológico a Síntese Evolucionista Estendida, teoria que não visa refutar as ideias aceitas no momento, mas que busca incrementá-las demonstrando que fatores culturais, a plasticidade fenotípica e a construção de nicho também implicam na evolução das espécies. Dessa forma, os estudos em questão problematizam a naturalização dos papéis de gênero e da orientação sexual dentro dos padrões conservadores da cisheteronormatividade, corroborando com a ideia de que desde os primórdios tais questões são socialmente construídas e diferente das visões distorcidas propagadas por tais grupos, a Biologia não desmente a diversidade sexual e de gênero, e sim, as comprova.

#### **4.2.2 Objetos de pesquisa dos Trabalhos**

Ao analisar os objetos de pesquisa de cada um dos quarenta trabalhos, categorizou-se tais objetos em cinco categorias: 1. práticas de ensino ou didáticas do Ensino de Biologia; 2. formação de professores de Biologia; 3. livro didático; 4. currículo; e uma quinta categoria heterogênea denominada “outros” destinada a trabalhos cujo

objeto de pesquisa não se tratava de algo ordinário às discussões frente a área do Ensino de Biologia. Apresenta-se a seguir uma síntese do objeto de estudo de cada trabalho divididos por essas categorias.

#### **4.2.2.1 Trabalhos que investigaram práticas de ensino ou didáticas do Ensino de Biologia**

Foram categorizados como tendo objeto de pesquisa as práticas de ensino ou as didáticas do Ensino de Biologia, estudos que se voltaram para investigar como professores e professoras de Biologia abordavam determinados temas relacionados a sexualidade ou gênero em suas aulas – ou seja, as práticas dos referidos docentes; trabalhos que testaram empiricamente alguma abordagem didática para trabalhar um tema referente a gênero ou sexualidade nas aulas de Biologia e, no caso de trabalhos de conclusão de mestrado profissional, trabalhos que tiveram como produto sequências didáticas ou manuais de práticas para docentes de Biologia em algum tema referente a gênero ou sexualidade. Tal categoria de objeto de pesquisa, apresentou o maior quantitativo, aparecendo em dezoito trabalhos, resumidos nos quadros a seguir.

**Quadro 12** - Trabalhos que investigaram práticas de docentes de Biologia em temas sobre gênero ou sexualidade

<b>Documento</b>	<b>Descrição</b>
<b>Doc. 05</b>	Analisou como a Sexualidade é abordada nas escolas pelos professores de Biologia do Ensino Médio mediante aplicação de questionário e entrevista semiestruturada com dez professores de três escolas de João Pinheiro/MG.
<b>Doc. 08</b>	Mediante aplicação de entrevista semiestruturada com professoras de Biologia, essa pesquisa buscou entender quais perspectivas teórico-metodológicas as educadoras pautam suas práticas e quais abordagens consideram pertinentes para o ensino de Educação Sexual na disciplina.

<b>Doc. 12</b>	Tese onde o autor teve por objetivo examinar as práticas vinculadas ao ensino e à produção do corpo em seus atravessamentos com os gêneros e as sexualidades, no Ensino de Ciências e de Biologia.
<b>Doc. 20</b>	O trabalho investigou o conhecimento de professores de Ciências e Biologia sobre diversidade sexual e identidade de gênero em duas escolas municipais e três escolas estaduais na cidade de Pelotas/RS, e descreveu os conhecimentos, atitudes e práticas dos professores de Ciências e Biologia quanto à temática, além de ter investigado de que forma a Educação Sexual é trabalhada pelos professores nas unidades de ensino de Pelotas/RS.
<b>Doc. 28</b>	O trabalho analisou o discurso docente referente a produção de subjetividades em relação as questões de gênero a partir do conteúdo hormônios esteroides mediante observação e captação de áudio em aulas de Biologia.
<b>Doc. 39</b>	Através da aplicação e análise de questionário feito com professores de Biologia de Muriaé/MG essa dissertação configura-se como um estudo descritivo sobre diferentes aspectos do ensino sobre IST nas visões desses professores e de estudantes.

**Quadro 13** - Trabalhos que aplicaram e avaliaram diferentes abordagens didáticas em aulas de Biologia sobre algum tema referente a gênero ou sexualidade

<b>Documento</b>	<b>Descrição</b>
<b>Doc. 02</b>	Aplicou uma sequência didática através do Ensino Por Investigação sobre diversidade corporal e as designações de gênero e implementou em uma escola um projeto de Iniciação Científica Júnior com estudantes onde se elaborou um documentário sobre pessoas <i>trans</i> .
<b>Doc. 04</b>	Versou sobre uma experiência didática realizada a partir de uma abordagem sociocultural da sexualidade e da literatura com estudantes da 3ª série do Ensino Médio de uma escola pública do município de João Pessoa/PB.
<b>Doc. 14</b>	Planejou, implementou e analisou abordagens didáticas nas aulas de Biologia em uma escola na Colômbia sustentadas em abordagens antirracistas e da dissidência sexual e de gênero, e suas interseções, para a construção de fundamentos de uma didática decolonial.
<b>Doc. 19</b>	Através do viés da gravidez na adolescência, a autora desse trabalho testou diferentes abordagens para um ensino integrativo de conceitos biológicos relativos à reprodução com questões presentes no cotidiano dos estudantes. O estudo foi realizado com três turmas da 1ª

	série do Ensino Médio em uma escola pública de Santa Maria/RS.
<b>Doc. 25</b>	O trabalho elaborou, desenvolveu, descreveu e analisou uma sequência didática sobre ciclo menstrual e uso da pílula anticoncepcional com estudantes da 1ª série do Ensino Médio de uma escola estadual no município de Ubá/MG.
<b>Doc. 37</b>	Elaborou e analisou uma sequência didática de ensino investigativo sobre métodos contraceptivos com estudantes da 1ª série do Ensino Médio de uma escola estadual localizada no município de Governador Valadares/MG.
<b>Doc. 38</b>	O estudo elaborou e aplicou uma sequência didática nos moldes do ensino investigativo sobre prevenção de IST e gravidez com estudantes do Ensino Médio de uma escola localizada em Duque de Caxias/RJ. Além da análise da sequência didática, esse trabalho também elaborou uma cartilha sobre o assunto de forma participativa com os estudantes que segundo a autora, poderá ser utilizada dentro da escola como instrumento de debate entre outros alunos.
<b>Doc. 40</b>	O trabalho foi desenvolvido com estudantes da 3ª série do Ensino Médio em uma escola de Ubá/MG versando sobre o tema das IST, teve como objetivo propor um desafio aos alunos para que, através de metodologia ativa, apresentassem propostas de atividades ao restante da

	<p>turma, propostas estas que foram embasadas no contexto trabalhado em aulas e pesquisas sobre o tema feitas pelos alunos na intenção de que, como protagonistas na construção do conhecimento, alcançassem uma aprendizagem significativa.</p>
--	--

**Quadro 14** - Trabalhos que tiveram como produto material para auxiliar professores em aulas sobre sexualidade ou gênero

<b>Documento</b>	<b>Descrição</b>
<b>Doc. 13</b>	A autora produziu um <i>e-book</i> destinado a professores de Biologia sobre Educação Sexual após a realização de um grupo focal com estudantes da 2ª série do Ensino Médio.
<b>Doc. 24</b>	Desenvolveu um manual de sequência Didática sobre o Sistema Reprodutor Humano para professores de Biologia de forma participativa com estudantes da 3ª série de uma escola estadual localizada em Campina Grande/PB através de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação em encontros remotos com esses estudantes.
<b>Doc. 34</b>	Dissertação de mestrado profissional que teve como produto uma sequência didática propondo um diálogo sobre a educação sexual, o ensino de evolução biológica, a teoria <i>queer</i> , a interdisciplinaridade e a escuta sensível, e as metodologias de aprendizagem ativa.

Tendo em vista que os grupos conservadores em ascensão política durante o período investigado apresentam explicitamente em suas pautas a não aceitação de que assuntos relacionados a gênero e sexualidade sejam ministrados em escolas, não é de se surpreender que o maior quantitativo de objetos de estudo encontrados tenha sido voltado para as práticas docentes.

Percebe-se em parte desses trabalhos a preocupação em entender como assuntos relacionados a gênero e sexualidade estão sendo trabalhados em sala de aula para então refletir a respeito de quais preceitos veem permeando o fazer docente discutindo que valores e concepções perfazem a aplicação – ou não aplicação – de tal conteúdo.

Se tratando dos trabalhos que elaboraram, aplicaram e avaliaram sequências didáticas e outras metodologias de ensino pode-se afirmar que os autores tiveram como objetivo testar maneiras de trabalhar esses assuntos em sala de aula de forma mais significativa para os estudantes haja vista da quantidade de trabalhos que testaram práticas por meio de vieses investigativos, estimulando a pesquisa e o compartilhamento de resultados.

Seguindo os preceitos de Carvalho (2018) que define o Ensino Por Investigação como o ensino dos conteúdos programáticos em que o professor cria condições em sua sala de aula para os alunos pensarem, levando em conta a estrutura do conhecimento; falarem, evidenciando seus argumentos e conhecimentos construídos; lerem, entendendo criticamente o conteúdo lido; escreverem, mostrando autoria e clareza nas ideias expostas, trabalhar conteúdos que abrangem as discussões em sexualidade e gênero de forma investigativa é estimular o estudante a assimilar tais conteúdos mediante a constatação desses em seu cotidiano, tomando consciência dos aspectos científicos e sociais de relevância sobre o assunto assim como estimular a disseminação dos conhecimentos produzidos. Pode-se assim afirmar por razões óbvias que tais pesquisas movimentam-se na contramão do que prega o discurso político dos conservadores de direita e os fundamentalistas religiosos.

A mesma afirmação do parágrafo anterior pode ser feita em relação aos trabalhos que criaram produtos com vista a auxiliar docentes em práticas de ensino de temas relacionados a gênero e sexualidade. Em tempos de censura e perseguição à professores,

é evidente o caráter revolucionário de tais pesquisas uma vez que essas produziram e disseminaram conhecimentos de viés contrariador ao discurso de tais grupos opressores.

#### **4.2.2.2 Trabalhos que investigaram formação de professores de Biologia**

Essa categoria de objeto de estudo reuniu doze trabalhos - Doc. 07, Doc. 10, Doc. 11, Doc. 15, Doc. 16, Doc. 23, Doc. 26, Doc. 29, Doc. 30, Doc. 32, Doc. 33, Doc. 36 - que investigaram aspectos de como temáticas relacionadas a gênero e sexualidade vêm permeando a formação de docentes em Biologia. Dez trabalhos realizaram suas investigações pensando a formação inicial de professores e dois trabalhos problematizaram tanto a formação inicial quanto a formação continuada.

Percebe-se uma tendência nesses estudos de pensar a formação docente em temas relacionados a gênero e sexualidade através da análise das percepções ou concepções ou conhecimentos prévios que professores em exercício ou licenciandos em Ciências Biológicas carregam sobre o assunto problematizando suas formações na Educação Básica, na universidade e nos seus âmbitos familiares e sociais.

No Doc. 07, mediante um estudo da percepção de docentes de Biologia sobre as práticas de Educação Sexual na escola, a pesquisa problematiza o currículo das licenciaturas em Ciências Biológicas, pensando a implementação de conteúdos voltados para formar professores capacitados a lidar com essas questões e propõe estratégias de formação continuada para professores em exercício sobre Educação Sexual.

O Doc. 10 trata de uma pesquisa que teve como objetivo analisar as concepções de discentes concluintes e egressos de um curso de Ciências Biológicas acerca da temática gênero e sexualidades. Com base nessa análise, a autora produziu um glossário de termos inclusivos com intuito de contribuir na formação inicial de docentes de Biologia e Ciências. O trabalho também destaca a importância de implementar disciplinas que abordem relações de gênero e sexualidades na formação de professores.

O trabalho identificado como Doc. 11 envolveu a participação de doze estudantes do curso de licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM). De forma semelhante aos estudos anteriormente relatados, essa pesquisa também partiu de uma análise da concepção dos participantes sobre o papel dos professores de Ciências e Biologia na Educação Sexual. Novamente observa-se o

estímulo à implementação de disciplinas que abordem o tema na formação inicial de professores.

O Doc. 15 trata-se de um estudo de caso que investigou: a formação de professores em uma mesma universidade, porém em diferentes momentos da formação; as práticas em sala de aula de professores em exercício e os conhecimentos centrais sobre Educação Sexual desses docentes; as abordagens presentes nas falas dos professores e por fim estabeleceu relações entre a formação de professores e sua atuação em sala bem como investigou possíveis reestruturações no currículo da formação inicial de professores que possam contribuir com seus conhecimentos em Educação Sexual sob uma perspectiva emancipatória.

No Doc. 16 a pesquisa investigou os processos discursivos envolvidos sobre a temática de gênero e sexualidade nos espaços curriculares e não-curriculares das licenciaturas em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o objetivo de compreender os sentidos sobre gênero e sexualidade que circulam nestes espaços das licenciaturas.

No Doc. 23 novamente analisa-se uma pesquisa que problematizou as temáticas sobre gênero e sexualidade na formação inicial de professores mediante o entendimento das concepções de participantes da pesquisa. Nesse trabalho, realizou-se uma intervenção com um grupo de quatorze estudantes do curso de licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade e analisou-se as concepções desses estudantes sobre a temática “Diversidade de Gênero e Sexualidade no Ensino de Ciências”. Mediante tal análise o autor problematiza iniciativas que possam melhorar a formação desses licenciandos para lidar com o tema quando estiverem em sala de aula.

O Doc. 26 trata-se de uma dissertação que teve como objetivo identificar e descrever as concepções de docentes de Biologia da Grande Aracaju/SE sobre corpo e identificar influência dessas em suas práticas pedagógicas para então pensar caminhos para uma formação docente inicial e continuada que leve ao entendimento do corpo como uma construção biopsicosocioeconomicocultural rompendo a visão biologizante de corpo.

No Doc. 29, a autora do trabalho aponta que o objetivo de sua pesquisa foi identificar elementos teórico-metodológicos pertinentes e necessários para o desenvolvimento de uma abordagem didática para uma discussão de questões de gênero

na licenciatura de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Apesar da intervenção mediante aplicação de uma abordagem didática, o ponto crucial da pesquisa foi uma comparação das noções prévias à intervenção que os participantes apresentavam sobre gênero e sexualidade e como essas noções se apresentaram após a intervenção. A discussão central que o trabalho propõe se dá entorno a repensar a formação inicial de docentes de Ciências e Biologia em questões referentes a gênero e sexualidade.

No Doc. 30, a pesquisa buscou compreender as percepções de estudantes de licenciatura em Ciências Biológicas em relação às questões de gênero no conteúdo de Evolução Humana e as possíveis reiteraões no ensino de Evolução. Para a coleta de dados a autora realizou uma intervenção com esses estudantes mediante a aplicação de uma unidade didática.

O Doc. 32, pensando especificamente no contexto da formação inicial de docentes de Biologia, investigou uma unidade didática que proporcione situações de aprendizagem para a construção de saberes necessários para um trabalho pedagógico considerando questões de gênero no Ensino de Biologia.

Sobre o Doc. 33, esse trabalho foi simultaneamente classificado em duas das categorias de análise do presente descritor: formação de professores e currículo. Tal classificação se deu, pois, o objetivo dessa pesquisa foi realizar uma análise das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas e Ciências Naturais das universidades federais brasileiras e das universidades estaduais paulistas, a fim de verificar a presença da abordagem de assuntos sobre sexualidade nos currículos desses cursos, dando enfoque ao modo como ela ocorre.

Finalizando essa categoria, apresenta-se o Doc. 36. Essa pesquisa buscou compreender os saberes de futuros docentes de Ciências Biológicas em relação as questões de gênero que permeiam o conteúdo da seleção sexual. Os participantes foram estudantes do curso de licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade pública do Paraná, cursando o último ano da graduação. A autora elaborou uma Unidade de Ensino Potencialmente Significativa com intuito formativo, além de constituição de dados para sua pesquisa.

Admite-se aqui que pensar a formação de docentes de Ciências e Biologia para as discussões em gênero e sexualidade se apresenta com caráter de urgência. Especialmente

se tratando de expandir o horizonte de docentes tanto os já em exercício quanto os ainda em formação inicial para além da visão biologizante do assunto.

Como apresentado anteriormente, as primeiras tentativas de implementar intervenções educacionais sobre sexo e gênero no Brasil no início do século XX, baseavam-se em pressupostos médicos/higienistas e eugênicos e mesmo com a mudança desse discurso na chamada “segunda onda” da Educação Sexual (César, 2009) nas décadas de 1960 e 1970, foi somente no final dos anos de 1980 que a discussão de institucionalizar uma educação do sexo voltou a ganhar força no debate educacional brasileiro e isso muito em função da chegada da AIDS ao Brasil bem como o aumento no índice de gravidez na adolescência. Em suma, culturalmente, pensar gênero e sexualidade na educação no Brasil, sempre está relacionado ao viés biomédico. Dessa maneira, mesmo com as recomendações dos PCN publicadas há aproximadamente vinte e sete anos, ainda existe na cultura escolar ideia de que os docentes de Ciências e Biologia são os profissionais adequados para tratar desse assunto em sala de aula. Portanto, reitera-se a urgência de que essas questões permeie a formação desses docentes.

#### **4.2.2.3 Trabalhos que investigaram o livro didático**

Quatro trabalhos foram categorizados como tendo o livro didático como objeto de estudo. Pela ordem de achado, tais trabalhos foram codificados como Doc. 03, Doc. 18, Doc. 22 e Doc. 27.

O Doc. 03 trata-se de uma dissertação onde a autora analisou os discursos e os saberes sobre corpo, gênero e sexualidade presentes em livros didáticos de Biologia indicados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2017/2019, utilizados no Ensino Médio das escolas públicas da cidade de Viçosa/MG. A autora partiu da ideia de que o livro didático é o porta-voz do saber oficial acumulado e responde pelo que a comunidade científica considera aceito até o momento. Dessa maneira, esta pesquisa problematiza a dicotomia entre as evidências apontadas por estudos feministas de que a feminilidade e a masculinidade não são estabelecidas propriamente pelas características biológicas e os livros didáticos de Biologia que tendem a reproduzir um saber que se baseia na concepção dualista/mecanicista de corpo, gênero e sexualidade.

O Doc. 18 corresponde a uma tese onde a autora analisou livros didáticos de Biologia aprovados nos PNLD 2012, 2015 e 2018 e investigou o que e como esses livros didáticos colocam em funcionamento saberes sobre os corpos intersexo e quais

aproximações realizam com as defesas do movimento intersexo no Brasil. A autora problematiza os ensinamentos e saberes sobre corpo intersexo e intersexualidade neles presentes e as possíveis resistências às redes de poder-saber que permeiam estes corpos presentes nas obras analisadas.

No Doc. 22, o trabalho analisou os dizeres sobre corpos, gêneros e sexualidades nos Objetos Educacionais Digitais (OEDs) de livros didáticos digitais de Biologia aprovados no PNLD 2015. Caracterizado como uma pesquisa documental, esse estudo concluiu que os OEDs contribuem para o reforço de estereótipos e binarismo de gênero e sexo, a manutenção da heterossexualidade e família nuclear como o padrão válido para as vivências de sexualidade; o apagamento do papel ativo das mulheres na produção científica, o reforço da responsabilidade feminina na contracepção, gestação, parto e cuidado e educação dos corpos dos filhos e filhas.

O Doc. 27 trata-se de uma dissertação de mestrado profissional que analisou a temática do Papiloma Vírus Humano (HPV) nas três coleções mais distribuídas de livros didáticos de Biologia aprovados no PNLD 2015. De acordo com os resultados apresentados pelo autor, nas obras analisadas há pouco detalhamento de informações sobre o HPV se comparado com outras IST presentes nas obras. Dessa forma, o produto criado pela dissertação foi um manual digital de estudos sobre HPV na forma de *web site* para o auxílio no trabalho de docentes de Biologia.

Com exceção do Doc. 27, percebe-se na análise dos demais trabalhos que ainda há tendências nos livros didáticos de Biologia de apresentar o corpo humano dentro dos padrões normativos de gênero e sexo, embasado nos fundamentos médicos fisiológicos e a ideia do corpo como máquina desconsiderando a ideia de corpo integrado como sugere os PCN e por vezes ainda tratando como patologia qualquer característica que fuja à norma cisheteronormativa.

Dessa maneira é possível afirmar que os autores de livros didáticos sucumbiram as pressões de grupos conservadores e suas obras conseqüentemente contribuem para a manutenção das estruturas de poder e opressão. Com base nas experiências pessoais narradas na introdução desse trabalho e retomando as ideias de Monteiro e Siqueira (2019) admitindo as esferas educativas com um espaço de disputa entre grupos hegemônicos, notavelmente diversas administrações escolares tanto nas esferas públicas quanto na iniciativa privada cederam à pressão dos grupos conservadores adotando um

discurso de neutralidade e preferindo evitar que temas que desagradem esses grupos entrem nas escolas. Tal tomada de decisão perpassa a escolha dos livros didáticos, o que explica o caráter normativo das obras percebido nas pesquisas.

Quanto as pesquisas analisadas, todas trazem em suas reflexões um posicionamento contrário a tal manutenção estimulando a reflexão do que pode ser feito para superar esse paradigma rumo a um Ensino de Biologia mais imerso na diversidade.

#### **4.2.2.4 Trabalhos que investigaram currículo**

Além do já relatado Doc. 33, outras pesquisas analisadas que foram categorizadas como tendo o currículo de Biologia como objeto de estudo foram os trabalhos codificados como Doc. 01 e Doc. 09.

No caso do Doc. 01 tratou-se de uma pesquisa teórica que analisou as articulações com o Ensino de Biologia e músicas compostas por artistas LGBTQIAPN+, em especial as composições da cantora Lin da Quebrada. Embora a autora não explicita que investigou o currículo de Biologia e não defina esse objeto como de interesse de seu estudo, aqui entende-se que entre os possíveis objetos de pesquisas que compõe a área do Ensino de Biologia, o currículo foi o que permeou sua pesquisa, uma vez que a autora trouxe em seu trabalho as letras de Lin da Quebrada e analisou componentes do Ensino de Biologia no Ensino Médio que aparecem nas referidas canções.

Já o Doc. 09 trata-se de uma tese que problematizou os modos de incorporação da Educação Sexual no currículo de licenciatura em Biologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Tal pesquisa envolveu uma etapa documental através do exame de documentos, como o projeto político pedagógico e a matriz curricular do referido curso de licenciatura; encontros com grupos focais com licenciandos e recém-licenciados em Biologia e realização de entrevistas semiestruturadas com os participantes do grupo focal e estudantes egressos do curso. Embora o trabalho também verse sobre a formação de professores, o principal objeto de estudo e a problematização do trabalho voltaram-se para o currículo das licenciaturas em Ciências Biológicas.

Retomando a ideia de Borda, Andrade e Selles (2019), a elaboração de um currículo nunca é neutra ou imparcial a questões políticas, sociais, econômicas, culturais e toda a rede de interesse que perpassa esses fatores. Os grupos que pensam e elaboram os currículos são movidos por seus ideais e toda a seleção de conteúdo é pensando

objetivando o alcance desses bem como as disputas por hegemonias já citadas em Monteiro e Siqueira (2019). Notoriamente as pesquisas que investigaram os currículos de Biologia em relação aos assuntos referentes a gênero e sexualidade, partiram da hipótese que esses corroboram com os padrões hegemônicos dos grupos opressores alinhados com as políticas da direita conservadora e todos buscaram nos desdobramentos de suas pesquisas caminhos para romper com tal hegemonia.

#### **4.2.2.5 Demais objetos de pesquisa**

Os trabalhos categorizados nessa categoria de objeto de estudo foram os Doc. 06, Doc. 17, Doc. 21 e Doc. 31. Os objetos analisados nesses trabalhos foram respectivamente: aproximações e divergências entre os discursos religioso e científico quanto a gênero e sexualidade no Ensino de Biologia; experiências de pessoas *trans* no Ensino de Biologia; representações sociais de docentes de Biologia sobre gênero e sexualidade e as relações com currículo, documentos norteadores da educação e escola; ecofeminismo e o Ensino de Biologia.

O Doc. 06 trata-se de uma tese de doutorado onde a autora tem como ponto de partida uma pesquisa sobre o entrelaçamento entre discursos científicos e religiosos, produzido por estudantes da licenciatura em Ciências Biológicas, na abordagem da sexualidade e do gênero. Tal pesquisa investigou quais entrelaçamentos são produzidos a partir dos discursos religioso e biológico no debate sobre sexualidade no espaço escolar, quais alianças, conflitos e tensões são constitutivos desses entrelaçamentos e como docentes de Biologia e estudantes do Ensino Médio se posicionam frente a estes entrelaçamentos. Vale destacar algumas conclusões da autora, por exemplo, que discursos da ciência e da religião se aliam para dizer do culto ao corpo saudável e do risco que representa a prática do sexo – o discurso da ciência por vezes leva a entender que o sexo pode fazer adoecer o corpo e o discurso religioso que esse pode desviar a alma da salvação. Segundo a autora, ciência e religião também coligam quanto a reafirmação da heterossexualidade como padrão e a negação de uma sexualidade própria das crianças.

A divergência entre os dois discursos identificada nessa pesquisa se deu justamente quanto ao pensamento da escola como espaço para a discussão de sexualidade e gênero ou as tentativas de controle sobre quando e a quem se dirigem essas discussões. Nesse aspecto, o discurso religioso investigado nessa tese segue recusando a discussão sobre sexualidade e gênero nas escolas e atribuindo a família como única responsável por

essa educação, diferente do que defende o discurso científico. Em suas considerações, a autora acena para possibilidades de pensar a Biologia como espaço de resistência e de assunção como campo de estudo da sexualidade e do gênero fora dos ditames da heterossexualidade como padrão, da medicalização dos corpos e do modelo binário de gênero.

O Doc. 17 também configura uma tese escrita a partir de uma cartografia produzida ao longo de encontros que o autor fez com docentes e estudantes da Educação Básica e do Ensino Superior que visou analisar as experiências de pessoas *trans* e o Ensino de Biologia. Ao longo dos encontros realizados o autor observou as possíveis impressões que a vivência de pessoas *trans* pode produzir na expansão, experimentação e abertura a modos de vida outros no ensino de Biologia. Em suma, pode-se dizer que a exemplo de outros trabalhos analisados, essa tese também visou romper com os padrões binários e normativos ainda presentes no Ensino de Biologia especialmente no que tange ao discurso patológico e marginal dos corpos que fogem a “regra”.

A dissertação identificada como Doc. 21 se baseou na teoria das representações sociais tendo como objetivo analisar as representações sobre gênero e sexualidade de docentes de Biologia da rede estadual de educação, inseridos em escolas de Ensino Médio, no município de Aparecida de Goiânia. Embora nesse aspecto o trabalho se assemelhe com os que foram categorizados como tendo a formação de professores como objeto de estudo, essa pesquisa engloba problematizações para além da formação docente.

A partir de um material produzido pela análise de questionários e entrevistas com quarenta e dois docentes de vinte e nove escolas a autora concluiu que os docentes participantes não possuem formação específica para debater gênero e sexualidade no ambiente escolar e, não conhecem políticas públicas que os auxiliem nisso. Posteriormente à essa análise faz-se um comparativo com a cultura escolar, o currículo e os documentos norteadores da educação concluindo que a combinação de todos esses refletem os padrões conservadores presentes no cenário político, religioso e civil sendo alvos de estratégias de poder utilizadas com o intuito de cercear direitos e enquadrar as diversidades de gênero e sexualidade dentro de um princípio de identidade universal e fixa.

Por fim, o Doc. 31 através da aplicação de oito entrevistas semiestruturadas com estudantes veganas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), analisou indicadores

de elementos ecofeministas nas falas de mulheres veganas sobre como elas têm construído uma relação de afeto com a natureza e animais não humanos, com atenção especial aos temas do sexismo e do especismo e como essa relação poderá contribuir para o Ensino de Biologia.

A análise dos objetos de pesquisa presentes nesses trabalhos deixa em evidência primeiramente que no que tange a assuntos relacionados a gênero, sexualidade e corpo o Ensino de Biologia segue alinhado com os discursos normativos propagados pelos grupos conservadores na política, nas religiões e na sociedade civil. Desde as formações de professores, passando por suas práticas e os conteúdos presentes em livros didáticos, nos currículos e nos documentos norteadores, o Ensino de Biologia parece não ter superado a visão biomédica e higienista das décadas de 1920 e 1930, além de repetir padrões binários e normativos vinculando aspectos sexuais e de gênero necessariamente à reprodução. Por outro lado, percebe-se na análise das teses e dissertações que as/os respectivas/os autoras/es visaram com suas pesquisas produzir conhecimento que contribuísse com a superação desses padrões.

Tais constatações refletem diversas discussões no campo da Educação com relação a não superação de uma escola do Século XIX. Nos dias de hoje ainda verbera uma escola que foi criada em uma época em que se valorizava a rotina, a repetição, a uniformidade didática, a racionalidade cartesiana, o dualismo e a exclusão das emoções (Xavier, 2015). Dessa forma, trata-se de todo um sistema retroalimentado com o intuito de manter as estruturas de poder não abrindo espaço para novas discussões e reformulações na ótica de quem ensina e de quem forma.

#### **4.2.3 Componentes curriculares da Biologia privilegiados nos trabalhos**

Dos quarenta trabalhos analisados, a maioria – vinte e três – não se preocuparam ou não tiveram o intuito nas suas pesquisas de analisar algum componente curricular do Ensino de Biologia. Apenas dezessete trabalhos envolveram em suas análises um ou mais componentes curriculares. Dentre esses, os mais recorrentes foram: Reprodução, aparecendo em seis trabalhos; Anatomia/Fisiologia humana e Evolução, aparecendo cada um em cinco trabalhos; Infecções Sexualmente Transmissíveis em três trabalhos; Genética em dois trabalhos; Métodos Contraceptivos também em dois trabalhos. Os demais componentes que apareceram foram: Vírus e Citologia, cada um

aparecendo em um trabalho. O quadro 15 apresenta em detalhes os componentes analisados e seus respectivos documentos.

**Quadro 15** - Componentes do currículo de Biologia privilegiados nos trabalhos.

Componentes Curriculares	Documentos
Reprodução	Doc. 19; Doc. 25.
Evolução	Doc. 30; Doc. 34; Doc. 35; Doc. 36.
Fisiologia/Anatomia humana	Doc. 02; Doc. 28.
Infecções Sexualmente transmissíveis	Doc. 39; Doc 40.
Vírus	Doc. 27
Métodos Contraceptivos	Doc. 37.
Reprodução e Genética	Doc. 18.
Fisiologia/Anatomia Humana e Reprodução	Doc. 24.
Reprodução, Infecções Sexualmente Transmissíveis e Métodos Contraceptivos	Doc. 38.
Fisiologia/Anatomia humana; Evolução; Reprodução	Doc. 03.
Anatomia/Fisiologia Humana; Citologia e Genética	Doc. 14.

Com relação os trabalhos que desenvolveram suas pesquisas apenas no componente curricular Reprodução, o Doc 19 trabalhou diversos conteúdos biológicos sobre reprodução com enfoque na gravidez na adolescência e o Doc. 25 enfatizou conteúdos sobre ciclo menstrual e o uso da pílula anticoncepcional. O componente Reprodução também permeou a investigação do Doc. 18 adicionado a conteúdos de Genética, no Doc. 24 junto à conteúdos de Fisiologia/Anatomia Humana, Doc. 03 junto a conteúdos sobre Anatomia/Fisiologia Humana e Evolução e no Doc. 38 relacionado com conteúdos sobre IST.

O Doc 18, como já mencionado nas seções anteriores, teve como tema os corpos intersexo e como objeto de estudo, livros didáticos. A autora para sua análise de como os corpos intersexo são representados em livros didáticos de Biologia, escolheu nas obras analisadas os capítulos referentes as unidades de Reprodução e Genética por se tratar de

unidades mais propícias a abordar assuntos que podem ter relação com corpos intersexo, por exemplo, hormônios gonadotróficos e sexuais e herança cromossômica.

O Doc. 24 desenvolveu uma sequência didática sobre o conteúdo Sistema Reprodutor Humano, assunto que por si só abrange aspectos da fisiologia, anatomia e reprodução humana pois envolve o conhecimento do conjunto de órgãos, hormônios e demais secreções sintetizadas com finalidade reprodutiva e da formação de gametas, fecundação, desenvolvimento embrionário, gravidez e parto.

Na pesquisa que configurou o Doc. 03 a autora ao investigar como as temáticas sobre gênero, sexualidade e corpo são representados em livros didáticos de Biologia, escolheu analisar os capítulos sobre Fisiologia/Anatomia humana, Evolução e Reprodução. De forma parecida com a pesquisa do Doc. 24, a autora justifica sua escolha por considerar que essas unidades abrangem assuntos referentes ao corpo, aos papéis de gênero e a sexualidade humana.

Já o Doc. 38 teve a prevenção como principal tema norteador do trabalho. A autora desenvolveu uma sequência didática que abrangeu conteúdos sobre reprodução enfatizando os métodos de barreira e contraceptivos com o objetivo didático de desenvolver o aprendizado sobre prevenir IST e gravidez não planejada.

Entre as pesquisas que focaram nos conteúdos sobre Evolução - além do Doc. 03, já descrito onde a Evolução aparece junto à Anatomia/Fisiologia Humana e Reprodução - o Doc. 30 discorreu sobre relações de gênero nos conteúdos sobre Evolução Humana. O Doc. 34 Também permeou a Evolução do *Homo sapiens*, através da Teoria da Mente Seletiva suscitando discussões sobre biodiversidade e a Teoria da Seleção Social introduzindo a partir dessas teorias estudos sociais sobre a materialização e abjeção de corpos. O Doc. 35 articulou elementos da Síntese Evolutiva Estendida com questões sobre diversidade sexual. Por fim, o Doc. 36 articulou questões de gênero ao conteúdo de seleção sexual.

Sobre os trabalhos que privilegiaram conteúdos sobre o componente curricular Anatomia/Fisiologia Humana, além dos já relatados Doc.03 – junto à Evolução e Reprodução - e o Doc. 24 – junto à Reprodução – encontra-se esse componente também nos Doc. 02, Doc, 28 e Doc. 14, esse último, junto à Citologia e Genética.

No Doc. 02, os conteúdos Biológicos que aparecem na dissertação foram hormônios, questões de puberdade e mudanças corporais. Já no Doc. 28 o conteúdo que norteou a investigação do trabalho foram os hormônios esteroides. No Doc. 14, a intervenção educacional já relatada em seção anterior, envolveu conteúdos de alimentação e nutrição humana, respiração celular, sistema endócrino, menstruação e genética.

Outro componente curricular recorrente, as IST além de aparecerem no já relatado Doc. 38, também foi um componente parte da investigação dos Doc. 39 e Doc. 40. O Doc. 39 é um estudo descritivo que abordou diferentes aspectos do ensino sobre IST. A principal problematização da pesquisa é que de acordo como autor, que seus resultados apontam que possivelmente os jovens estão concluindo o Ensino Médio sem conhecimento satisfatório em relação às formas de transmissão e prevenção contra as IST. De forma semelhante, o Doc. 40 também abordou o componente das IST de maneira geral, não se pautando em uma infecção em particular. Também é uma pesquisa que foca na preocupação com a prevenção, tendo como principal fonte inspiradora e inquietação da autora em relação a fala despreocupada de muitos estudantes de Ensino Médio frente às IST, incrédulos com relação à sua vulnerabilidade.

Sobre o Doc. 27, cujo conteúdo biológico da pesquisa foi o Papilomavírus Humano (HPV), embora a infecção causada por esse vírus também seja uma IST, o autor em sua pesquisa sobre as informações presentes em livros didáticos sobre esse vírus, enfatiza sua preocupação com a baixa qualidade e quantidade de informações satisfatórias especificamente sobre o HPV. Além disso, os capítulos de livro examinados pelo autor são todos da unidade Vírus de diferentes coleções de livros didáticos de Biologia.

Finalizando, o Doc. 37 tratou dos Métodos Contraceptivos através de uma sequência investigativa de ensino. No trabalho em questão os conteúdos biológicos presentes referem-se ao todos os métodos usados para prevenção de gravidez não planejada, sejam eles os de barreira, hormonais, comportamentais ou cirúrgicos.

Retomando Dinis e Asinelli-Luz (2007), nota-se que os componentes curriculares da Biologia que permearam ou nortearam os trabalhos analisados não fogem a tradição dos temas relacionados as práticas tradicionais de Educação Sexual. Como citado na seção 2.2 da presente tese, os autores supracitados afirmam que tradicionalmente a Educação Sexual no Brasil se pautou em aulas sobre anatomia e

fisiologia do sistema reprodutor, prevenção à IST e contracepção afim de evitar o que se chamava “gravidez precoce” ou “indesejada”. Se somados, os trabalhos que privilegiaram os componentes curriculares relacionados a Anatomia/Fisiologia humana, Reprodução, Métodos Contraceptivos e IST – contanto com o trabalho sobre HPV - tem-se um total de treze trabalhos em dezessete.

No entanto, é preciso deixar em evidência que todos os trabalhos analisados se posicionam contrários à um Ensino de Biologia pautado unicamente pelo viés biologizante de assuntos que abordam sexualidade e gênero. Mesmo as pesquisas que tiveram seu tema mais voltados para aspectos puramente biológicos ou biomédicos, consideraram a importância de docentes de Biologia estarem capacitados para lidar com os aspectos sociais, culturais, psicológicos, políticos e econômicos que envolvem a sexualidade e as questões de gênero. As pesquisas feitas com materiais didáticos, chamam a atenção para a representação do corpo humano dentro de um padrão cisheteronormativo nos componentes de fisiologia e anatomia, invisibilizando corpos *trans*, intersexo e identidades que fogem ao padrão binário masculino-homem e feminino-mulher. Nenhuma pesquisa analisada corroborou com as ideias propagandas pelos grupos conservadores e fundamentalistas da direita.

Chama atenção os trabalhos que dialogaram com os assuntos referentes à gênero ou sexualidade com os conteúdos de Evolução. O ensino da Biologia Evolucionista tem em comum com o ensino de gênero e sexualidade o fato de também ser um tema sensível ao conservadorismo. De acordo com Borba, Andrade e Selles (2019) o ensino de teorias evolutivas está sob constante risco seja por conta de projetos como o já citado do deputado/pastor Marcos Feliciano ou por ações de organizações como o Escola Sem Partido, que pressionam professores de Ciências e Biologia a não lecionar ou trabalhar de forma superficial os conteúdos ligados à Evolução Biológica, alegando que estudantes seriam violados pela ação de docentes que se aproveitariam da liberdade de cátedra e da audiência cativa dos alunos para instigar valores contrários àqueles recebidos no âmbito familiar (Borba, Andrade e Selles, 2019).

Além disso, através do estudo da Evolução, sobretudo da evolução humana, diversos estereótipos de papéis atribuídos a gênero podem ser desconstruídos mediante uma (re)leitura mais aprofundada das pesquisas no campo, indo além dos conteúdos comumente apresentados de forma enxuta em livros didáticos e apostilas. Por exemplo, a ideia de que sempre coube as fêmeas o papel de cuidado com o lar e com a prole enquanto

os machos saíam à caça, à busca de alimentos e a defesa do território. Diversas pesquisas contemporâneas evidenciam que tal “divisão de tarefas” não necessariamente seriam uma tônica na organização social do ser humano primitivo, muito menos algo pré-determinado pela Biologia.

Concluo essa seção ressaltando que todas as obras analisadas em seus desdobramentos da pesquisa visam contribuir com um Ensino de Biologia no que tange as questões de sexualidade, gênero e corpo que supere os padrões normativos estabelecidos por grupos conservadores indo além de olhar meramente biologizante admitindo a diversidade e naturalizando a pluralidade das identidades de gênero, de orientação sexual e de corpos para além de um padrão limitado.

#### 4.2.4 Participantes envolvidos nas pesquisas

Dos quarenta trabalhos analisados, trinta e dois constituem pesquisas envolvendo participantes. Entre esses participantes os mais recorrentes foram: estudantes do Ensino Médio, em dez trabalhos; professores de Biologia, em sete trabalhos; estudantes de Licenciatura em Biologia, sete trabalhos. Ainda foram encontradas duas pesquisas que envolveram estudantes do Ensino Médio e professores de Biologia e duas pesquisas que envolveram estudantes e recém-formados de um curso de Licenciatura em Biologia. Uma pesquisa envolveu a participação de Professores de Biologia e estudantes de Licenciatura em Biologia. Também foi encontrado um trabalho que contou com a participação de professores do Ensino Médio, estudantes da Educação Básica, professores universitários com formação em Biologia e estudantes de graduação em Biologia. Outros grupos de participantes que aparecem nas pesquisas foram: Estudantes do ensino básico de Bogotá (Colômbia) e mulheres veganas estudantes universitárias, um trabalho cada. O Quadro 16 detalha quais documentos tiveram os referidos grupos de participantes.

**Quadro 16** - Participantes envolvidos nas pesquisas.

Participantes Envolvidos	Documentos	Total
Estudantes do Ensino Médio	Doc. 02; Doc. 04; Doc. 13; Doc. 19; Doc. 24; Doc. 25; Doc. 35; Doc. 37; Doc. 38; Doc. 40.	10

Professores de Biologia	Doc. 05; Doc. 07; Doc. 08; Doc. 20; Doc. 21; Doc. 26; Doc. 28.	7
Estudantes de Licenciatura em Biologia	Doc. 11; Doc. 16; Doc. 23; Doc. 29; Doc. 30; Doc. 32; Doc. 36.	7
Professores de Biologia e Estudantes do Ensino Médio	Doc. 06; Doc. 39.	2
Estudantes e recém-formados de Licenciatura em Biologia	Doc. 09; Doc. 10.	2
Estudantes do ensino básico da Colômbia (Bogotá)	Doc. 14.	1
Professores de Biologia e estudantes de Licenciatura em Biologia	Doc. 15.	1
Professores do Ensino Médio; Estudantes da Educação Básica; Professores universitários com formação em Biologia e Estudantes de graduação em Biologia	Doc. 17.	1
Mulheres veganas estudantes universitárias	Doc. 31.	1
Sem participantes	Doc. 01; Doc. 03; Doc. 12; Doc. 18; Doc. 22; Doc. 27; Doc. 33; Doc. 34.	8
		40

Pode-se perceber que somando os trabalhos que tiveram mais de um público participante, os estudantes do Ensino Médio compuseram a participação em treze trabalhos. Já professores de Biologia participaram de dez trabalhos. Estudantes de Licenciatura em Biologia formaram o grupo de participantes também em dez trabalhos. Somando os trabalhos cujos participantes foram professores de Biologia, estudantes de Licenciatura em Biologia ou ambos, tem-se dezenove trabalhos e mais um trabalho que integrou professores universitários com formação em Biologia. Pode-se dizer então, que

vinte trabalhos pensaram a formação de professores em algum momento da carreira – inicial ou continuada.

A respeito das pesquisas envolvendo estudantes do Ensino Médio, percebe-se a tendência de estudos que envolveram práticas e diálogos com esses estudantes sobretudo no que diz respeito à prevenção. Como já mencionado nos capítulos teóricos e na seção 4.2.1, a preocupação com o comportamento sexual de adolescentes faz parte das iniciativas de Educação Sexual no Brasil desde as primeiras tentativas na década de 1920 e a prevenção quanto a IST – em especial HIV/AIDS - e a gravidez não planejada na adolescência foi um ponto crucial na defesa da elaboração de um documento institucional sobre uma educação do sexo que viria a se materializar em 1997 no Tema Transversal Orientação Sexual dos PCN. No entanto, comportamentos de risco por parte do público adolescente segue sendo uma tônica na sociedade. Além disso, os trabalhos expressam uma preocupação com a qualidade das fontes de informação que esse público costuma utilizar para se informar de assuntos que abrangem a sexualidade e a atividade sexual, incluindo não apenas os fatores de risco, mas também sobre relacionamentos e prazeres.

Em pesquisa realizada por Teles et al. (2022) sobre percepções de estudantes do Ensino Médio sobre questões relativas à Educação Sexual, os autores entrevistaram 158 estudantes da rede pública do interior de Goiás sobre diversas questões relacionadas a sexualidade. Em uma das perguntas, os autores questionaram os estudantes sobre a fonte de informação para esclarecimentos de questões relacionadas à sexualidade que esses utilizavam. Os resultados dessa pesquisa indicam que 39% dos estudantes entrevistados utilizam a internet, 23% os familiares, 18% afirmaram procurar profissionais de saúde, 11% procuram amigos e apenas 9% procuram professores.

Bantim, Sobreira e Sudério (2021) reiteram a importância da realização de atividades interativas que envolvam o tema sexualidade, considerando que a partir das mesmas os estudantes podem construir os seus próprios posicionamentos durante os debates coletivos e de que um dos maiores pontos de dificuldade na abordagem sobre sexualidade é o tabu e o receio do aluno para falar sobre essa temática.

Os autores supracitados realizaram uma pesquisa sobre estratégias de ensino na abordagem do tema Educação Sexual com 120 estudantes de quatro turmas da 2ª série do Ensino Médio de uma escola pública de Fortaleza/CE. Dentre os dados interessantes da pesquisa, destaca-se aqui a investigação dos autores sobre o grau de acessibilidade dos

estudantes no meio familiar, no sentido de conversar sobre temas relacionados à Educação Sexual. Em relação a esse questionamento, 53% dos alunos responderam que era parcialmente acessível, 30% responderam que era inacessível e 17% disseram ter pleno acesso a essas discussões com a família. Outros pontos investigados pelos autores foram a percepção dos estudantes quanto ao risco de se infectar com uma IST e o risco que uma adolescente julga ter em engravidar ou um adolescente engravidar sua parceira. Os resultados encontrados pelos autores para o primeiro questionamento foi 80% dos alunos responderam que o risco é baixo, 15% disseram ser médio e apenas 5% responderam ser alto, ou seja, a maioria dos estudantes assinalou a pouca susceptibilidade a uma contaminação por alguma IST. No segundo questionamento 72% responderam que o risco é baixo, 22% disseram ser médio e 6% consideraram o risco alto, logo, os estudantes que participaram dessa pesquisa também consideram baixo o risco de engravidar em decorrência de uma relação sexual desprotegida.

Sobre a Educação Sexual na formação de professores, é perceptível a preocupação das pesquisas em formar, qualificar e preparar docentes de Biologia para melhor lidarem com assuntos ligados a sexualidade e gênero que possam surgir em suas aulas. Tais dados corroboram com Mendel e Miranda (2023) que em pesquisa com estudantes de Licenciatura em Ciências Naturais coletou dados acerca das opiniões e percepções dos licenciandos sobre a Educação Sexual, destacando que aproximadamente 70% deles consideraram que não receberam, por meio das disciplinas oferecidas na graduação, uma formação que lhes dê segurança e ferramentas para trabalhar a temática em sala de aula. A necessidade de criação/implementação de uma disciplina que trabalhe especificamente temas relacionados à Educação Sexual foi apontada por 96,4% dos licenciandos participantes da pesquisa desses autores.

Para finalizar esse capítulo, destaco mais uma vez a perceptível tentativa dos trabalhos analisados de apontar com os desdobramentos de suas pesquisas, mecanismos, estratégias e debates rumo a superação dos preconceitos, tabus e o falso moralismo propagado pelos grupos conservadores ligados a partidos de direita, fundamentalistas religiosos e demais grupos que representam o retrocesso social e o desrespeito com a existência de seres humanos pautados de pseudociência e do uso em vão da fé com a única finalidade de manter as estruturas de poder e opressão que minoriza a maioria e privilegia à poucos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dou início às considerações relembando a hipótese que fora levantada no começo deste trabalho: que as pesquisas acadêmicas sobre gênero e sexualidade no Ensino de Biologia se empenharam em desconstruir as ideias propagadas pelos grupos conservadores. Com base nos resultados obtidos e, principalmente no que diz respeito aos desdobramentos que as/os autoras/es visaram em suas pesquisas, posso afirmar que a hipótese foi confirmada.

Em todas as pesquisas analisadas observou-se em algum momento na escrita do trabalho dizeres que semeiam a ideia de uma Educação Sexual para além do olhar meramente biológico, da superação dos padrões binários de gênero presente no Ensino de Biologia, pela representatividade de corpos fora dos padrões normativos e por um Ensino de Biologia que naturalize a diversidade sexual e de gênero.

Evidências se dão no maior quantitativo de trabalhos abordando temas socioculturais e os assuntos mais abordados, o buscador “Gênero” obter maior quantitativo de trabalhos encontrados, bem como a maioria dos trabalhos terem sido desenvolvidos e defendidos durante o período em que os ataques às questões de gênero e sexualidade na educação se intensificaram. O maior número de orientadoras e autoras mulheres também sugere a ideia de resistência dos grupos oprimidos frente a opressão enfrentada ao longo do recorte temporal estudado.

Nesse sentido, faz-se importante também a observação sobre a antítese da liberdade entre pesquisa e o fazer docente nas escolas. Se por um lado a pesquisa em Ensino de Biologia claramente se posiciona e tem a liberdade de abordar assuntos ditos como polêmicos e que desagradam as estruturas mantenedoras das relações de poder, por outro lado, o ensino nas escolas segue adotando padrões conservadores e evitando temas que desagradam tais grupos dominantes. Estreitar os laços entre universidade e escola mediante projetos de extensão e outras iniciativas de intervenção se apresenta como um caminho viável para que primeiramente o conhecimento produzido na academia chegue até os professores da Educação Básica e com isso possamos deslumbrar alguma mudança, dentro do alcance, na forma das escolas, sobretudo públicas, lidam com essas questões.

Quanto à natureza dos trabalhos, faz-se necessária uma reflexão ao maior incentivo na continuidade das pesquisas com esse tema, uma vez que o número de teses

ainda é baixo se comparado ao número de dissertações – que também não é alto. O momento que estamos vivendo traz à tona o sentimento de esperança com a volta de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república nos permitindo imaginar um Brasil novamente mais justo, igualitário e investindo nas políticas educacionais voltadas ao respeito às diversidades e combate à intolerância, bem como ao maior investimento em pesquisa e inovação.

Fato ocorrido no dia 12 de julho de 2023, foi o reajuste de 40% nos valores das bolsas de pós-graduação após dez anos de congelamento. Reivindicar para que, além desse reajuste, mais bolsas sejam disponibilizadas e invista-se mais no desenvolvimento da pós-graduação nas instituições sediadas nas regiões com menor número de programas reconhecidos, é um possível caminho para maior produção de conhecimento no tema, maior distribuição geográfica das pesquisas, além da referida continuidade dos trabalhos. O momento é favorável a tais reivindicações, uma vez que o atual governo representa a antítese do governo anterior no que se refere a defesa da universidade, da educação, da pesquisa e da ciência.

Sobre as limitações da pesquisa, como apresentado na metodologia não se pode afirmar que a produção analisada nesta tese corresponde ao total do que foi produzido sobre o tema no período investigado. Os documentos analisados aqui correspondem às dissertações e teses encontradas em uma determinada plataforma – BDTD – usando um determinado conjunto de combinações de buscadores, além da subjetividade do autor. A meta-síntese aqui apresentada baseia-se nos dados que foram possíveis obter usando o referido desenho metodológico, base de dados e ferramentas de busca.

Finalizo esta tese apontando os possíveis desdobramentos que ela pode oferecer ao campo da Educação em Ciências e Saúde e ao Ensino de Biologia. Considero que essa é uma pesquisa à serviço de um campo de pesquisa. Os resultados mostram que há tendências em investigar novas didáticas, em especial as que se pautam em metodologias ativas, com estudantes da educação básica para trabalhar em sala de aula conteúdos referentes a gênero e sexualidade. Com base nos resultados obtidos nessas pesquisas e as conclusões tiradas por essas, vejo como oportuno o desenvolvimento de novos trabalhos que possam corroborar com essas conclusões, reproduzindo as didáticas com novos públicos ou segmentos educacionais e comparando os resultados.

Ressalto os trabalhos que problematizaram a formação de professores e como esses salientam a necessidade de implementar na formação continuada e inicial de docentes de Biologia alguma disciplina que ofereça uma melhor formação e capacitação para lidar com a diversidade de gênero e sexualidade para além do olhar biologizante. Reafirmo que independente das recomendações feitas em documentos de quase três décadas e das discussões no campo acadêmico, ainda é uma tônica na cultura escolar atribuir aos docentes de Ciências e Biologia o papel de trabalhar essas questões. Como a consolidação dessa cultura envolve fatores que estão para além do alcance da academia, penso que investir na formação de profissionais capacitados para lidar com essas questões dentro da ótica aqui defendida seja uma medida factível e revolucionária.

Ressalta-se o enaltecimento das universidades públicas no que se refere a produção de conhecimento de interesse social. Em tempo de ataques e repressão aos direitos de existência de grupos sociais, nota-se que coube mais uma vez à essas instituições a tarefa de mediante a pesquisa produzir conhecimento em busca da desconstrução dos valores retrógrados e desumanos, que ferem, atacam, oprimem, matam e incitam o desprezo por seres humanos apenas por serem quem são. Ainda há muito o que avançarmos como sociedade, mas enquanto a ciência for livre, haverá resistência.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, B. S., PEREIRA, M. R. O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. **Agenda Política**, v. 7, n. 3, p. 8-35. 2019. Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/271>> Acesso em: 14 abri. 2021
- ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 575-585, 2001.
- ANDRADE, R. P.; SILVEIRA, J. B. A.; ROCHA, M. B. Blogs no ensino de Ciências e Matemática: uma revisão sistemática em teses e dissertações brasileiras. In: III Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, 2022, Evento Online. **Anais do III CoBICET**. p. 01-08, 2022.
- ARAÚJO-JORGE, T. C.; SOVIERZOSKI, H. H.; BORBA, M. C. A Área de Ensino após a avaliação quadrienal da CAPES: reflexões fora da caixa, inovações e desafios em 2017. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 1-15, dez. 2017.
- BANTIM, M. M.; SOBREIRA, A. C.; SUDÉRIO, F. Estratégias de ensino na abordagem do tema educação sexual com estudantes do ensino médio. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 4, n. 6, p. 106-126, 7 out. 2021.

- BARBOSA, L. U.; VIÇOSA, C. S. C. L.; FOLMER, V. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. (2019) **Revista Eletrônica Acervo Saúde** 11(10), 1-10. doi: <https://doi.org/10.25248/reas.e772>. Acesso em: 08 Set. 2019.
- BARROCO, M. L. S. (2009). **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez.
- BELLO, E.; CAPELA, G.; KELLER, R. J. Operação Lava Jato: ideologia, narrativa e (re) articulação da hegemonia. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 03, p. 1665-1667, 2021.
- BOBBIO, N. (1995). **Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp.
- BORBA, R. C. N., ANDRADE, M. C. P., SELLES, S. E. Ensino de Ciências e Biologia e o cenário de restauração conservadora no Brasil: inquietações e reflexões. **Revista Artes de Educar**, v.5 n.2, p.144–162, 2019
- BRASIL. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **O que são IST**. Governo do Brasil. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist>. Acesso em: 29/07/2020.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Proposta preliminar: segunda versão revista / Ministério da Educação. Brasília: MEC, CONSED, UNDIME, 2016.
- BRASIL. **Nota Técnica n. 24/2015**. Brasília: Ministério da Educação. 2015
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE. Plano Nacional de Educação 2014 - 2024**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série legislação; n. 125) 2014.
- BRASIL. Projeto de Lei Sem número, de 2019. **Programa Escola Sem Partido**. 1. ed. Brasília, Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1707037](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037). Acesso em: 03 ago. 2023.
- BRASIL. Projeto de Lei No. 8099: **Ficam inseridos na grade curricular das Redes Pública e Privada de Ensino, Conteúdos sobre criacionismo**. NACIONAL, C. Brasília 2014.
- BRITZMAN, D. Curiosidade, Sexualidade e Currículo. In: LOURO, G. L. **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. São Paulo: Autêntica, 2018. p. 107-142.
- CARVALHO, A. M. P. Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino por Investigação. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, 18, 3, p. 765–794, dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4852>> Acesso em: 09.01.2022.

CARVALHO, M. P. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). **Revista brasileira de Educação**, v. 16, p. 99-117, 2011.

CÉSAR, M. R. de A.; DUARTE, A. M.; SIERRA, J. C. A estética da existência e as artes de viver: Michel Foucault e a crítica da noção de sujeito nos movimentos sociais feministas, LGBT e na educação. In: CLARETO, S. M.; FERRARI, A. **Foucault, Deleuze & Educação** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

CÉSAR, M. R. de A. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CÉSAR, M. R. de A. **Da escola disciplinar à pedagogia do controle**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Unicamp, 2004.

CÉSAR, M. R. de A. **Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “epistemologia”**. Educar em Revista, Curitiba, n. 35, p. 37-52, 2009.

CÉSAR, M. R. de A.; DUARTE, A. de M. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 141-155, out.-dez. 2017.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf) Acesso em: 14 ago. 2024.

CUNHA, L. A. A laicidade em disputa: religião, moral e civismo na educação brasileira. **Teias** (Rio de Janeiro. Impresso), v. 14, p. 5, 2014.

DE ALMEIDA, R. “Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. **Novos Estudos**, v. 38 n. 1, p. 185-213. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/v38n1/1980-5403-nec-38-01-185.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2021

DIAS, C. M. **Práticas pedagógicas de educação ambiental em áreas protegidas: um estudo a partir de dissertações e teses (1981-2009)**. 208f. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2015.

DINIS, N.; ASINELLI-LUZ, A. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educar em Revista**. n. 30, p. 77 87, 2007.

FERREIRA, G. G. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, v. 20 n. 36, p. 166-178. Jan/jun 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/31855/pdf>> Acesso em: 12 abr. 2021

FERREIRA, N. S. A. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. Educação & Sociedade. Campinas, n. 79, Ago 2002, p. 257-272.

- FURLANETTO, M. F.; LAUERMANN, F.; COSTA, C. B.; MARIN, A. H. (2018). "Educação sexual em escolas brasileiras: Revisão sistemática da literatura". **Cadernos de Pesquisa**, 48(168), 550-71. doi:10.1590/198053145084 acesso em: 15 Ago. 2021
- GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão Sistemática da Literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73. 2019
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, Edição 4, 2002.
- GOODSON, I. F. **A Construção Social do Currículo**. Lisboa: Educa, 1997.
- HOPPEN N. H. F. et al. Distribuição geográfica da produção e colaboração científica brasileira nas Ciências Biomédicas. **Revista Em Questão**. Porto Alegre, v. 23, p. 50-73, jan. 2017.
- KAMINSKI, R. S. Da américa latina à Wall Street: conexões norte-sul na rede transnacional de movimentos de ocupação. **Seminário Internacional RUPAL 2012: Brasil e América Latina: Percursos e Dilemas de uma Integração - Mesa 3: Lutas e Resistências na América Latina do Século XXI**. 2012.
- LINS, L. S., SILVA, L. A. M., SANTOS, R. G., MORAIS, T. B. D., Beltrão, T. A., CASTRO, J. F. L. Análise do comportamento sexual de adolescentes. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, 30, 47-56. 2017.
- LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001.
- LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. São Paulo: Autêntica, 2018. p. 09-42.
- MARIZ, R.; BARRETTO, E. Pais interferem em escolas que abordam questão de gênero nos livros e vetam conteúdo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de jul. de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/pais-interferem-em-escolas-que-abordam-questao-de-genero-nos-livros-vetam-conteudo-21644988>. Acesso em 13 de abr. de 2024.
- MARQUES, V. B. **A Medicalização da Raça. Médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- MEGID NETO, J. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Ciências no nível fundamental**. 365f. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.
- MENDEL, A. P. C.; MIRANDA, J. C. Formação de professores e educação sexual: o retrato de um curso de licenciatura em ciências naturais. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 13, n. 38, p. 216–248, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7684817. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/939>. Acesso em: 4 maio. 2024.
- MENDES, G. D. A. **Análise do Potencial Educacional de Documentários Ambientais no Ensino Superior**. 2016. 68 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência, Tecnologia e Educação, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - Cefet/Rj, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4125992](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4125992). Acesso em: 07 set. 2023.

MENDES, G. D. A. **Avaliação de materiais didáticos e estratégias educacionais em um programa de monitoramento participativo de rios em regiões de bacias hidrográficas**. 2013. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2013.

MIGUEL, L. F. D. “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito e Práxis**. Brasília, p. 590-621. ago. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688019.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2023.

MONTEIRO, M. V. P.; SIQUEIRA, V. H. F. O ataque à liberdade docente e a discussão sobre gênero e direitos humanos na educação. O multiculturalismo como proposta de resistência. **Revista Exitus**, Santarém, v. 9, n. 2, p. 292-321, abr. 2019. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-94602019000200292&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602019000200292&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 13 abr. 2024.

OLIVEIRA, T. B. de. O GOLPE DE 2016: BREVE ENSAIO DE HISTÓRIA IMEDIATA SOBRE DEMOCRACIA E AUTORITARISMO. **Historiæ, [S. l.]**, v. 7, n. 2, p. 191–232, 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/6726>. Acesso em: 7 set. 2023.

PENNA, F. O Escola Sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (org.) Escola “sem” Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 1ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

PRECIADO, P. B. **Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**; tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PROJETO DE LEI. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2014). Ficam inseridos na grade curricular das Redes Pública e Privada de Ensino, conteúdos sobre Criacionismo. **Pl 8099/2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=777616>. Acesso em: 07 set. 2023.

RAMOS, M. N. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, G. (org.) Escola “sem” Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 1ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

REVISTA EXAME. **Pesquisa Ibope comprova que brasileiros estão mais conservadores**. 2016. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/pesquisa-ibope-comprova-que-brasileiros-estao-mais-conservadores/>> Acesso em: 29 abr. 2021.

REVISTA VEJA. **Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”**. Brasil: Abril, 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>. Acesso em: 07 set. 2023.

ROMÃO, W. M. As manifestações de junho e os desafios à participação institucional. **Boletim de Análise Político-Institucional Ipea**, n. 1, p. 11-20, 2014.

- ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação.** *Diálogo Educacional*, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez., 2006.
- ROSA, E. B. P. R. Cisheteronormatividade como instituição total. **Pet-Filosofia: UFPR**, Curitiba, v. 2, n. 8, p. 59-103, ago. 2020.
- ROSEMBERG, F. **A educação sexual na escola.** *Cadernos de Pesquisa*, n. 53, p. 11-19, mai. 1985.
- SCHIOCCHET, L. Extremo Oriente Médio, admirável mundo novo: a construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 37-82, ago. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6206>. Acesso em: 07 set. 2023.
- SCOTT, J. W. Gender as a useful category of historical analysis. In: **Culture, society and sexuality.** Routledge, p. 77-97. 2007.
- SEVERO, D. O. Impactos da ascensão dos movimentos de extrema-direita sobre os Direitos Humanos no contexto do Brasil: uma proposta de matriz de análise. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 14–29, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/12005>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- SIDDAWAY, A. P.; WOOD, A. M.; HEDGES, L. V. How to do a systematic review: a best practice guide for conducting and reporting narrative reviews, meta-analyses, and metasyntheses. **Annual Review of Psychology**, v. 70, n. 1, p. 747–770, 2019.
- SILVA, A. B.; BRITES, C. M.; OLIVEIRA, E. C. R.; BORRI, G. T. A extrema-direita na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, n. 119, p. 407-45, jul./set. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282014000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000300002)> Acesso em: 20 abr. 2021.
- SILVA, F. P. “Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas”, **Observador On-line**, v.9 n.12. 2014. Disponível em: <[https://www.academia.edu/24574677/Quinze\\_anos\\_da\\_onda\\_rosa\\_latino-americana\\_balan%C3%A7o\\_e\\_perspectivas](https://www.academia.edu/24574677/Quinze_anos_da_onda_rosa_latino-americana_balan%C3%A7o_e_perspectivas)> Acesso em: 14 abr. de 2021.
- SILVA, L. G. T da. Religião e política no Brasil. **Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos**, n. 64, p. 223-256, 2017.
- SOUZA, C. P. (org.) **História da Educação. Processos, práticas e saberes.** São Paulo: Escrituras, 2002.
- STUCKERT R. (Brasil). **Confira as universidades e institutos federais criados pelo PT.** 2018. Disponível em: <https://pt.org.br/confira-as-universidades-e-institutos-federais-criados-pelo-pt/>. Acesso em: 07 set. 2023.
- TEIXEIRA, P. M. M. (2008). **Pesquisa em Ensino de Biologia no Brasil (1972-2004): um estudo baseado em dissertações e teses.** (Tese de doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- TELES, W. S.; VALVERDES, F. de J.; GONZAGA, B. C.; SANTOS, A. de S.; CASTRO, A. L. da S. Sex Education for high school students: perceptions, gaps and

possibilities. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 5, p. e2111527888, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i5.27888. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27888>. Acesso em: 4 may. 2024.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Salvador: UFBA, 2015.

VIEIRA, J. W. M.; LEITE, R. C. M. Estado da questão acerca da confluência entre sexualidade e ensino de Ciências. **Revista Educar Mais**, [S. l.], v. 6, p. 153–163, 2022. DOI: 10.15536/reducarmais.6.2022.2703. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2703>. Acesso em: 7 set. 2023.

WEEKS, J. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, G. L. **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. São Paulo: Autêntica, 2018. p. 45-104.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, Política e Educação**. Campinas: Editora, 1998.

XAVIER, L. G. Para além da didática: desafios da escola e do professor do século XXI. **Exedra: Revista Científica**, n. 1, p. 36-36, 2015.